

Relatório de Gestão da

enamat

2024-2025

Ministra Kátia Magalhães Arruda





ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO - ENAMAT (Gestão 2024/2025)

DIRETORA: Ministra Kátia Magalhães Arruda

VICE-DIRETOR: Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

CONSELHO CONSULTIVO

Ministro José Roberto Freire Pimenta
Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes
Ministro Hugo Carlos Scheuermann
Desembargadora Ana Paula Machado Diniz
Desembargadora Bianca Bastos
Juiz Tiago Mallmann Sulzbach

JUÍZA AUXILIAR DA DIREÇÃO

Juíza Patrícia Maeda

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Mônica Damous Duailibe
(outubro/2024 - junho/2025)
Elisa Sardão Colares
(junho/2025 - atual)

COMITÊ CIENTÍFICO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA

Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto
(Coordenadora)
Desembargador Sergio Torres Teixeira
(Subcoordenador)
Juíza Patrícia Maeda (Secretária)
Desembargador Homero Batista Mateus da Silva
Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini
Desembargador James Magno Araújo Farias
Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco
Juiz Luciano Dórea Martinez Carreiro
Juiz Leonardo Vieira Wandelli
Juíza Christiana D'arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim
Juíza Claudirene Andrade Ribeiro
Professor Eduardo Manuel Val
Professora Melina Girardi Fachin

COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS A QUESTÕES DE GÊNERO NO DIREITO INTERNACIONAL, NO DIREITO BRASILEIRO, NA SOCIEDADE E NA MAGISTRATURA

Juíza Gabriela Lenz de Lacerda (Coordenadora)
Juíza Patrícia Maeda (Secretária)
Desembargadora Paula Oliveira Cantelli
Juiz Otávio Bruno da Silva Ferreira
Juíza Ana Paula Sefrin Saladini
Juíza Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves
Juíza Deizimar Mendonça Oliveira
Juíza Lorena de Mello Rezende Colnago
Juíza Adriana Manta da Silva
Juíza Renata Conceição Nóbrega Santos
Juíza Wanessa Mendes de Araújo

COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS A QUESTÕES DE RAÇA NO DIREITO INTERNACIONAL, NO DIREITO BRASILEIRO, NA SOCIEDADE E NA MAGISTRATURA

Juíza Adriana Meireles Melonio (Coordenadora)
Juíza Patrícia Maeda (Secretária)
Desembargador Gilberto Souza Santos
Juíza Ana Cristina da Silva
Juiz Jônatas dos Santos Andrade
Juíza Maria do Socorro Almeida de Sousa
Juíza Bárbara de Moraes Ribeiro Soares Ferrito
Juíza Manuela Hermes de Lima
Juíza Maria José Rigotti Borges
Juiz Igo Zany Nunes Corrêa
Juíza Rosilene da Silva Nascimento

EQUIPE DA ENAMAT

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Moisés Nepomuceno Carvalho (Coordenador)
Eduardo Francisco dos Santos
Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho
Edson Ribeiro de Sousa
Jonas de Jesus Cordeiro da Silva
Nausicaa Ribeiro Vernalha Von Sperling
Vanivaldo Vieira Lima
Hiago Sousa Rocha - Estagiário
Ana Carolina Barreto Costa - Estagiária

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO

Cristiane Rosa Pitombo (Coordenadora)
Laís Pinheiro de Menezes Alves
Polyanna de Jesus Moreira
Bruna Rosolen de Faria
Priscila de Carvalho da Silva
Maryane Alves Fernandes

COORDENADORIA DE PESQUISA

Fernanda Paixão Araujo Pinto (Coordenadora)
Anamaria Montini de Castro
Leticia Neri Carneiro
Suzana Correia Dias dos Santos - Estagiária
Iza Débora Almeida Santos - Estagiária
Vito Genovese Fontenelle Neiva de Amorim - Estagiário
Lucas Felipe Gomes Souza - Jovem Aprendiz

EQUIPE DE APOIO

Márcio Antonio Silveira Furtado
Maria dos Milagres Pontes Mendonça
Nalda Santos de Menezes
Simone Honório Medeiros
Altamira de Oliveira Alves
Deusimar Pinto Correa

PROJETO GRÁFICO

Secretaria de Comunicação do TST

DIAGRAMAÇÃO

Gabriela Miyasaka

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Constituição e Composição da Direção.....	7
Posse da Diretoria	7
Constituição do Conselho Consultivo	7
Constituição do Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa	8
Constituição das Comissões de Estudo sobre questões de Raça e de Gênero.....	9
Planejamento Estratégico 2025-2026	11
Formação	13
Cursos de Formação de Formadores	13
<i>Modalidade presencial.....</i>	<i>14</i>
<i>Modalidade a distância.....</i>	<i>19</i>
Cursos de Formação Continuada	30
<i>Modalidade presencial</i>	<i>31</i>
<i>Modalidade a distância.....</i>	<i>45</i>
<i>Modalidade telepresencial</i>	<i>67</i>
Curso de Formação para Ministros e Ministras do Tribunal Superior do Trabalho	81
Formação e Cursos Internacionais	85
Programa ENAMAT Pesquisa	95

Pesquisas Realizadas	96
Pesquisa Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho	96
Pesquisa Dificuldades na Carreira da Magistrada - edição 2025	100
Coleção Estudos ENAMAT	108
Grupo de Estudos das Comissões de Raça e de Gênero da ENAMAT - “Direito Internacional do Trabalho em Perspectiva: decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos”	111
Difusão do Conhecimento e Criação de Conteúdo.....	115
Projeto VideoCast ENAMAT	115
Projeto Podcast “Elas Também Pesquisam”	119
Integração com as Escolas Judiciais.....	123
Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SINFOMAT	123
Programa ENAMAT Itinerante.....	127
80ª CONEMATRA - Etapa Nordeste do Programa ENAMAT Itinerante	129
Descentralização Orçamentária	131
Reuniões dos Colegiados da ENAMAT	133
Conselho Consultivo	133
1ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT.....	133
2ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT	135
3ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT	136
4ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT	137
5ª Reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT	139

Reuniões do Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa	140
Reuniões das Comissões de Estudos sobre Questões de Raça e Gênero da ENAMAT	142
Visitas Institucionais.....	145
Escritório da Organização Internacional do Trabalho.....	145
Visita da Magistrada de Ligação da Escola Nacional da Magistratura da França.....	147
Visita do Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).....	148
Outras medidas administrativas.....	149
Reestruturação administrativa da ENAMAT	149
Aposição de foto na galeria de diretores da ENAMAT	150
Diretrizes para Capacitação em Inteligência Artificial.....	151
Propostas para alterar normas de vitaliciamento em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).....	152
Democratização do Acesso a Cursos Presenciais Nacionais e Internacionais	153
Convênios, Acordos e Memorandos de Entendimento	155



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) consolida as atividades e avanços alcançados no período de outubro de 2024 a setembro de 2025. Este documento, elaborado em um contexto singular, visto que a atual gestão teve seu mandato excepcionalmente reduzido, consolida os resultados alcançados na formação e no aprimoramento da magistratura trabalhista brasileira.

A ENAMAT reafirma seu compromisso com a excelência, norteando suas ações nos quatro eixos fundamentais dos Programas Nacionais de Capacitação: Eticidade, Alteridade, Resolução de Conflitos e Direito e Sociedade. O projeto político-pedagógico da Escola representa um exercício de alteridade, valorizando a capacidade da magistratura de se autoformar, reconhecendo a evolução cultural da sociedade.

Neste período, a ENAMAT, dando continuidade às suas ações, promoveu cursos, ações de formação continuada e realizou pesquisas que envolveram a participação de milhares de magistradas e magistrados, demonstrando o compromisso da Escola com o desenvolvimento profissional e a busca por uma prestação jurisdicional cada vez mais qualificada. Em parceria com os órgãos internos da Corte, com as 24 Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT), e com o apoio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram oferecidas capacitações, difundido conhecimento e elaboração de materiais inéditos sobre temas relevantes do mundo do trabalho. Destacam-se os eixos temáticos definidos a partir de escuta democrática e ativa da Gestão 24-25: Novas Tecnologias e Trabalho; Normas internacionais e controle de convencionalidade; Direitos Humanos e Fundamentais; Execução e Conciliação.

A área de formação foi impulsionada por cursos e eventos inovadores, que incorporaram novas tecnologias e metodologias pedagógicas. A área de pesquisa avançou na realização e atualização de pesquisas que permitem se aproximar da realidade enfrentada pelos magistrados e magistradas trabalhistas. A Escola avançou na difusão do conhecimento e da realização de obras coletivas que permite alcançar e atualizar os desafios da Justiça do Trabalho às necessidades da sociedade brasileira. A busca constante pela excelência culminou no fortalecimento da estrutura administrativa da Escola com criação de sua Secretaria Executiva e no aprimoramento da gestão administrativa e pedagógica.

A continuidade de ações de integração junto às 24 Escolas Judiciais por meio do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT) foi possível a partir do apoio financeiro e administrativo do Tribunal Superior do Trabalho, favorecendo a descentralização de recursos e também a própria presença da Escola junto às iniciativas de ensino no âmbito das Escolas Judiciais. O projeto ENAMAT Itinerante consolidou o esforço conjunto desta Escola Nacional e das Escolas Judiciais. Pela primeira vez foi possível conceber e promover, em parceria, eventos que marcaram o caráter multidisciplinar da formação da magistratura trabalhista, garantindo quadros qualificados em todas as regiões do país sobre os temas candentes do mundo do trabalho, cujos debates, tão atuais quanto instigantes, projetam um futuro ainda mais desafiador nos próximos anos.

A ENAMAT também intensificou sua atuação na internacionalização, com o compartilhamento de modelos e práticas de ensino com Centros de Formação de Magistrados em nível internacional, promovendo o intercâmbio de experiências e visões sobre o mundo do trabalho.

Este relatório é fruto do trabalho dedicado e comprometido de todos que compõem a ENAMAT: Conselho Consultivo, Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa, Comissões de Gênero e Raça, magistrados(as), servidores(as), colaboradores(as), quadros de formadores e o público-alvo.

Agradecemos ao Excelentíssimo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo apoio essencial à concretização de nossa missão.

Em 2026, quando celebraremos os 20 anos da ENAMAT, será possível reafirmar o papel desta Escola como centro de excelência na formação da magistratura trabalhista brasileira, agora internacionalmente reconhecida. A ENAMAT seguirá sendo referência na preparação da magistratura trabalhista para os desafios do mundo do trabalho, com o objetivo de alcançar a justiça e a paz social.



Ministra KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA
TST - Diretora da ENAMAT



**Ministro ALEXANDRE DE SOUZA
AGRA BELMONTE**
TST - Vice-Diretor da ENAMAT

CONSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO

POSSE DA DIRETORIA

A Gestão de 2024-2025 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) teve sua direção e composição do Conselho Consultivo renovadas em 14 de outubro de 2024. A primeira sessão do Ministro Aloysio Corrêa da Veiga na Presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) formalizou a eleição e posse dos novos membros. A Ministra Kátia Magalhães Arruda foi escolhida para a Diretoria da ENAMAT, contando com o Ministro Agra Belmonte como Vice-Diretor.

A nova Diretora, Ministra Kátia Magalhães Arruda, possui vasta experiência acadêmica e profissional. Bacharel em Direito e mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará, é doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Sua pesquisa foca na precarização do trabalho, na eficácia dos direitos constitucionais trabalhistas e no trabalho infantil. Iniciou sua carreira na magistratura do trabalho em 1990. Foi Corregedora e Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Em 2008, tornou-se Ministra do TST. Entre 2015 e 2022, coordenou o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho. Atualmente, é professora titular em programas de mestrado e graduação em Direito.



CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Na mesma sessão em que foi eleita a nova diretoria, tomou posse o Conselho Consultivo, composto pelos Ministros José Roberto Freire Pimenta e Hugo Scheuermann, pela Ministra Delaíde Miranda Arantes, pelas Desembargadoras Ana Paola Santos Machado Diniz (TRT da 5ª Região) e Bianca Bastos (TRT da 2ª Região), e pelo Juiz Tiago Mallmann Sulzbach, da 2ª Vara do Trabalho de Bagé/RS.

Para o Conselho Consultivo, a Ministra-Diretora destacou que: “A Escola Nacional da Magistratura Trabalhista é uma construção coletiva, em que o Tribunal Superior do Trabalho e todas as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais trabalham conjuntamente. Essa gestão possui um projeto e elaborará um planejamento estratégico a ser elaborado por Grupo de Trabalho em que serão ouvidas as demandas advindas das Escolas Judiciais e dos próprios magistrados.”



CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ CIENTÍFICO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA

As atividades de pesquisa são supervisionadas pelo Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT, a quem compete examinar e opinar sobre a celebração de convênios, acordos ou contratos, as diretrizes metodológicas e outras atividades correlatas ao desenvolvimento e ao acompanhamento de estudos e pesquisas no âmbito do referido Programa. O Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa é composto por sete membros oriundos da magistratura trabalhista com titulação de doutor, em qualquer área do conhecimento, e três membros com titulação mínima de mestre, que tenham origem, formação ou pesquisa vinculadas a temas que envolvam segmentos sociais fortemente excluídos pela tradição histórica brasileira. Completam o Comitê a magistrada ou magistrado auxiliar da Direção da ENAMAT, como membro nato, bem como dois pesquisadores externos com titulação de doutor nas áreas de Educação, Psicologia Organizacional do Trabalho, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Ciência Política ou Filosofia.

O Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT, na gestão 2024-2025, contou com a seguinte composição: Juíza titular de vara do trabalho Noêmia Aparecida Garcia Porto (TRT da 10ª Região) e desembargador Sergio Torres Teixeira (TRT da 6ª Região), nas funções de coordenadora e subcoordenador, respectivamente; juíza titular de vara do trabalho Patrícia Maeda, como secretária, pelas desembargadoras Adriana Goulart de Sena Orsini (TRT da 3ª Região) e Ana Paula Tauceda Branco (TRT da 17ª Região); pelos desembargadores

Homero Batista Mateus da Silva e (TRT da 2ª Região) e James Magno Araújo Farias (TRT da 16ª Região); pelas juízas Christiana D'arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim (TRT da 14ª Região) e Claudirene Andrade Ribeiro (TRT da 23ª Região); e pelos juízes Luciano Dórea Martinez Carreiro (TRT da 5ª Região) e Leonardo Vieira Wandelli (TRT 9ª Região); pela professora Melina Girardi Fachin (UFPR) e pelo professor Eduardo Manuel Val (UFF). O Comitê Científico tem observado, em sua composição, a paridade entre homens e mulheres.

A composição diversificada do Comitê, com representantes de diversos Tribunais Regionais do Trabalho e pesquisadores de renome, assegura a pluralidade de perspectivas e a qualidade das pesquisas desenvolvidas no âmbito da ENAMAT.

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DE ESTUDO SOBRE QUESTÕES DE RAÇA E DE GÊNERO

A ENAMAT, reconhecendo a importância de promover a igualdade e combater todas as formas de discriminação, deu continuidade às duas comissões de estudo criadas na gestão anterior e que se fazem fundamentais: a Comissão de Estudos Relativos a Questões de Gênero e a Comissão de Estudos Relativos a Questões de Raça. Esses órgãos colegiados, instituídos com o objetivo de subsidiar as atividades da Escola, atuam em estreita colaboração com a Direção e com o Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa, oferecendo suporte estratégico e técnico em relação a essas temáticas cruciais.

Em 06 de novembro de 2024, por meio dos Atos ENAMAT n. 149 e 150, foram nomeadas as integrantes das comissões que desempenham um papel relevante nas atividades formativas da ENAMAT, contribuindo para a construção de uma magistratura sensível e preparada para lidar com as questões de gênero e raça no âmbito do Direito Internacional, do Direito Brasileiro, da sociedade e da própria magistratura. Através de estudos, pesquisas e proposições, as comissões enriquecem o debate e promovem a reflexão crítica sobre as desigualdades e os desafios enfrentados por grupos minoritários, buscando, assim, o fortalecimento da Justiça do Trabalho como instrumento de transformação social.

A Comissão de Raça é formada atualmente pelas Juízas Adriana Meireles Melonio (TRT da 10ª Região), e a Juíza Titular de Vara do Trabalho Patrícia Maeda (Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT), Coordenadora e Secretária da comissão, respectivamente; pelo desembargador Gilberto Souza Santos (TRT da 4ª Região); pelas Juízas Ana Cristina da Silva (TRT da 6ª Região); Maria do Socorro Almeida de Sousa (TRT da 16ª Região); Bárbara de Moraes Ribeiro Soares Ferrito (TRT da 1ª Região); Manuela Hermes de Lima (TRT da 5ª Região); Maria José Rigotti Borges (TRT da 10ª Região); Rosilene da Silva Nascimento (TRT da 15ª Região); e o Juízes Igo Zany Nunes Corrêa (TRT da 11ª Região); Jônatas dos Santos Andrade (TRT da 8ª Região).



Enquanto a comissão de gênero é composta atualmente pelas juízas Gabriela Lenz de Lacerda (TRT da 4ª Região) e Patrícia Maeda (Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT), coordenadora e secretária da comissão, respectivamente; pela Desembargadora Paula Oliveira Cantelli (TRT da 3ª Região); pelas Juízas Ana Paula Sefrin Saladini (TRT da 9ª Região); Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (TRT da 21ª Região); Deizimar Mendonça Oliveira (TRT da 23ª Região); Lorena de Mello Rezende Colnago (TRT da 2ª Região); Adriana Manta da Silva (TRT da 5ª Região); Renata Conceição Nóbrega Santos (TRT da 6ª Região); Wanessa Mendes de Araújo (TRT da 10ª Região); e pelo Juiz Otávio Bruno da Silva Ferreira (TRT da 8ª Região).



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2026



Por meio da Resolução Administrativa Nº 2.671, de 10 de fevereiro de 2025, foi aprovado o Planejamento Estratégico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) para o biênio 2025-2026, elaborado pelo grupo de trabalho instituído pelo Ato ENAMAT nº 142, de 16 de outubro de 2024.

O Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e Vice-Diretor da ENAMAT, Alexandre de Souza Agra Belmonte e secretariado pela Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT, Patrícia Maeda, foi composto pelo Juiz Titular de Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e Conselheiro da ENAMAT, Tiago Mallmann Sulzbach, pela Coordenadora de Formação da ENAMAT, Cristiane Rosa Pitombo, pelo Secretário de Governança e Gestão Estratégica do CSJT, Dúlio Mendes Soares, e pela Secretária de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, Fabiana de Oliveira Rocha Moraes Gatti.

O documento foi fruto de consulta e participação junto às escolas judiciais, magistradas e magistrados, servidoras e servidores, professoras e professores, além de parceiros da ENAMAT. O PE 2025-2026 dá continuidade ao Plano do Ciclo 2020-2024 com as devidas adequações, em função das mudanças dos ambientes externo e interno e das demandas contemporâneas da Justiça do Trabalho.

Dentre seus fundamentos normativos está o artigo 111-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, que atribui à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho o papel de regulamentar os cursos oficiais para ingresso e promoção na carreira da magistratura trabalhista.

Além disso, o documento reforça o compromisso da ENAMAT em assegurar uma formação de excelência, alinhada às necessidades do Poder Judiciário e às demandas da sociedade, nos termos da Resolução ENAMAT nº 28, de 28 de setembro de 2022, que disciplina as diretrizes pedagógicas e estabelece padrões de qualidade na formação e no aperfeiçoamento de Magistradas e Magistrados do Trabalho.

Alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecida pela Resolução CNJ nº 325/2020, o documento reflete o esforço da Escola Nacional em gerar impactos transformadores em sua atuação, buscando ser reconhecida nacional e internacionalmente como escola de excelência em metodologias e resultados de formação de Magistradas e Magistrados e como polo de produção e socialização de conhecimento sobre o sistema de justiça trabalhista.

Destaca-se que o Planejamento Estratégico 2025-2026, é resultado de processo colaborativo, com base na metodologia de gestão estratégica. Estão entre os principais objetivos estratégicos o fortalecimento da comunicação e da transparência institucional, com iniciativas que visam ampliar a visibilidade e acessibilidade das atividades realizadas; a otimização da gestão de processos formativos, por meio da revisão contínua de metodologias de ensino e da incorporação de tecnologias que simplifiquem o planejamento e a execução das ações pedagógicas, garantindo que elas atendam às necessidades da magistratura de forma eficaz.

Adicionalmente, o documento promoveu a valorização de cultura de aprendizado e inovação, incentivando práticas que estimulem a criatividade, a colaboração e a adoção de abordagens inovadoras no ensino.

Com esse documento a ENAMAT se compromete a fortalecer suas parcerias institucionais, ampliando a troca de conhecimentos com escolas judiciais e instituições de ensino nacionais e internacionais, assegurando a excelência e a relevância dos programas oferecidos.

Com metas claras e ambiciosas, como o aumento do índice de capacitação, a realização de ações conjuntas com escolas judiciais e o aperfeiçoamento da gestão orçamentária, o documento busca consolidar a eficiência e a sustentabilidade da instituição.

O planejamento estratégico reflete o propósito de posicionar a ENAMAT como referência nacional e internacional em metodologias de formação e produção de conhecimento sobre o sistema judiciário trabalhista brasileiro, reafirmando seu papel institucional para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

A densidade do documento é resultado de um amplo processo de consulta e participação, que envolveu as escolas judiciais, magistradas e magistrados, servidoras e servidores, professoras e professores, além de parceiros da ENAMAT.

FORMAÇÃO

No âmbito da formação dos magistrados, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) desempenha um papel crucial, abrangendo a formação inicial, a formação continuada e a formação de formadores, em diversas modalidades. A atuação da Escola, pautada nos princípios da ética, da alteridade e da busca pela excelência, visa preparar as magistradas e os magistrados para os desafios do mundo do trabalho e para uma prestação jurisdicional cada vez mais qualificada e alinhada com as demandas da sociedade.

CURSOS DE FORMAÇÃO DE FORMADORES

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) tem como compromisso precípua a excelência na formação de magistrados e magistradas, priorizando a qualificação de seus instrutores e, por extensão, de todos os profissionais de ensino da Justiça do Trabalho. Em consonância com o Artigo 42 da Resolução ENAMAT nº 28/2022, que enfatiza a importância vital da formação de formadores, a ENAMAT adota abordagem estratégica com vistas a aprimorar os processos formativos. Essa dedicação à capacitação dos formadores é essencial para elevar o padrão da qualificação oferecida aos magistrados e magistradas.

Os Cursos de Formação de Formadores são concebidos para munir os participantes com as ferramentas necessárias para se tornarem agentes multiplicadores de conhecimento e boas práticas, atuando em duas frentes principais: o aprofundamento no domínio dos conteúdos específicos das competências da magistratura do trabalho e o desenvolvimento de habilidades pedagógicas e metodológicas para um ensino eficaz.

A metodologia adotada nos cursos é centrada em metodologias ativas e participativas, promovendo a interação, a colaboração e a troca de experiências entre os participantes. Os formadores são estimulados a refletir sobre suas próprias práticas, a experimentar diferentes abordagens pedagógicas e a aprimorar suas competências no planejamento, condução e avaliação de processos formativos de sucesso. Conforme previsto no § 1º do Artigo 42 da Resolução ENAMAT Nº 28/2022, esses cursos não se restringem aos instrutores diretos, mas se estendem à qualificação de outros profissionais de ensino, como tutores e gestores escolares, e a ENAMAT está preparada para atender a demandas especializadas ou regionais, assegurando que a excelência na formação alcance toda a Justiça do Trabalho.

MODALIDADE PRESENCIAL

1- PROTOCOLOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Período: 2 e 3 de dezembro de 2024

Total de magistrados(as): 75 inscritos(as) e
75 certificados

Carga horária total: 14 horas-aula

Nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, a ENAMAT realizou, em sua sede, o Curso de Formação de Formadores sobre Protocolos da Justiça do Trabalho, na modalidade presencial, com carga horária total de 14 horas-aula.

A ação formativa teve por objetivo capacitar as gestoras e os gestores nacionais e regionais dos Programas Institucionais da Justiça do Trabalho - Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante (PETE); Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (PCTI) e Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade, para atuarem como formadoras e formadores na implementação dos novos Protocolos para Atuação e Julgamento com perspectivas específicas: antidiscriminatória, interseccional e inclusiva; da infância e adolescência; e de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo.

Coordenado pela juíza auxiliar da Direção da ENAMAT, Patrícia Maeda, o curso foi estruturado com o uso de metodologias ativas, privilegiando a interação entre os participantes por meio de oficinas, estudos de caso e dinâmicas colaborativas.



A programação contou com oficinas temáticas simultâneas, organizadas por protocolo, envolvendo 10 formadoras e formadores da magistratura e do corpo técnico da Justiça do Trabalho. Os temas foram distribuídos em turmas rotativas, com abordagem prática e aprofundada dos seguintes eixos: Infância e Adolescência, Trabalho Escravo Contemporâneo, Gênero, Raça e Pessoa com Deficiência e Pessoa Idosa.

O curso representou um passo essencial para a multiplicação do conhecimento e efetiva implementação das diretrizes dos protocolos no cotidiano das ações jurisdicionais e formativas da Justiça do Trabalho, reforçando o compromisso da ENAMAT com uma formação crítica, inclusiva e voltada à promoção dos direitos humanos.

Programação:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

DIA 02.12.2024 (Segunda-feira)
(Local: Sala da ENAMAT)

Horário	Turma 1 - Sala A5 26	Turma 2 - Sala A5 97	Turma 3 - Sala A5 119	Turma 4 - Sala A2 136
9:00-12:00	Infância 1 Dra. Eliana dos Santos Alves Nogueira (TRT 15)	Infância 2 Dra. Viviane Christine Martins Ferreira (TRT 5)	Trabalho Escravo 1 Dra. Otivir Bruno da Silva Ferreira (TRT 8)	Trabalho Escravo 2 Dra. Daniela Valle da Rocha Müller (TRT 1)
12:00-13:30	Intervalo para almoço			
13:30-16:30	Trabalho Escravo 1 Dra. Otivir Bruno da Silva Ferreira (TRT 8)	Trabalho Escravo 2 Dra. Daniela Valle da Rocha Müller (TRT 1)	Infância 1 Dra. Eliana dos Santos Alves Nogueira (TRT 15)	Infância 2 Dra. Viviane Christine Martins Ferreira (TRT 5)

enam **JUSTIÇA DO TRABALHO**

DIA 03.12.2024 (terça-feira)
(Local: Sala da ENAMAT)

Horário	Turma 1 - Sala A5 26	Turma 2 - Sala A5 97	Turma 3 - Sala A5 119	Turma 4 - Sala A2 136
9:00-10:00	Gênero Dra. André Machado Cavalcanti (TRT 11)	Raça Dra. Claudimere Andrade Ribeiro (TRT 23)	PCD e Pessoa Idosa 1 Dra. Ricardo Tadeu Marques de Feneuca (TRT 9) e Micheli Redolfe de Lima (TRT 9)	PCD e Pessoa Idosa 2 Eliamari Sefelins Hajjullin (TST) e Heloíse Heloíse Kriester Souza (TST)
10:00-10:30	Intervalo			
10:30-12:30	Raça Dra. Claudimere Andrade Ribeiro (TRT 23)	Gênero Dra. André Machado Cavalcanti (TRT 11)	PCD e Pessoa Idosa 2 Eliamari Sefelins Hajjullin (TST) e Heloíse Heloíse Kriester Souza (TST)	PCD e Pessoa Idosa 1 Dra. Ricardo Tadeu Marques de Feneuca (TRT 9) e Micheli Redolfe de Lima (TRT 9)

enam **JUSTIÇA DO TRABALHO**

Intervalo para almoço

12:30-13:30	PCD e Pessoa Idosa 1 Dra. Ricardo Tadeu Marques de Feneuca (TRT 9) e Micheli Redolfe de Lima (TRT 9)	PCD e Pessoa Idosa 2 Eliamari Sefelins Hajjullin (TST) e Heloíse Heloíse Kriester Souza (TST)	Gênero Dra. André Machado Cavalcanti (TRT 11)	Raça Dra. Claudimere Andrade Ribeiro (TRT 23)
13:30-15:30	PCD e Pessoa Idosa 2 Eliamari Sefelins Hajjullin (TST) e Heloíse Heloíse Kriester Souza (TST)	PCD e Pessoa Idosa 1 Dra. Ricardo Tadeu Marques de Feneuca (TRT 9) e Micheli Redolfe de Lima (TRT 9)	Raça Dra. Claudimere Andrade Ribeiro (TRT 23)	Gênero Dra. André Machado Cavalcanti (TRT 11)

18:00 **CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO**

enam **JUSTIÇA DO TRABALHO**

2- NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO PARA MAGISTRADAS E MAGISTRADOS DO TRABALHO



Período: 5 a 9 de maio de 2025

Total de magistrados(as): 102 inscritos(as) e 92 certificados

Carga horária total: 32 horas-aula

Entre os dias 5 e 9 de maio de 2025, foi realizado em Brasília, nas dependências do Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Curso de Formação de Formadores sobre Normas Internacionais do Trabalho para Magistradas e Magistrados do Trabalho, uma parceria entre a ENAMAT e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), fruto de um Plano de Trabalho elaborado com o Escritório da OIT no Brasil.

Com carga horária de 32 horas-aula, o curso teve como objetivo capacitar a magistratura trabalhista para o uso eficaz das Normas Internacionais do Trabalho (NIT) na prática jurisdicional, especialmente na promoção do trabalho decente e na efetividade dos direitos fundamentais trabalhistas.



A formação foi estruturada em 5 dias de atividades, com a utilização de metodologias ativas e enfoque prático. O curso iniciou-se com um Seminário Aberto, transmitido ao vivo pela canal oficial da ENAMAT no YouTube, intitulado As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação, com a presença de dirigentes e representantes da OIT, do Ministério Público do Trabalho e da alta administração do TST.



Nos dias seguintes, foram desenvolvidas oficinas direcionadas exclusivamente para a magistratura trabalhista, com exposição dialogada de temas, estudos de caso, sessões teóricas e oficinas práticas em grupos, com a participação de docentes da ENAMAT e especialistas internacionais, abordando temas como liberdade sindical, trabalho forçado, trabalho infantil, igualdade no emprego, assédio, não discriminação e o impacto das tecnologias digitais no mundo do trabalho.



A culminância do curso ocorreu na Plenária Final, com a apresentação, o debate e a votação das teses elaboradas pelos participantes, consolidando os conhecimentos adquiridos. A diversidade do corpo docente, composto por representantes da OIT e da magistratura trabalhista, com formação internacional, aliada à abordagem dialógica e aplicada, reforçou o compromisso da ENAMAT com a internacionalização da formação judicial trabalhista brasileira e com a efetividade dos direitos fundamentais do trabalho na atividade jurisdicional.

Programação:

Seminário
As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação

Data: 5 de maio (segunda-feira)
Local: Auditório Ministro Arnaldo Sussekind
Transmissão: Canal do YouTube da Enamat

14h - Abertura

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Ministro Presidente do TST e do CSJT
Ministra Kátia Magalhães Arruda - Diretora da ENAMAT
Ana Virginia Moreira Gomes - Diretora da OIT América Latina
Procurador José de Lima Ramos Pereira - Procurador Geral do MPT

14h30 Painel 1 - Os desafios para aplicação das normas fundamentais da OIT no contexto social internacional

Ana Virginia Moreira Gomes - Diretora da OIT América Latina
Ministro Mauricio Godinho Delgado - Vice-Presidente do TST e do CSJT
Mediadora: Ministra Kátia Magalhães Arruda - Diretora da ENAMAT

16h30 Painel 2 - Papel e atuação do Comitê de Peritos sobre Convenções e Recomendações (CEACR) e Comitê de Liberdade de Associação

Mario Ackerman - Professor Emérito - Universidade de Buenos Aires
Sandro Lunardi - Representante do Brasil no Comitê de Liberdade de Associação
Mediador: Ministro Alexandre Agra Belmonte - Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos

18h - Coquetel
Lançamento de livros da Coleção Estudos ENAMAT

CURSO: Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados e Magistradas
Módulo Exclusivo para Magistrados e Magistradas

Terça-feira (06 de maio)
Manhã (9h)
Sessão sobre o sistema de controle da aplicação das NIT, com ênfase nos órgãos de controle
Palestrante: Sérgio Paixão Pardo - OIT Santiago
Comentarista: Juíza Carolina Paiva - TRT4

Tarde (14h)
Sessão sobre NIT em matéria de liberdade sindical e negociação coletiva
Palestrante: Mario Ackerman
Comentarista: Juíza Monique Matos - TRT5



Seminário
As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação

Quarta-feira (07 de maio)
Manhã
Sessão sobre NIT em matéria de trabalho forçado, trabalho infantil e segurança e medicina no trabalho
Palestrante: Marialaura Fino - Especialista em NIT da OIT
Comentarista: Juíza Maria Odete Freire de Araújo - TRT 6

Tarde
Oficina de estudo de caso sobre o uso judicial das NIT e elaboração de teses sobre trabalho forçado, trabalho infantil e segurança e medicina no trabalho
Sérgio Paixão Pardo - OIT Santiago
Instrutoras ENAMAT

Quinta-feira (08 de maio)
Manhã
Sessão sobre NIT em matéria de igualdade e não discriminação no emprego e ocupação, trabalhadores com responsabilidades familiares e violência e assédio no mundo do trabalho
Palestrante: Paz Arancibia Roman - Especialista Regional em Gênero e não discriminação
Comentarista: Juíza Adriana Melonio

Tarde
Oficina de estudo de caso sobre o uso judicial das NIT e criação de teses sobre igualdade e não discriminação no emprego e ocupação e violência e assédio no mundo do trabalho
Marialaura Fino e Sérgio Paixão
Instrutoras ENAMAT

Sexta-feira (09 de maio)
Manhã
Sessão sobre plataformas digitais, tecnologia e trabalho (relatório preparatório para a Conferência), Visão da OIT sobre o uso da inteligência artificial.
Marialaura Fino e Sérgio Paixão

Tarde
Plenária Final (Sexta-feira)
Formato: Apresentação das teses por cada grupo - cada sala se reúne e deliberará acerca do encaminhamento de 2 teses por tema. F. Discussão: Debate sobre as teses apresentadas.
Votação: Escolha das teses mais relevantes e impactantes
Sérgio Paixão e Marialaura Fino
Instrutoras ENAMAT



Seminário
As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação

Corpo Docente OIT

Ministro Mauricio Godinho Delgado
Ministra Kátia Magalhães Arruda
Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

Ana Virginia Moreira Gomes
Marialaura Fino
Sérgio Paixão Pardo
Paz Arancibia Roman
Sandro Lunardi

Magistradas ENAMAT

Maria Odete Freire de Araújo
Monique Fernandes Santos Matos
Carolina Cauturo Dias de Paiva
Adriana Meinelis Melonio



MODALIDADE A DISTÂNCIA

1- EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO



EXECUÇÃO

NO PROCESSO DO
TRABALHO



Período: 30 de setembro a 13 de novembro de 2024.

Total de alunos(as): 29 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 25 certificados

Satisfação do curso: 88,81% de satisfação

O Curso de Formação de Formadores “Execução no Processo do Trabalho” teve por objetivo capacitar as alunas-magistradas e os alunos-magistrados para aplicar uma prática estruturada da execução, principalmente na aplicação de medidas que impulsionem a celeridade e, sobretudo, a efetividade da execução.

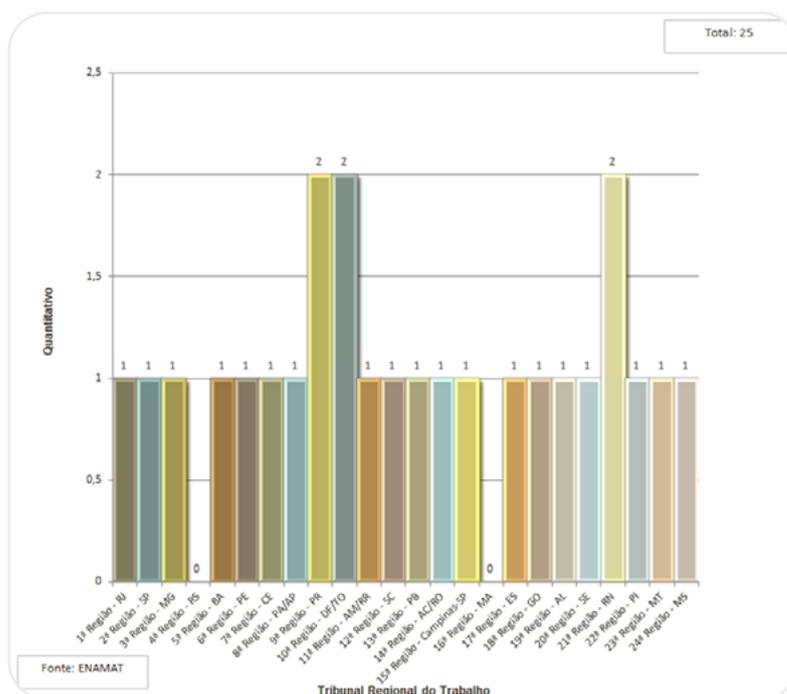
A carga horária total do curso foi de 30 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	30/9 a 2/10	2 horas
Aula 1	Depósito recursal. Liberação de quantia incontroversa; Medidas executivas atípicas; Tutela cautelar na execução; Cessão de créditos trabalhistas.	3 a 9/10	5 horas
Aula 2	Recuperação judicial e falência; Competência; Crédito extraconcursal.	10 a 16/10	5 horas

Aula 3	Sociedade Anônima de Futebol; Execução contra empresa do grupo econômico do executado; Fraude à execução; Penhora de imóvel adquirido após a citação para pagamento de dívida e destinado à moradia da família.	17 a 23/10	5 horas
Aula 4	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica; Efetividade da execução e prescrição intercorrente; Instauração da execução de ofício; Reunião de execuções	24 a 30/10	5 horas
-	Webconferência - 17h	31/10	-
Aula 5	Penhora de salários e proventos de aposentadoria; Execução individual de sentença coletiva.	31/10 a 6/11	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	7 a 13/11	3 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

2- O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A JUSTIÇA DO TRABALHO

O Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça do Trabalho



Período: 07 de outubro a 27 de novembro de 2024.

Total de alunos(as): 40 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 37 certificados

Satisfação do curso: 97,04% de satisfação

O Curso de Formação de Formadores “O Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça do Trabalho” teve por objetivo capacitar magistradas e magistrados para aplicar a doutrina da proteção integral na Justiça do Trabalho, primando pela erradicação do trabalho infantil, o estímulo à aprendizagem e a garantia ao convívio familiar; para aplicação do Protocolo de Atuação da Justiça do Trabalho em perspectiva da infância e da adolescência, que envolve, dentre outros, os temas do trabalho infantil artístico e desportivo na infância e na adolescência e as crianças e adolescentes influenciadores digitais.

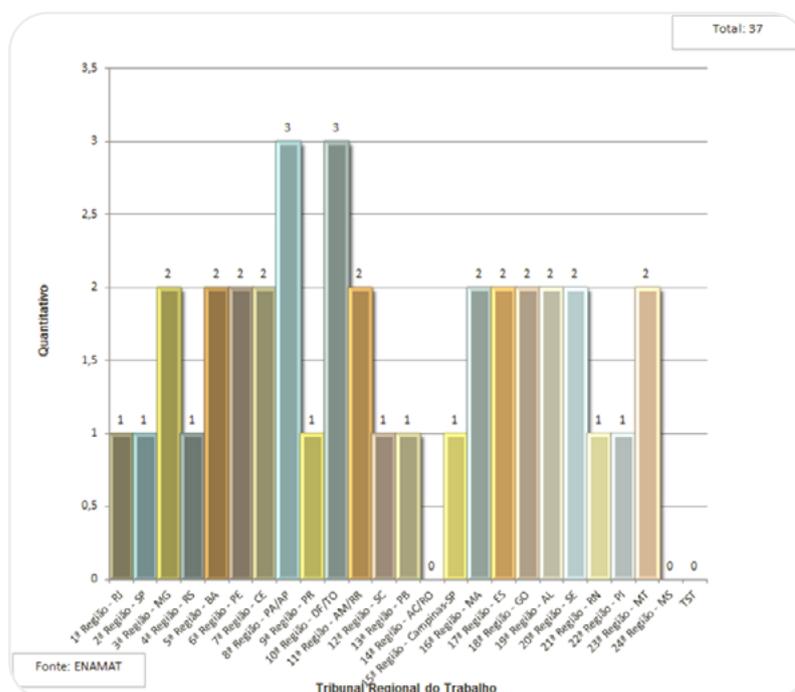
A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	7/10 a 9/10	3 horas
Aula 1	Da doutrina da situação irregular ao paradigma da proteção integral.	10 a 16/10	5 horas
Aula 2	Marcos legais e doutrinários da proteção integral à criança e ao adolescente; e Trabalho infantil em geral.	17 a 23/10	5 horas
Aula 3	Piores Formas de Trabalho Infantil - Conceito, disciplina legal e modalidades principais.	24 a 30/10	5 horas
Aula 4	Políticas Públicas de escopo educativo e formação profissional do adolescente. Estágio. Aprendizagem profissional.	31/10 a 6/11	5 horas

Aula 5	Rede de Proteção. Sistema de Garantia de Direitos e os Juizados Especiais da Infância e Adolescência; e Protocolo de Atuação da Justiça do Trabalho em Perspectiva de Infância e Adolescência	7 a 13/11	5 horas
-	Webconferência - 17h	14/11	2 horas
Aula 6	Plano de ação. Estudo de caso. Aplicação prática do Protocolo; e Repositório de decisões judiciais trabalhistas	14 a 20/11	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	21 a 27/11	5 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

3- ASSÉDIO E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO

ASSÉDIO

e outras formas de

VIOLÊNCIA

na Justiça do Trabalho



Período: 21 de outubro a 11 de dezembro de 2024.

Total de alunos(as): 46 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 40 certificados

Satisfação do curso: 98,64% de satisfação

O Curso de Formação de Formadores “Assédio e outras Formas de Violência na Justiça do Trabalho” teve como objetivo capacitar magistradas e magistrados do Trabalho para identificar, compreender e enfrentar assédio sexual, assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, promovendo uma cultura organizacional inclusiva e respeitosa, por meio do conhecimento dos conceitos fundamentais, impactos e consequências, legislação pertinente, procedimentos de denúncia e investigação, além de desenvolver habilidades de apoio às vítimas e comunicação eficaz, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional e a construção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos.

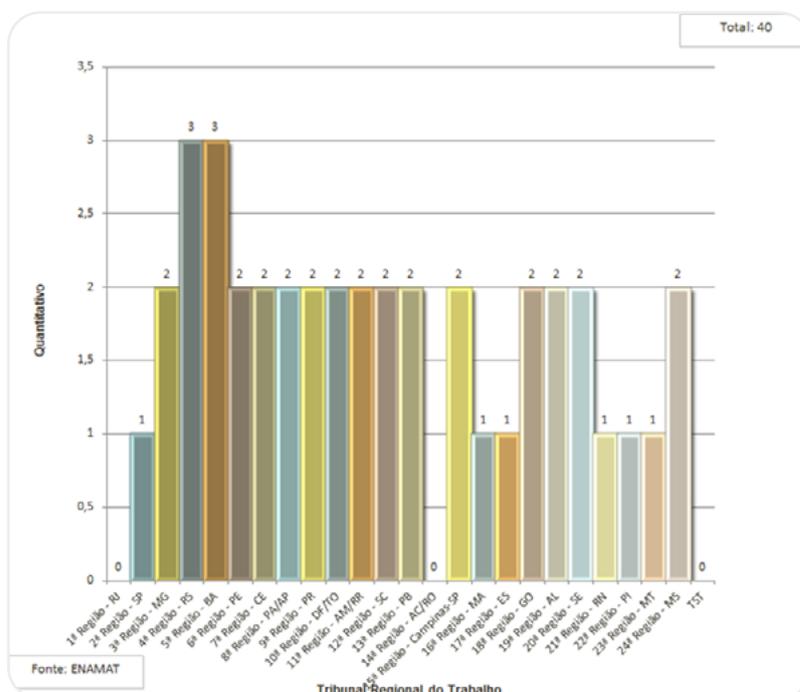
A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e preparação das atividades	21 a 23/10	1 hora
Módulo 1	Fórum I - LEGISLAÇÃO NACIONAL, INTERNACIONAL E OUTRAS REFERÊNCIAS Unidade 1: Noções Gerais sobre Legislação e Convenções Internacionais e Unidade 2: Principais Leis e Normativos.	24 a 30/10	6 horas
Módulo 1	Fórum II - LEGISLAÇÃO NACIONAL, INTERNACIONAL E OUTRAS REFERÊNCIAS Unidade 3: Políticas e Resoluções do CNJ.	31/10 a 6/11	6 horas
Módulo 2	Fórum III - CONCEITOS Unidade 1: Assédio Sexual; Unidade 2: Assédio Moral e Unidade 3: Discriminação.	7 a 13/11	6 horas

Módulo 3	Fórum IV - DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS Unidade 1: Prevenção e Políticas Nacionais e Unidade 2: Consequências e Saúde Mental	14 a 20/11	6 horas
Módulo 3	Fórum V - DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS Unidade 3: Procedimentos de Denúncia e Acolhimento	21 a 27/11	6 horas
-	Webconferência - 17h	28/11	-
Módulo 4	Fórum VI - ÉTICA NO LOCAL DE TRABALHO Unidade 1: Ética no Ambiente de Trabalho; Unidade 2: Integridade e Compliance e Unidade 3: Consequências Disciplinares e Criminais	28/11 a 4/12	6 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	4 a 11/12	3 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

4- SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

Saúde e Segurança

DO TRABALHO



Período: 17 de março a 7 de maio de 2025.

Total de alunos(as): 46 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 45 certificados

Satisfação do curso: 93,73% de satisfação

O Curso de Formação de Formadores “Saúde e Segurança do Trabalho” teve por objetivo capacitar magistradas e magistrados quanto aos principais rudimentos para a compreensão das questões de saúde, segurança e higiene do trabalho como questões labor-ambientais, plenamente explicáveis a partir da matriz jurídico-ambiental, como derivação semântica da hermenêutica integrativa associada aos artigos 200, VIII, e 225 da Constituição da República; e, conseqüentemente, habilitá-los a reconhecer e equacionar os problemas do meio ambiente do trabalho a partir de abordagens sistêmicas, funcionais e multifatoriais.

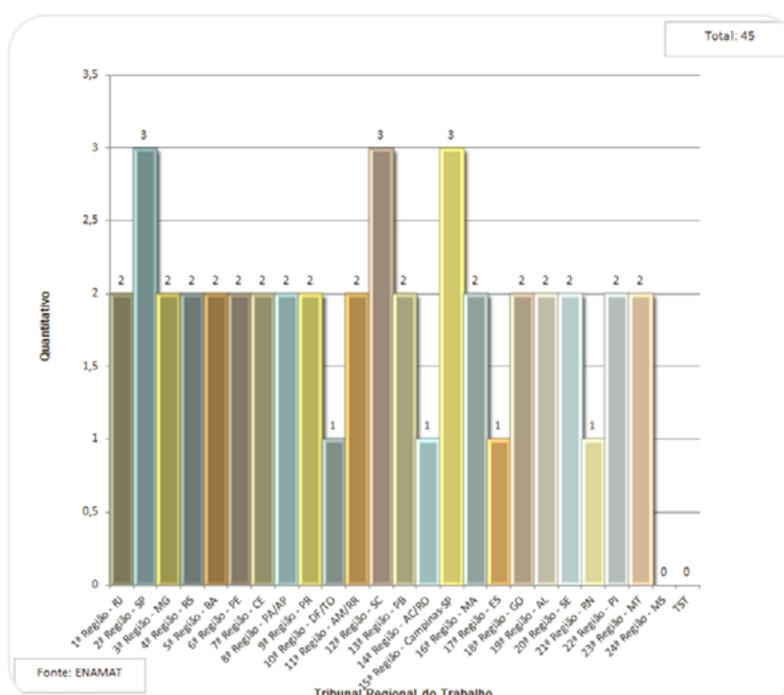
A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e preparação das atividades	17 a 19/03	3 horas
Aula 1	Meio ambiente do trabalho: conceito, preceito, sujeito (1ª parte)	20 a 26/03	5 horas
Aula 2	Meio ambiente do trabalho: conceito, preceito, sujeito (2ª parte)	27/03 a 02/04	5 horas
Aula 3	Meio ambiente do trabalho em perspectiva principiológica: aplicações dos princípios do Direito Ambiental no mundo do trabalho	03 a 09/04	5 horas
Aula 4	Meio ambiente do trabalho em perspectiva responsiva: o paradigma do risco	10 a 16/04	5 horas

Aula 5	A responsabilidade civil no meio ambiente do trabalho: inflexões e releituras	17 a 23/04	5 horas
-	Webconferência - 17h	24/04	-
Aula 6	As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e seus recentes (des)caminhos	24 a 30/04	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	1º a 07/05	7 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

5- SISTEMA DE ENSINO A DISTÂNCIA E DIDÁTICAS EM AMBIENTES VIRTUAIS



Período: 25 de março a 14 de maio de 2025.

Total de alunos(as): 42 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 40 certificados

Satisfação do curso: 95,05% de satisfação

O Curso de Formação de Formadores “Sistema de Ensino a Distância e Didáticas em Ambientes Virtuais” teve por objetivo desenvolver competências para a educação e aplicar técnicas e métodos ativos, para a elaboração de estratégias de aprendizagem em cursos à distância.

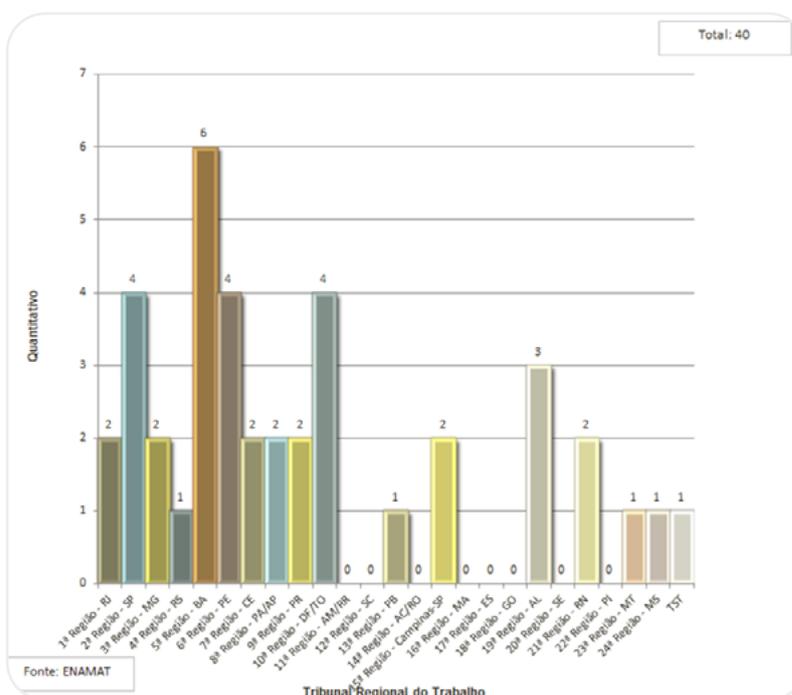
A carga horária total do curso foi de 30 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Aula 01	Domínios de competência do professor e transposição didática	25 a 31/3	3 h/a
	1º Encontro síncrono	25/3	2 h/a
Aula 02	O professor a distância no processo formativo	1º a 7/4	3 h/a
	2º Encontro síncrono	1º/4	2 h/a
Aula 03	Metodologias ativas - A construção ativa do conhecimento	8 a 14/4	3 h/a
	3º Encontro síncrono	8/4	2 h/a
Aula 04	Apresentação de conteúdo com fichas de estratégias ativas de aprendizagem 2	15 a 21/4	3 h/a

	4º Encontro síncrono	15/4	2 h/a
Aula 05	Apresentação da atividade final	22 a 28/4	3 h/a
	5º Encontro síncrono	23/4	2 h/a
Aula 06	Roda de conversa: Desafios da equipe de coordenação dos cursos da ENAMAT e construção de estratégias para minimizar as ocorrências	29/4 a 5/5	3 h/a
	6º Encontro síncrono	29/4	2 h/a
	Período para finalização das entregas das atividades	30/4 a 14/5	-

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

6- SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DO TRABALHO

Sistema Interamericano de Direitos Humanos



enamat Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados de Trabalho

Período: 04 de agosto a 24 de setembro de 2025.

Total de alunos(as): 27 alunos

O Curso de Formação de Formadores “Sistema Interamericano de Direitos Humanos e Justiça do Trabalho” teve por objetivo capacitar as alunas-magistradas e os alunos-magistrados quanto às normas e funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e à hierarquia das normas internacionais e decisões de Cortes Internacionais sobre o Direito do Trabalho como expressão dos Direitos Humanos.

A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e preparação das atividades	4 a 6/8	3 horas
Aula 1	Fundamentos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos	7 a 13/8	5 horas
Aula 2	Obrigações dos Estados no Sistema Interamericano	14 a 20/8	5 horas
Aula 3	O Sistema de Petições e Casos Individuais	21 a 27/8	5 horas
Aula 4	Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho	28/6 a 3/9	5 horas
Aula 5	Estândares interamericanos sobre direitos trabalhistas e de seguridade social e sua aplicação ao Brasil – Parte I	4 a 10/9	5 horas
-	Webconferência - 17h	11/9*	-
Aula 6	Estândares interamericanos sobre direitos trabalhistas e de seguridade social e sua aplicação ao Brasil – Parte II	11 a 17/9	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	18 a 24/9	7 horas

CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Formação Continuada é dirigida a todas as magistradas e a todos os magistrados trabalhistas, em exercício ou aposentadas e aposentados, e de qualquer grau de jurisdição, ministrada na forma de cursos, seminários, e outros eventos.

Conforme disposto no Artigo 37 da Resolução ENAMAT N° 28/2022:

Art. 37 - A Formação Continuada tem por objetivo geral propiciar às magistradas e magistrados do trabalho formação profissional tecnicamente adequada, eticamente humanizada, voltada para a defesa dos princípios do Estado Democrático de Direito e comprometida com a solução justa dos conflitos, com ênfase nas competências teóricas e práticas básicas para o exercício da função na perspectiva do caráter nacional da instituição judiciária trabalhista.

Parágrafo único. Os objetivos específicos da Formação Continuada são:

- a) a aquisição de novas competências profissionais;
- b) o desenvolvimento de competências profissionais já adquiridas na Formação Inicial;
- c) o intercâmbio pessoal e profissional.

A formação continuada pode ser realizada em eventos no Brasil ou no exterior, de maneira presencial ou à distância.

A participação da magistratura trabalhista em eventos internacionais se dá por meio dos convênios firmados pela Escola. Os acordos têm por objetivo propiciar o intercâmbio e a cooperação técnica com Escolas de Magistratura, estrangeiras e com instituições internacionais congêneres.

MODALIDADE PRESENCIAL

Os Cursos de Formação Continuada (CFC) na modalidade presencial promovidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) representam um pilar fundamental no processo de atualização e aprimoramento das magistradas e dos magistrados do trabalho. A modalidade presencial, por suas características, oferece uma experiência de aprendizagem diferenciada, propiciando a interação direta entre os participantes e os instrutores, além de fomentar o networking e a troca de experiências.

A ENAMAT, em consonância com sua missão institucional e com as diretrizes estabelecidas pela Resolução ENAMAT nº 28/2022, que dispõe sobre a política de ensino profissional, incluindo as modalidades presencial e a distância, tem investido significativamente na oferta de cursos presenciais. Estes cursos são planejados para atender às necessidades específicas da magistratura, com foco em temas relevantes e atuais do Direito do Trabalho, da gestão judiciária e áreas afins.

A estrutura pedagógica dos cursos presenciais é cuidadosamente elaborada para promover o engajamento ativo dos participantes. As atividades incluem aulas expositivas, debates, estudos de caso, simulações e outras dinâmicas que estimulam a participação e a colaboração. Os conteúdos são selecionados para garantir a sua relevância e aplicabilidade na prática diária dos magistrados.

1 - GESTÃO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR EM CORREGEDORIA



Período: 3 e 4 de fevereiro de 2025

Total de magistrados(as): 44 inscritos(as) e
11 certificados

Carga horária total: 14 horas-aula

Atendendo a demanda específica da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), promoveu, em parceria, o 2º Curso de Formação Continuada (CFC) em Gestão-administrativo-disciplinar em Corregedoria.

A ação formativa, voltada aos integrantes dos órgãos correccionais da Justiça do Trabalho abordou temas acerca da introdução à atividade administrativo-disciplinar com a experiência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial classes disciplinares, normatização de processamento e Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), além da instrução documental e oral de procedimentos disciplinares focadas em técnicas e boas práticas para a produção de prova nos procedimentos.

A formação abordou, ainda, a atualização jurisprudencial em Processo Administrativo Disciplinar (PAD) e em Revisão Disciplinar (REVDIS), além da normatização da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) em matéria administrativo-disciplinar, com a edição do novo Regimento Interno da CGJT.

A ação formativa, coordenada pelos Juízes Auxiliares da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, Dr. Giovanni Olsson e Dr. Hermann Hackradt, e pela Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT, Dra. Patrícia Maeda, promoveu atividades voltadas para a apuração e aplicação de medidas disciplinares a servidores públicos e membros da Justiça do Trabalho, com o objetivo de manter a ordem, a disciplina e a integridade na administração pública, assegurando-se formação específica para o reforço da confiança da sociedade na atividade jurisdicional trabalhista.

Programação:

2º CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA
EM GESTÃO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR EM CORREGEDORIA
3 e 4 de fevereiro de 2025
(14 horas-aula)
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

DIA 3.02.2025 (segunda-feira) (Local: plataforma virtual da ENAMAT)	
08h45min	Credenciamento e integração online
09h	Abertura online - Ministro Corregedor-Geral da JT – CSJT e Direção da ENAMAT
09h15min	Introdução à atividade administrativo-disciplinar: a experiência do CNJ -Dr. Lizandro Garcia Gomes Filho – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNJ -Dr. Dimitri Vasconcelos Wanderley – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNJ
10h45min	<i>Coffee break</i>
11h	Desafios atuais das atividades correccionais da JT: estrutura e procedimentos (I) -Dra. Inês da Fonseca Porto – ex-Chefe de Gabinete do CNJ -Dr. Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT -Dr. Hermann Hackradt – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT
12h15min	Intervalo de almoço
13h45min	Técnicas de instrução documental e oral de procedimentos disciplinares -Dr. Leandro Galluzzi dos Santos – ex-Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ
15h15min	<i>Coffee break</i>
15h30min	Desafios das atividades correccionais da JT: estrutura e procedimentos (II) -Dra. Inês da Fonseca Porto – ex-Chefe de Gabinete do CNJ -Dr. Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT -Dr. Hermann Hackradt – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT
17h	Encerramento

DIA 4.02.2025 (terça-feira) (Local: plataforma virtual da ENAMAT)	
9h	Atualização jurisprudencial em PAD e REVDIS Dr. João Carlos Murta Pereira - ex-Chefe de Gabinete do CNJ
10h30min	<i>Coffee break</i>
10h45min	Atualização jurisprudencial em PAD e REVDIS Dr. João Carlos Murta Pereira - ex-Chefe de Gabinete do CNJ
12h15min	Intervalo de almoço
13h45min	Normatização da CGJT em matéria administrativo-disciplinar (novo RI da CGJT) -Dra. Inês da Fonseca Porto – ex-Chefe de Gabinete do CNJ -Dr. Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT (<i>Coffee break a definir</i>)
17h	Encerramento do Curso

Coordenadores do Curso:
-Dr. Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT
-Dr. Hermann Hackradt – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT

Formadores do Curso:
-Dr. Lizandro Garcia G. Filho – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNJ
-Dr. Dimitri V. Wanderley – Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional do CNJ
-Dr. Leandro Galluzzi dos Santos – ex-Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ
-Dra. Inês da Fonseca Porto – ex-Chefe de Gabinete do CNJ
-Dr. João Carlos Murta Pereira – ex-Chefe de Gabinete do CNJ
-Dr. Giovanni Olsson – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT
-Dr. Hermann Hackradt – Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da JT – CSJT

2- ACESSO À JUSTIÇA E NÃO DISCRIMINAÇÃO: REFLEXÕES A PARTIR DOS ESTÂNDARES INTERAMERICANOS



Período: 17 e 18 de fevereiro de 2025

Total de magistrados(as): 88 inscritos(as) e 81 certificados

Carga horária total: 16 horas-aula

Nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2025, a ENAMAT realizou, em Brasília, o curso presencial “Acesso à Justiça Trabalhista e Não Discriminação: Reflexões a partir dos Estândares Interamericanos”, com carga horária de 16 horas-aula. A iniciativa integrou a política de formação continuada da Escola, reforçando seu compromisso com o aperfeiçoamento da magistratura do trabalho para atuação com perspectiva de direitos humanos e combate às desigualdades estruturais.

O curso reuniu 83 magistradas e magistrados trabalhistas de diversos Tribunais Regionais do Trabalho, além de 5 membros(as) do Ministério Público do Trabalho, em vagas oferecidas em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).



A programação contemplou aulas expositivas dialogadas, estudos de caso e oficinas práticas. As palestras foram ministradas pelos integrantes da equipe de pessoal da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) Marina de Almeida Rosa e Thiago Pierobom. Os conteúdos abordaram o Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) e seus mecanismos de proteção, com ênfase nos padrões interamericanos sobre não discriminação, incluindo

gênero, raça, povos indígenas, pessoas LGBTQ+, pessoas idosas e pessoas com deficiência. Foram também discutidos elementos do conceito de acesso à justiça e de reparação integral no SIDH, bem como a relação entre empresas e direitos humanos.

A metodologia incluiu ainda a análise de casos paradigmáticos julgados pela Corte e pela Comissão Interamericana, favorecendo a reflexão crítica sobre os desafios de incorporação desses parâmetros no cotidiano da Justiça do Trabalho. Com isso, a ENAMAT buscou fortalecer a perspectiva interamericana na formação da magistratura trabalhista, contribuindo para uma atuação mais sensível, inclusiva e comprometida com a promoção dos direitos fundamentais no mundo do trabalho.

Programação:

CFC
Curso de Formação
Continuada

ACESSO À JUSTIÇA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Reflexões a partir dos padrões interamericanos

PROGRAMAÇÃO

17/2/2025 | 9h-13h

9h - Abertura

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

Ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.

9h15 - Apresentação do SIDH e seus mecanismos

Dr. Thiago Pierobom de Ávila: integrante da equipe de pessoal da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Estândares interamericanos relacionados à não discriminação: afrodescendentes, indígenas, LGBTI, pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, defensores de direitos, jornalistas e profissionais do sistema de justiça.

Dra. Marina de Almeida Rosa: integrante da equipe de pessoal da Secretaria Executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Estândares interamericanos relacionados à não discriminação: afrodescendentes, indígenas, LGBTI, pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, defensores de direitos, jornalistas e profissionais do sistema de justiça.

enamat

CFC
Curso de Formação
Continuada

ACESSO À JUSTIÇA E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Reflexões a partir dos padrões interamericanos

17/2/2025 | 14h-18h

Dra. Marina de Almeida Rosa: Estândares interamericanos relacionados ao direito ao trabalho e sua correlação com a não discriminação.

Dra. Marina de Almeida Rosa e Dr. Thiago Pierobom de Ávila: Estudo de casos sobre discriminações as relações de trabalho.

18/2/2025 | 9h-13h

Dr. Thiago Pierobom de Ávila: Conceito de acesso à justiça no SIDH e aplicações do princípio da não discriminação: prazo razoável, participação, não discriminação, proteção judicial efetiva.

Dra. Marina de Almeida Rosa: Elementos da reparação integral no SIDH e aplicações do princípio da não discriminação: restituição, compensação, satisfação, garantias de não repetição e obrigação de investigação e sanção.

18/2/2025 - 14h-18h

Dr. Thiago Pierobom de Ávila: Empresas e Direitos Humanos.

Dra. Marina de Almeida Rosa - Dr. Thiago Pierobom de Ávila: Oficina de Discussão - perspectivas do SIDH para a Justiça Trabalhista.

enamat

Na oportunidade também foram produzidos dois episódios de VideoCast para complementação da ação formativa e contam com 199 e 244 visualizações (até 12 de setembro de 2025), respectivamente:

CFC: ACESSO À JUSTIÇA E NÃO ...

Video cast

Marina de Almeida Rosa

enamat VIRTUAL

CFC: ACESSO À JUSTIÇA E NÃO ...

Video cast

Thiago André Pierobom de Ávila

enamat VIRTUAL

3- SEMINÁRIO “MULHERES, IGUALDADE, TRABALHO E CUIDADO”



Período: 21 de março de 2025

Total de magistrados(as): 110 inscritos(as) e 56 certificados

Carga horária total: 4 horas-aula

Em 21 de março de 2025, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) promoveu o Seminário “Mulheres, Igualdade, Trabalho e Cuidado”, atividade de formação continuada de caráter nacional, realizada na modalidade híbrida, ou seja, presencial, no Auditório Ministro Francisco Fausto Paula de Medeiros, nas dependências da ENAMAT em Brasília, e telepresencial, com transmissão ao vivo pelo canal da Escola no YouTube.

Com carga horária de 4 horas-aula, a ação formativa integrou o eixo Direito e Sociedade, subeixo Gênero, Raça e Diversidade, conforme definido na Tabela de Competências da Magistratura do Trabalho (Resolução ENAMAT nº 28/2022).

O seminário teve como objetivo proporcionar à magistratura trabalhista reflexões sobre o impacto da esfera social de gênero na prestação jurisdicional, visando promover uma atuação comprometida com a superação das desigualdades e discriminações de grupos vulnerabilizados.

Os debates incluíram temas como a efetiva aplicação da Lei de Igualdade Salarial, as interseccionalidades do trabalho de cuidado e as repercussões dessas questões para a proteção e efetividade dos direitos sociais no contexto das relações de trabalho.

A programação foi organizada em dois painéis principais: o primeiro abordou o tema Igualdade Salarial, com representantes de órgãos governamentais e especialistas em políticas de promoção de direitos, e o segundo teve como foco o Trabalho de Cuidado, reunindo a academia, as lideranças sociais e representantes de movimentos de trabalhadoras domésticas. A metodologia adotada privilegiou exposições teóricas de conferencistas, fomentando o debate crítico entre os participantes.



Ao final do seminário, ocorreu o lançamento oficial do Programa ENAMAT Itinerante - Etapa Centro-Oeste, prevendo sua ocorrência em todas as regiões geográficas do país, com a proposta de aproximar a ENAMAT das 24 Escolas Judiciais, além de estreitar o relacionamento entre essas escolas e levar um pouco da Escola Nacional para dentro delas, privilegiando informações, troca de conhecimento e de boas práticas pedagógicas, entre outros.

Também foi apresentado o resultado preliminar da Pesquisa ENAMAT sobre as Magistradas, reforçando o compromisso institucional com o aperfeiçoamento contínuo da formação, a valorização do trabalho das mulheres e a promoção da igualdade de gênero no Judiciário Trabalhista.

Programação:

PROGRAMAÇÃO

21 de março (sexta-feira)

13h30 Abertura do Seminário

14h30 1º Painel: Igualdade Salarial

Painelistas:
Rosane da Silva
 Secretária Nacional de Autonomia Econômica e de Cuidados
Dercylete Lisboa Laureiro da Silva
 AFT - Coordenadora Geral de Fiscalização e Promoção de Trabalho
 Decente da Secretaria de Inspeção do Trabalho
Symmy Larrat
 Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

16h 2º Painel: Trabalho de Cuidado

Painelistas:
Lais Abramo
 Secretária Nacional de Cuidados e Família
Creuza Oliveira
 Presidente de Honra da FENATRAD e Doutora Honoris Causa, UFBA
Anahí Guedes de Mello
 Antropóloga e pesquisadora UFSC

17h30 Lançamento do Programa ENAMAT itinerante
 Lançamento da Pesquisa ENAMAT sobre as Magistradas



Apoio


Realização





4- SEMINÁRIO INTERNACIONAL “CONSTRUINDO PONTES: TRABALHO E JUSTIÇA NO MERCOSUL”



Período: 10 e 11 de abril de 2025

Carga horária total: 14 horas-aula

Nos dias 10 e 11 de abril de 2025, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) promoveu, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), o Seminário Internacional “Construindo Pontes: trabalho e justiça no Mercosul”, como atividade integrante do Programa ENAMAT Itinerante - Etapa Sul.

O seminário, realizado em Porto Alegre (RS), em formato presencial e com tradução simultânea em português e espanhol, reuniu mais de 150 participantes, entre magistradas e magistrados trabalhistas, especialistas internacionais, pesquisadoras e pesquisadores, representantes sindicais e gestores e gestores públicos de países do Mercosul.

A atividade foi organizada em cooperação com as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho da 4ª, 9ª e 12ª Regiões. Além de promover o Programa ENAMAT Itinerante - Etapa Sul, consolidando importante rede de cooperação interinstitucional para o fortalecimento da integração regional, a ação formativa buscou construir um espaço de diálogo e intercâmbio jurídico multinacional, favorecendo o compartilhamento de boas práticas e de experiências para enfrentar os desafios comuns regionais na promoção do trabalho decente e da justiça social.



A programação contou com painéis temáticos distribuídos em 2 dias de debates intensos. Entre os temas abordados, destacaram-se o papel transformador das Normas Internacionais do Trabalho (NIT), a liberdade sindical, o controle de convencionalidade, a eliminação de discriminação, o trabalho forçado e degradante, a plataformização do labor humano, a transformação digital, a sustentabilidade e os impactos das mudanças climáticas no mundo do trabalho.

Com a participação de painelistas do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, buscou-se articular perspectivas jurídicas e sociais para enfrentar desigualdades históricas na região. Destacaram-se o Painel de Abertura sobre Liberdade Sindical e Formas de Trabalho na América Latina, as discussões sobre controle de convencionalidade e direitos coletivos frente à plataformização, além do Painel de Encerramento, com o lançamento da Plataforma LaborNexus, ferramenta para acesso a informações qualificadas em direito internacional do trabalho.

O evento reforçou, ainda, o compromisso da ENAMAT com a internacionalização da formação judicial trabalhista, conforme delineado pelo seu Conselho Consultivo, com a integração regional e com a promoção de uma justiça social comprometida com os direitos humanos, alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável e aos princípios das Normas Internacionais do Trabalho.



5- SEMINÁRIO ABRIL VERDE “TRABALHO SEGURO, SAÚDE E NOVAS TECNOLOGIAS”



Período: 29 e 30 de abril de 2025

Total de magistrados(as): 32 inscritos(as) e 25 certificados

Carga horária total: 06 horas-aula

Nos dias 29 e 30 de abril de 2025, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) participou, como parceira institucional, do Seminário Abril Verde “Trabalho seguro, saúde e novas tecnologias”, ação formativa realizada no Tribunal Superior do Trabalho (TST) como parte das ações do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho - Trabalho Seguro (PTS).

A atividade integrou a agenda do Abril Verde, campanha nacional de conscientização sobre a saúde e segurança do trabalho, reforçando o compromisso interinstitucional do Judiciário Trabalhista com a promoção do trabalho decente e seguro.

O seminário reuniu magistradas e magistrados, membros(as) do Ministério Público do Trabalho, representantes sindicais, pesquisadoras e pesquisadores, além de profissionais de diversas áreas para discutir os desafios contemporâneos para a saúde e segurança no trabalho em um cenário de intensas transformações tecnológicas e sociais.



A programação contou com painéis temáticos abordando questões emergentes. No dia 29 de abril, o painel “Trabalho em Plataformas Digitais: viver e morrer sobre rodas” debateu as condições laborais dos trabalhadores de aplicativos e os riscos relacionados à precarização e acidentes. Participaram desse painel representantes sindicais, membros(as) do Ministério Público do Trabalho e profissionais da saúde. Ainda no primeiro dia, houve o lançamento oficial dos temas “Acidente de Trabalho e Doença Ocupacional no Monitor de Trabalho Decente (MTD)”, consolidando o compromisso com o mapeamento e enfrentamento desses desafios.

No dia 30 de abril, o painel “Inteligência Artificial: Desafios e Perspectivas para a Promoção do Trabalho Decente” trouxe especialistas da academia brasileira para refletir sobre os impactos das tecnologias emergentes nos direitos trabalhistas e nas condições de saúde e segurança no trabalho. As discussões destacaram a necessidade de construir marcos regulatórios e práticas jurídicas que garantam a universalização do direito à saúde e à segurança no trabalho, mesmo diante das novas tecnologias e formas de organização produtiva.

A ENAMAT, como parceira institucional, reforçou, por meio dessa ação seu compromisso com a formação crítica da magistratura trabalhista, alinhada aos princípios constitucionais de proteção à dignidade humana e promoção de ambientes laborais saudáveis e seguros, contribuindo para a construção de uma Justiça do Trabalho comprometida com a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais em todas as dimensões do mundo do trabalho.

Programação:

SEMINÁRIO

Universalização do
DIREITO À SAÚDE
E SEGURANÇA DO
TRABALHO E
NOVAS TECNOLOGIAS

PROGRAMAÇÃO

29 de abril

13h30 **Abertura**

14h30 **Painel | Trabalho em Plataformas Digitais: Viver e Morrer sobre Rodas**

Mediador: Ministro Alberto Bastos Balazeiro, Coordenador Nacional do Programa Trabalho Seguro

Painelistas

Gilberto Almeida dos Santos - Presidente do Sindimoto SP

Clarissa Ribeiro Schinestek - Procuradora do Trabalho (15ª Região) e Coordenadora Regional da Coordenadoria de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho (CONAFRET);

Rogério Antônio Canuto - Fisioterapeuta e coordenador do Comitê de Terapia Funcional da rede Sarah

17h **Lançamento dos temas "Acidente de Trabalho" e "Doença Ocupacional" no Monitor de Trabalho Decente (MTD)**






SEMINÁRIO

Universalização do
DIREITO À SAÚDE
E SEGURANÇA DO
TRABALHO E
NOVAS TECNOLOGIAS

PROGRAMAÇÃO

30 de abril

09h00 **Painel | Inteligência Artificial: Desafios e Perspectivas para a Promoção Do Trabalho Decente**

Mediadora: Juíza Ananda Tostes Isoni, Gestora Nacional do Programa Trabalho Seguro (Centro-Oeste)

Painelistas

Kenzo Soares (UFRJ) - Professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador com projeto de pós-doutorado no Information & Society project da Yale Law School e fellow do Digital Cooperative Economy Institute da New School University;

Roseli Figaro - Professora titular da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Observatório Internacional de trabalho e inteligência artificial, da Universidade de Essex (Reino Unido);

José Geraldo de Sousa Junior - Professor emérito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB). Co-líder do Grupo de Pesquisa "O Direito Achado na Rua".

11h30 **Encerramento**






6- III SEMINÁRIO “CAMINHOS PARA A EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO TRABALHISTA”

III seminário

Caminhos para a efetividade da **EXECUÇÃO TRABALHISTA**

Período: 9 e 10 de junho de 2025

Total de magistrados(as): 67 inscritos(as) e 67 certificados

Carga horária total: 14 horas-aula

Nos dias 9 e 10 de junho de 2025, foi realizado, em Brasília, o “III Seminário Caminhos para a Efetividade da Execução Trabalhista”, ação formativa organizada pela Comissão Nacional de Efetividade da Execução Trabalhista (CNEET), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). A atividade teve como foco o aperfeiçoamento da magistratura trabalhista diante dos principais desafios relacionados ao cumprimento das decisões judiciais e à efetividade dos direitos reconhecidos em juízo.

A programação contou com a presença de ministras e ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), juízas e juízes do trabalho, pesquisadoras e pesquisadores e docentes, que se reuniram em uma série de conferências, mesas redondas e painéis sobre temas centrais da execução trabalhista.

No primeiro dia (9/6), os debates se concentraram no uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio à execução, com painéis dedicados à compreensão técnica, aplicações práticas e implicações jurídicas do uso desse recurso. A conferência A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Execução Trabalhista, ministrada pelo Professor Doutor Oscar Vilhena Vieira, ofereceu uma análise crítica das decisões da Suprema Corte com impacto direto na efetividade da jurisdição trabalhista.

O dia se encerrou com a solenidade de premiação do Concurso de Boas Práticas em Execução Trabalhista, concebido em reconhecimento às iniciativas que visam aprimorar a efetividade da prestação jurisdicional na fase de execução na Justiça do Trabalho.

No segundo dia (10/6), os temas abordados incluíram grupo econômico, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, gestão de varas na execução trabalhista com foco em indicadores de produtividade, e incidentes como hipoteca judiciária, fraude à execução, exceção de pré-executividade e embargos de terceiro.



Com essa iniciativa, a ENAMAT reforçou seu compromisso institucional com o fortalecimento da formação continuada da magistratura, a atualização frente às inovações tecnológicas, e a promoção de uma execução trabalhista mais célere, eficiente e justa.

Programação:

III seminário

Caminhos para a efetividade da
EXECUÇÃO TRABALHISTA

PROGRAMAÇÃO

09/06/2025 (Segunda-feira)

8h30	Credenciamento
9h	Mesa de Abertura
9h15 - 10h45	Palestra: A Inteligência Artificial: suas características, aplicações e modelos existentes
10h45 - 11h	Intervalo
11h - 12h30	Palestra: A Inteligência Artificial e sua aplicabilidade na execução trabalhista
12h30 - 14h	Intervalo
14h - 15h30	Conferência: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Execução Trabalhista
15h30 - 15h45	Intervalo
16h - 17h30	Solenidade de Premiação

enamata EFETIVA EXECUÇÃO TRABALHISTA JUSTIÇA DO TRABALHO

III seminário

Caminhos para a efetividade da
EXECUÇÃO TRABALHISTA

PROGRAMAÇÃO

10/06/2025 (Terça-feira)

9h - 10h30	O grupo econômico e seu tratamento na Justiça do Trabalho
10h30 - 10h45	Intervalo
10h45 - 12h15	O Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica e a execução trabalhista
12h15 - 14h	Intervalo
14h - 15h30	Mesa redonda: Gestão de Vara na Execução Trabalhista: Índices, produtividade e perspectivas
15h30 - 15h45	Intervalo
16h - 17h30	Incidentes na execução trabalhista: hipoteca judiciária, fraude à execução, exceção de pré-executividade e embargos de terceiro
17h30	Encerramento

enamata EFETIVA EXECUÇÃO TRABALHISTA JUSTIÇA DO TRABALHO

7- SEMINÁRIO INTERNACIONAL “COP30, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRABALHO DECENTE NA AMAZÔNIA”



SEMINÁRIO COP30 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRABALHO DECENTE NA AMAZÔNIA

Período: 6 a 8 de agosto de 2025

Carga horária total: 16,5 horas-aula

Total de magistrados(as): 181 inscritos(as) e 149 certificados

O Seminário Internacional “COP30: Mudanças Climáticas e Trabalho Decente na Amazônia”, ocorrido de 6 a 8 de agosto de 2025, em Belém/PA, como parte do Programa ENAMAT Itinerante - Etapa Norte, em correalização do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), juntamente com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), por meio de seus programas institucionais, coordenados pela Coordenadoria Nacional de Promoção do Trabalho Decente e dos Direitos Humanos, e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) reuniu magistradas e magistrados, pesquisadoras e pesquisadores, representantes de comunidades tradicionais para, a partir de discussões sobre como a crise climática afeta o mundo do trabalho, especialmente na Amazônia, pensar soluções que promovam justiça social e ambiental.

A presença da ENAMAT foi destacada com a participação da sua Diretora, a ministra Kátia Magalhães Arruda, que conferiu prestígio institucional, articulação estratégica e visibilidade à referida ação formativa e à atuação do Programa ENAMAT Itinerante, lançado em março de 2025 para ampliar a articulação interinstitucional da ENAMAT com as Escolas Judiciais em todas as regiões brasileiras, incluindo ações como a ora proposta com o TRT8.

Nessa ação formativa, reforçou-se o papel da Justiça do Trabalho como agente de transformação social, atuando proativamente na defesa dos trabalhadores vulneráveis e na promoção de condições laborais alinhadas à sustentabilidade ambiental.

O seminário enfatizou, ainda, a urgência de integração entre justiça laboral e proteção ambiental, discutindo soluções concretas para mitigar impactos climáticos, fortalecer direitos fundamentais do trabalho e promover justiça climática no contexto amazônico.

Programação:

Dia 6/8/2025 (Manhã)

9h Credenciamento

10h Mesa de abertura

11h Conferência de abertura

12h30 Encerramento

Dia 6/8/2025 (Tarde)

14h Trabalho Escravo Contemporâneo e Crise Climática

(Programa Nacional de Enfrentamento ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante)

15h20 Intervalo Criativo

15h30 O impacto das mudanças climáticas sobre as infâncias e juventudes

(Programa de Erradicação do Trabalho infantil e Estímulo à Aprendizagem)

17h Encerramento

<https://www.trt8.jus.br/terminario-cop30/>

3/8

Local: Auditório Aloysio da Costa
Chaves. Trav. Dom Pedro I, 746 - 1º
andar do Prédio Sede do TRT8 - Bairro
Umarizal - Belém-PA

Dia 7/8/2025 (Manhã)

9h Segurança no trabalho, sustentabilidade e negociações climáticas

(Programa Trabalho Seguro)

10h40 Intervalo Criativo

10h40 Injustiça Climática e suas interseccionalidades

(Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade)

12h Almoço

Dia 7/8/2025 (Tarde)

14h Oficinas para construção da Carta de Belém pelo Trabalho Decente

16h Plenária para apresentação da Carta de Belém pelo Trabalho Decente

<https://www.trt8.jus.br/terminario-cop30/>

4/8

12h Conferência de Encerramento

Local: Território Quilombola de Itacoã
Miri, Acará, Pará.

Dia 8/8/2025 (Manhã)

8h Partida da Estação das Docas

9h A cadeia produtiva do açaí

Objetivo: Promover uma experiência prática e imersiva sobre a relação entre trabalho decente, desenvolvimento sustentável e a realidade das comunidades tradicionais da Amazônia, por meio de visita ao território quilombola de Itacoã Miri, onde o cultivo de açaí responde por 90% da atividade extrativista desenvolvida.

13h Encerramento

QUEM ESTÁ PROMOVEDO?

- Tribunal Superior do Trabalho
- Conselho Superior da justiça do trabalho
- Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

<https://www.trt8.jus.br/terminario-cop30/>

MODALIDADE A DISTÂNCIA



A modalidade de educação a distância (EaD) promovida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) tem demonstrado crescimento contínuo nos projetos e programas educacionais ofertados, refletindo a relevância crescente das tecnologias digitais na sociedade contemporânea. Essa expansão tem permitido alcançar, de forma simultânea e eficaz, magistradas e magistrados de todas as regiões do país, ampliando o número de participantes e favorecendo uma interação qualificada entre cursistas. Além disso, a EaD tem se mostrado uma alternativa estratégica para a otimização de recursos, com significativa redução de custos operacionais na produção e execução dos cursos.

A proposta pedagógica adotada pela ENAMAT foi estruturada com base em metodologias específicas para o ensino a distância, priorizando práticas didáticas que favorecem o engajamento ativo e colaborativo dos participantes. Os conteúdos foram desenvolvidos de maneira a assegurar sua adequação ao formato e aos objetivos de aprendizagem. O processo de ensino-aprendizagem foi fundamentado em uma abordagem colaborativa, com ênfase na interação entre os participantes por meio de atividades mediadas tecnologicamente.

Como ambiente virtual de aprendizagem, foi utilizada majoritariamente a plataforma Moodle, com foco especial na utilização de fóruns de discussão como ferramenta central para promover a troca de experiências, a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de competências. Além disso, para um maior enriquecimento na aprendizagem e engajamento entre os participantes, todos os cursos contaram com ao menos um encontro síncrono, mediado na plataforma Zoom, para uma troca de experiências em tempo real.

O modelo de avaliação adotado seguiu uma abordagem formativa, sendo realizada de forma contínua ao longo das aulas. A avaliação considerou tanto o desenvolvimento de competências entre participantes quanto o domínio dos conteúdos trabalhados, com base na análise da participação ativa nas atividades propostas no ambiente virtual.

A normatização da educação a distância, no âmbito da ENAMAT, encontra-se disciplinada no Título VI da Resolução ENAMAT Nº 28/2022 a qual dispõe:

Art. 44. A educação a distância, no âmbito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho - ENAMAT, seguirá as diretrizes contidas no Anexo 4 desta Resolução. (Redação dada pela Resolução ENAMAT n.º 35, de 06 de dezembro de 2023)

Art. 45. É recomendado às Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho que compõem o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SINFOMAT adotarem as diretrizes tratadas no Anexo 4 desta Resolução. (Redação dada pela Resolução ENAMAT n.º 35, de 06 de dezembro de 2023).

A ENAMAT realiza anualmente o levantamento de necessidades de formação da magistratura trabalhista. O presente instrumento busca diagnosticar as principais necessidades da formação profissional das magistradas e dos magistrados no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SINFOMAT, o que proporciona maior eficácia no planejamento e na execução das ações de formação vindouras.

A ENAMAT, atenta às necessidades do seu público-alvo, ofertou o curso sobre Controle de Convencionalidade: aplicabilidade, no formato de estudo de caso que buscou oferecer à aluna-magistrada e ao aluno-magistrado um espaço para reflexões e debates sobre a aplicabilidade do Controle de Convencionalidade, além de ser aderente à temática de Normas Internacionais, um dos temas centrais da Gestão outubro/2024 a outubro/2025.

Conforme disposto no anexo 4 da Resolução ENAMAT Nº 28/2022 que trata das diretrizes da educação a distância no Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SINFOMAT:

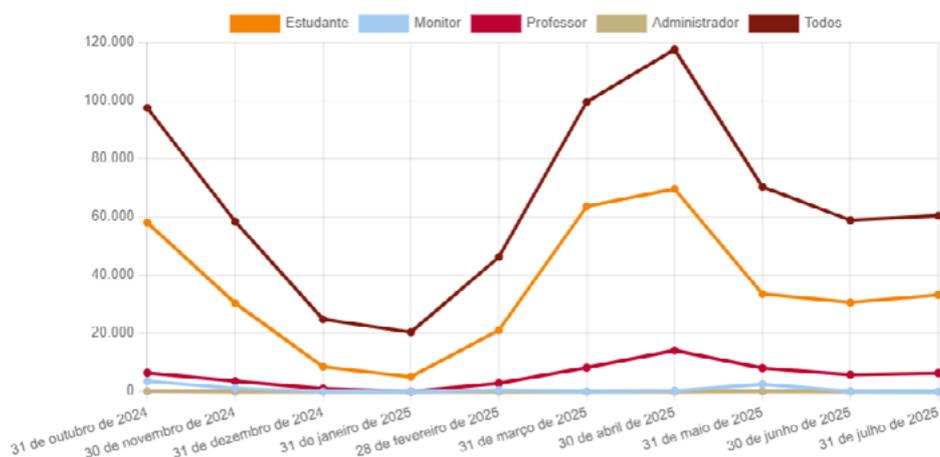
Os cursos à distância, ministrados pelas Escolas que compõem o SINFOMAT, seguem princípios metodológicos que norteiam a concepção didático-pedagógica e enfatizam a integração dos saberes, o foco na aprendizagem e a avaliação, como reflexão do ensinar e do aprender.

Para a capacitação do banco de formadores da ENAMAT foi ofertado o curso de formação de formadores sobre Sistema de Ensino a Distância e Didática em Ambientes Virtuais que buscou desenvolver competências para a educação e aplicar técnicas e métodos ativos, para a elaboração de estratégias de aprendizagem em cursos à distância.

Ainda, para atender à meta formativa inserida no glossário de indicadores da Justiça do Trabalho 2025-2026, houve a atualização do material didático e a oferta do curso sobre Precedentes no Processo do Trabalho, que também foi compartilhado com as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho de modo a contribuir para o alcance das metas de capacitação.

PLATAFORMA MOODLE DA ENAMAT

ENAMAT - Toda atividade (todos os papéis)



No âmbito das competências da Coordenadoria de Formação da ENAMAT, destaca-se o acompanhamento sistemático e a gestão pedagógica e operacional dos cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), conduzidos por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) hospedado na plataforma Moodle. De acordo com o relatório “Toda atividade”, foram registradas, no ambiente virtual da Escola Nacional, aproximadamente 120.000 interações dos usuários nos cursos em andamento no período de outubro de 2024 a julho de 2025, essas interações abrangem acessos, visualizações de atividades e recursos, participação em fóruns e demais ações de engajamento acadêmico.

Durante essa gestão, foi realizada a atualização da identidade visual das salas de aula virtuais, com foco na modernização da interface e na melhoria da usabilidade.

A acessibilidade digital é tratada como um requisito essencial na concepção e manutenção dos cursos. Com o objetivo de mitigar barreiras tecnológicas, comunicacionais e atitudinais, a Coordenadoria implementa continuamente soluções de acessibilidade, tais como: disponibilização de conteúdos em múltiplos formatos (HTML/Web, PDF, EPUB, MOBI), inserção de legendas em videoaulas, descrição textual de imagens, entre outros recursos compatíveis com tecnologias assistivas.

MODERNIZAÇÃO DA NOVA INTERFACE DO MOODLE



Em relação à segurança da informação no AVA, foram adotadas medidas de fortalecimento da cibersegurança, alinhadas às boas práticas de governança digital. Dentre as ações implementadas, destacam-se:

- ◇ Obrigatoriedade de redefinição de senhas pelos(as) usuários(as), com exigência de critérios de complexidade (senhas fortes);
- ◇ Ativação da autenticação multifator (MFA) para acesso à plataforma.

1- CAPACITAÇÃO PARA CEJUSC – MÓDULO PRÁTICO



Período: 15 de agosto a 17 de outubro de 2024.

Total de alunos(as): 138 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 126 certificados

Satisfação do curso: 92,20% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “Capacitação para CEJUSC - Módulo Prático” teve por objetivo desenvolver conhecimentos e habilidades para competências profissionais em mediação e conciliação judicial, bem como as relativas à gestão dos CEJUSCs-JT e à utilização de ferramentas telepresenciais para as negociações processuais e pré-processuais de âmbito individual e coletivo, atendendo à exigência formativa da Resolução CSJT nº 288, de 19 de março de 2021.

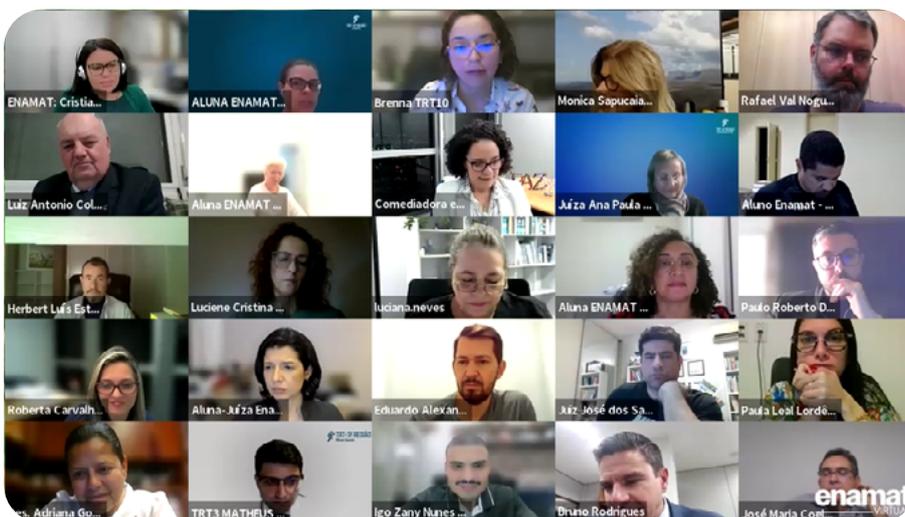
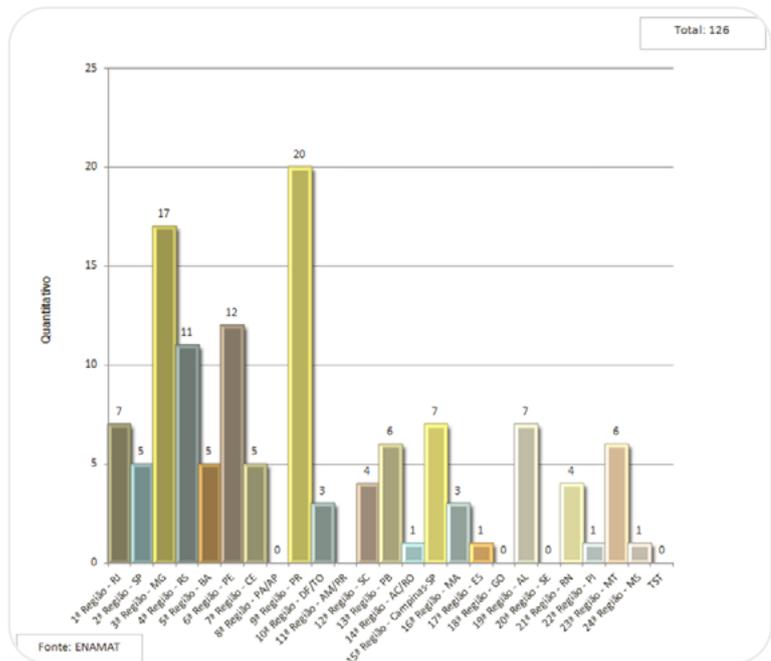
A carga horária total do curso foi de 60 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Modalidade	Carga Horária	
Fase I	1º Encontro Síncrono - Abertura horário previsto das 17h30 às 19h30	15/08	a distância/telepresencial (Plataforma Zoom)	Encontro em sala de aula ao vivo entre professor/professora e alunas e alunos (webconferência)	2 horas
	Observação	16 a 30/8	presencial ou a distância	Realização de observação de <u>DUAS</u> sessões integrais no CEJUSC/JT	10 horas e 40 minutos
			a distância (Plataforma Moodle)	Elaboração de <u>DOIS</u> relatórios das observações nas sessões e postagem dos documentos na Plataforma do Moodle (postagem até o dia 30/08/24)	6 horas e 30 minutos
Fase II	2º Encontro Síncrono horário previsto das 17h30 às 19h30	05/09	a distância/telepresencial (Plataforma Zoom)	Encontro em sala de aula ao vivo entre professor/professora e alunas e alunos (webconferência)	2 horas
	Co-mediação/co-conciliação	06 a 20/09	presencial ou a distância	Participação de <u>DUAS</u> a <u>TRÊS</u> PAUTAS no CEJUSC/JT: atuação em Co-mediação/co-conciliação realizadas em conjunto com um mediador mais experiente do CEJUSC/JT	10 horas e 40 minutos
			a distância (Plataforma Moodle)	Elaboração de <u>DOIS</u> relatórios das participações de co-mediação/co-conciliação e postagem dos documentos na Plataforma do Moodle (postagem até o dia 20/09/24)	6 horas e 30 minutos

Fase III	3º Encontro Síncrono horário previsto das 17h30 às 19h30	26/09	a distância/telepresencial (Plataforma Zoom)	Encontro em sala de aula ao vivo entre professor/professora e alunas e alunos (webconferência)	2 horas
	Mediação e Supervisão	27/09 a 11/10	presencial ou a distância	Participação de DUAS a TRÊS PAUTAS no CEJUSC/JT: atuação em Mediação/Conciliação realizadas no CEJUSC/JT	10 horas e 40 minutos
			a distância (Plataforma Moodle)	Elaboração de DOIS relatórios das participações de Mediação/Conciliação realizadas e postagem dos documentos na Plataforma do Moodle (postagem até o dia 11/10/24)	7 horas
	4º Encontro Síncrono – Encerramento horário previsto das 17h30 às 19h30	17/10	a distância/telepresencial (Plataforma Zoom)	Encontro em sala de aula ao vivo entre professor/professora e alunas e alunos (webconferência)	2 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

2- O DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO APLICADO ÀS RELAÇÕES DE TRABALHO

enamat
VIRTUAL



Período: 21 de outubro a 4 de dezembro de 2024.

Total de alunos(as): 188 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 155 certificados

Satisfação do curso: 96,96% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “O Direito Previdenciário Aplicado às Relações de Trabalho” teve por objetivo aprofundar os conhecimentos das magistradas e dos magistrados do trabalho sobre o Direito Previdenciário, abordando seus efeitos e sua aplicação nas relações de trabalho.

A carga horária total do curso foi de 30 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma *Moodle*.

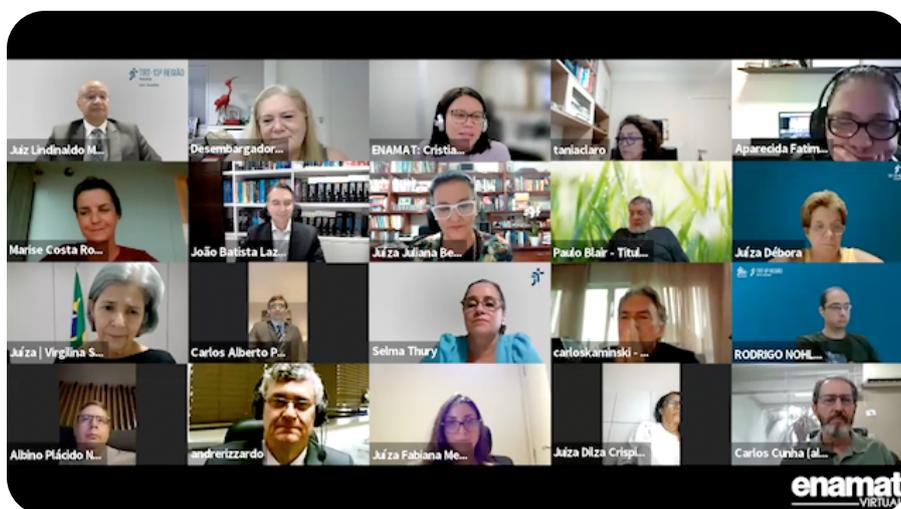
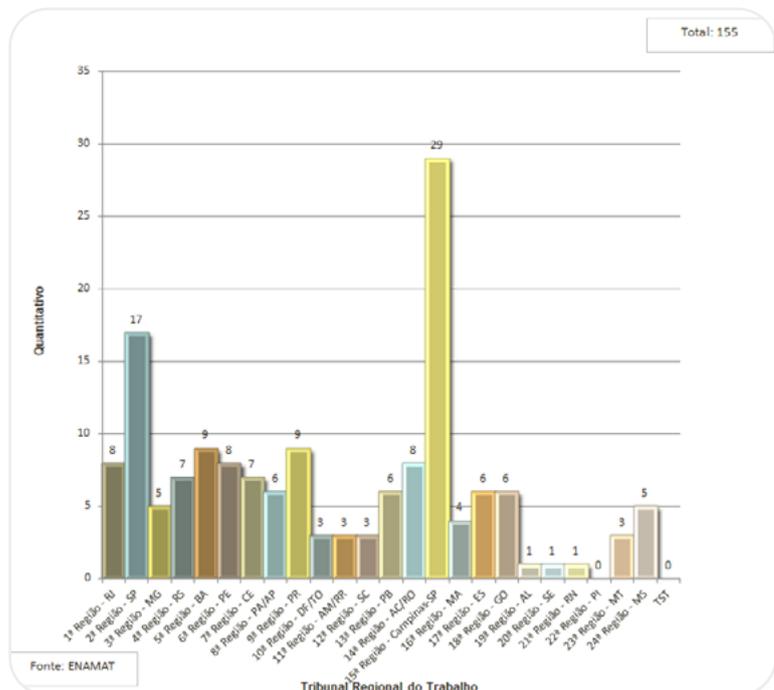
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	21 a 23/10	2 horas
Aula 1	Direito Previdenciário aplicado às relações de trabalho	24 a 30/10	5 horas
Aula 2	Custeio da Seguridade Social	31/10 a 6/11	5 horas
Aula 3	Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais	7 a 13/11	5 horas
Aula 4	Os benefícios por incapacidade	14 a 20/11	5 horas
Webconferência - 17h		21/11	-

Aula 5	Os efeitos dos benefícios previdenciários no contrato de trabalho	21 a 27/11	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	28/11 a 4/12	3 horas

***O horário de abertura de cada fórum será sempre às 13h.**

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

3- O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A JUSTIÇA DO TRABALHO

O Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça do Trabalho

enamat
VIRTUAL



Período: 17 de fevereiro a 9 de abril de 2025.

Total de alunos(as): 336 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 291 certificados

Satisfação do curso: 95,42% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “O Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça do Trabalho” teve por objetivo capacitar as alunas-magistradas e os alunos-magistrados para aplicarem a doutrina da proteção integral na Justiça do Trabalho, primando pela erradicação do trabalho infantil, o estímulo à aprendizagem e a garantia ao convívio familiar; para aplicação do Protocolo de Atuação da Justiça do Trabalho em perspectiva da infância e da adolescência, que envolve, dentre outros, os temas do trabalho infantil artístico e desportivo na infância e na adolescência e as crianças e adolescentes influenciadores digitais.

A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

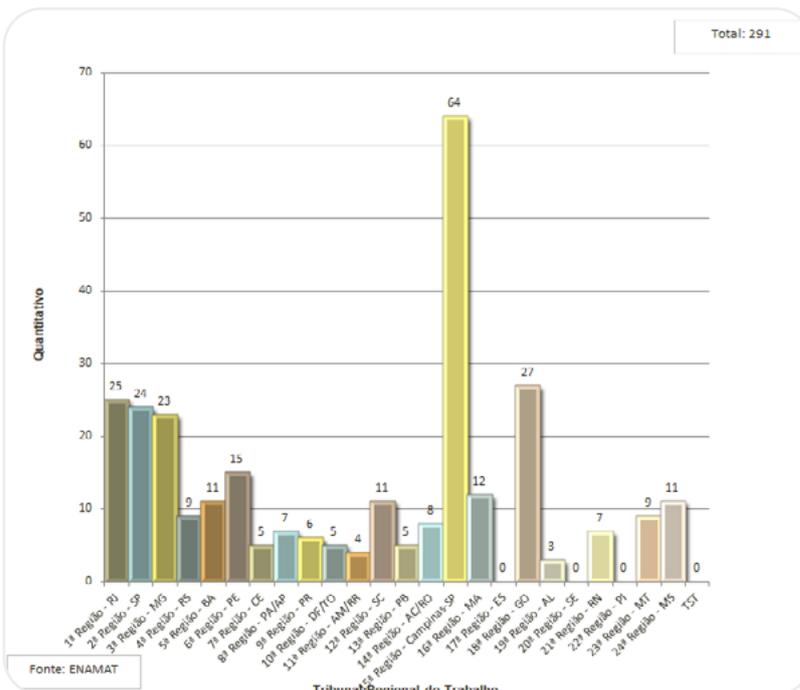
Para essa atividade formativa foram produzidos os VideoCast que contam com 672 visualizações (até 12 de setembro de 2025), cada um:



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	17/02 a 19/02	3 horas
Aula 1	Da doutrina da situação irregular ao paradigma da proteção integral.	20/02 a 26/02	5 horas
Aula 2	Marcos legais e doutrinários da proteção integral à criança e ao adolescente; e Trabalho infantil em geral.	27/02 a 05/03	5 horas
Aula 3	Piores Formas de Trabalho Infantil - Conceito, disciplina legal e modalidades principais.	06/03 a 12/03	5 horas
Aula 4	Políticas Públicas de escopo educativo e formação profissional do adolescente. Estágio. Aprendizagem profissional.	13/03 a 19/03	5 horas
Aula 5	Rede de Proteção. Sistema de Garantia de Direitos e os Juizados Especiais da Infância e Adolescência; e Protocolo de Atuação da Justiça do Trabalho em Perspectiva de Infância e Adolescência	20/03 a 26/03	5 horas
-	Webconferência - 17h	27/03*	-
Aula 6	Plano de ação. Estudo de caso. Aplicação prática do Protocolo; e Repositório de decisões judiciais trabalhistas	27/03 a 02/04	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	03/04 a 09/04	7 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

4- EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO



EXECUÇÃO

NO PROCESSO DO
TRABALHO



Período: 17 de março a 30 de abril de 2025.

Total de alunos(as): 320 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 282 certificados

Satisfação do curso: 93,99% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “Execução no Processo do Trabalho” teve por objetivo capacitar as alunas-magistradas e os alunos-magistrados para aplicar uma prática estruturada da execução, principalmente na aplicação de medidas que impulsionem a celeridade e, sobretudo, a efetividade da execução.

A carga horária total do curso foi de 30 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

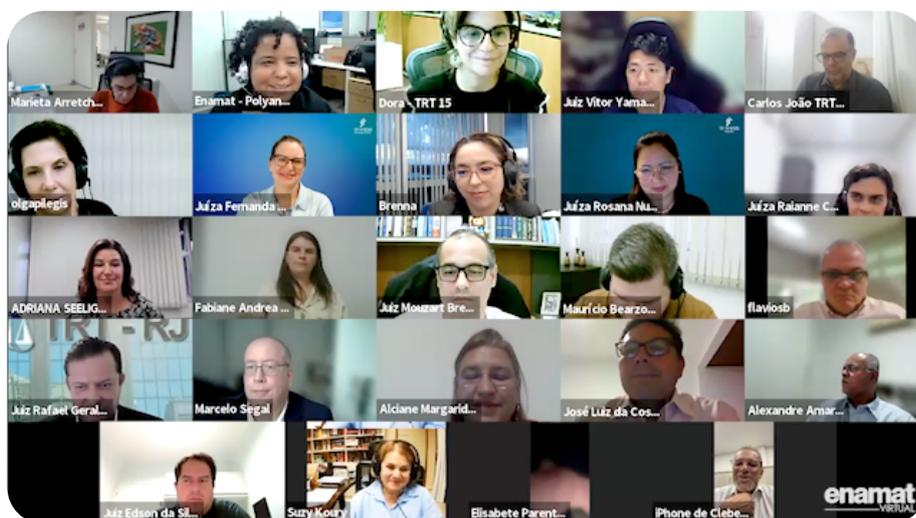
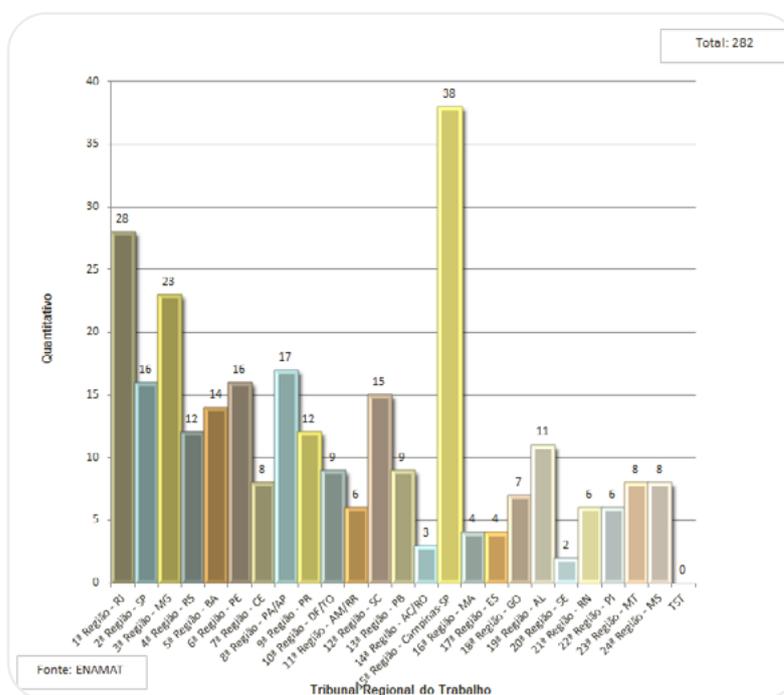
Para essa atividade formativa foi produzido o VideoCast que conta com 1.114 visualizações (até 12 de setembro de 2025):



Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	17 a 19/03	2 horas
Aula 1	Parâmetros para a atuação do juiz na execução.	20 a 26/03	5 horas
Aula 2	Liberação de depósito recursal e de quantia incontroversa. Medidas executivas atípicas. Tutela cautelar na execução. Cessão de créditos trabalhistas. Hipoteca judiciária. Efetividade da execução sob o prisma da garantia parcial da execução e oposição de embargos, parcelamento do débito, caracterização de grupo econômico, execução de devedor subsidiário, correção monetária e juros aplicáveis aos créditos trabalhistas.	27/03 a 02/04	5 horas
Aula 3	Recuperação Judicial. Falência. Créditos Trabalhistas	03 a 09/04	5 horas

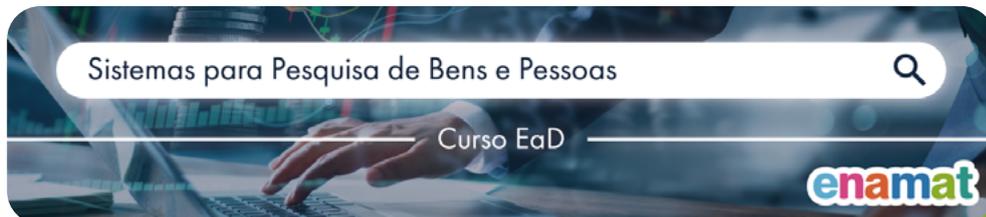
Webconferência - 17h		10/04*	
Aula 4	Sociedade anônima de futebol e responsabilidade pelas obrigações trabalhistas da entidade esportiva. Direcionamento da execução contra empresa do grupo econômico do executado que não participou da fase de conhecimento; fraude à execução; penhora de imóvel adquirido após a citação para pagamento de dívida e destinado à moradia da família.	10 a 16/04	5 horas
Aula 5	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica. Prescrição intercorrente. Instauração da execução de ofício. Reunião de execuções. Penhora de salários e proventos de aposentadoria. Penhora de bem de família. Imóvel suntuoso. Execução individual da sentença coletiva.	17 a 23/04	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	24 a 30/04	3 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO CERTIFICADOS EMITIDOS



POR REGIONAL
REGISTRO DA
WEBCONFERÊNCIA

5- SISTEMAS PARA PESQUISAS DE BENS E PESSOAS



Período: 7 de abril a 21 de maio de 2025.

Total de alunos(as): 172 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 138 certificados

Satisfação do curso: 96,36% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “Sistemas para Pesquisas de Bens e Pessoas” teve por objetivo capacitar as alunas-magistradas e os alunos-magistrados na utilização de sistemas de auxílio à execução trabalhista, com o intuito de proporcionar maior eficácia aos processos em fase execução.

A carga horária total do curso foi de 30 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

Para essa atividade formativa foram produzidos os VideoCast que contam com 417 e 415 visualizações (até 12 de setembro de 2025), cada um:



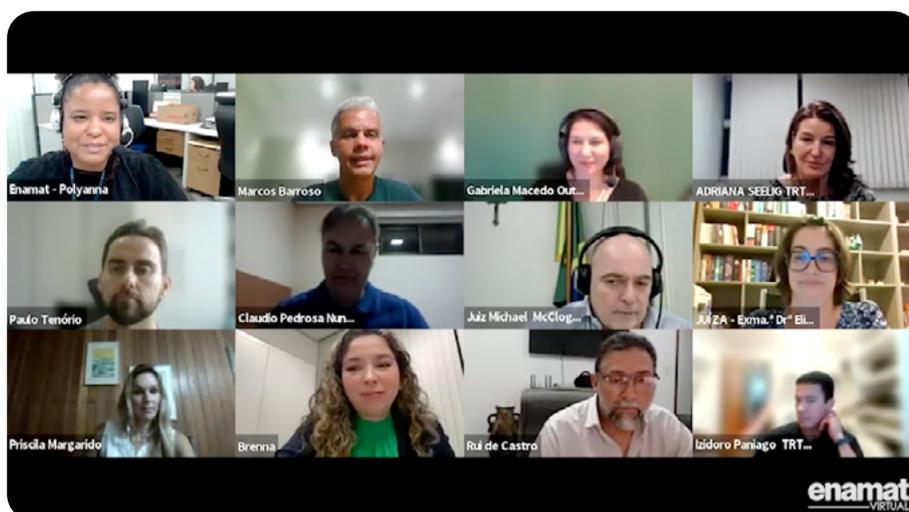
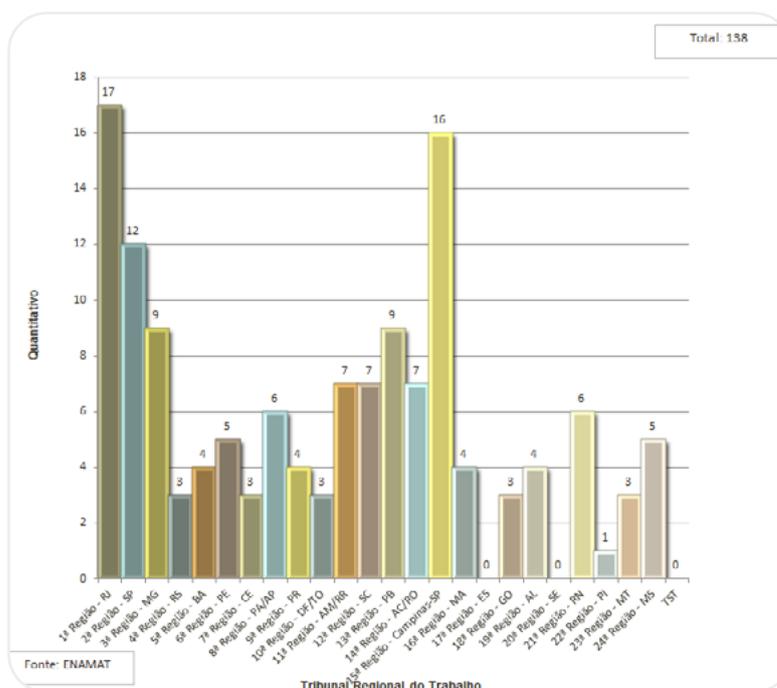
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	7 a 9/4	2 horas

Aula 1	SISBAJUD	10 a 16/4	5 horas
Aula 2	DOI - DIMOB - CNIB	17 a 23/4	5 horas
Aula 3	CCS - SNIPER - E-FINANCEIRA	24 a 30/4	5 horas
Aula 4	COAF RENAJUD	1º a 7/5	5 horas
Webconferência		8/5 às 17h	-
Aula 5	SIMBA	8 a 14/5	5 horas
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem	15 a 21/5	3 horas

***O horário de abertura de cada fórum será sempre às 13h.**

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

6- CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE: APLICABILIDADE



Controle de Convencionalidade
Estudo de casos
2025
enammat
VIRTUAL

Período: 28 de abril a 21 de maio de 2025.
Total de alunos(as): 82 alunos
Total de certificados emitidos com aproveitamento: 68 certificados
Satisfação do curso: 96,83% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “Controle de Convencionalidade: aplicabilidade” teve por objetivo oferecer à aluna-magistrada e ao aluno-magistrado espaço para reflexões e debates sobre a aplicabilidade do Controle de Convencionalidade.

A carga horária total do curso foi de 20 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

Para essa atividade formativa foi produzido o VideoCast que conta com 730 visualizações (até 12 de setembro de 2025):



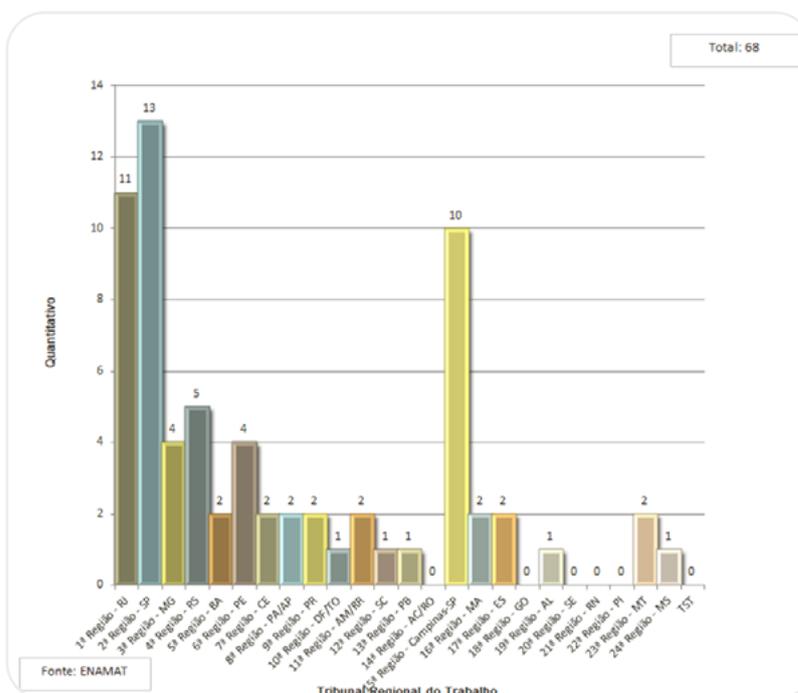
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Aula	Atividade	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Preparação para as atividades	28 a 30/4	2 h/a
Aula 1	Web	5/5	1 h/a
	Moodle	1º a 7/5	5 h/a

Aula 2	Web	12/5	1 h/a
	Moodle	8 a 14/5	5 h/a
Aula 3	Web	19/5	1 h/a
	Moodle	15 a 21/5	5 h/a

As WEBS estão previstas para às 17h.

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

7- PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO

PRECEDENTES NO PROCESSO DO TRABALHO



enam

Período: 26 de maio a 16 de julho de 2025.

Total de alunos(as): 327 alunos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 237 certificados

Satisfação do curso: 91,31% de satisfação

O Curso de Formação Continuada “Precedentes no Processo do Trabalho” teve por objetivo oferecer à aluna-magistrada e ao aluno-magistrado espaço para reflexões e debates sobre os Precedentes no Processo do Trabalho, abordando, com base nas mudanças legislativas recentes, notadamente o novo Código de Processo Civil (CPC) e a Reforma Trabalhista, a necessidade de aprender a lidar com o novo regramento atinente a recursos, aos incidentes recursais e às técnicas de argumentação jurídica decorrentes de tais mudanças.

A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

Para essa atividade formativa foi produzido o VideoCast que conta com 1.201 visualizações (até 12 de setembro de 2025):

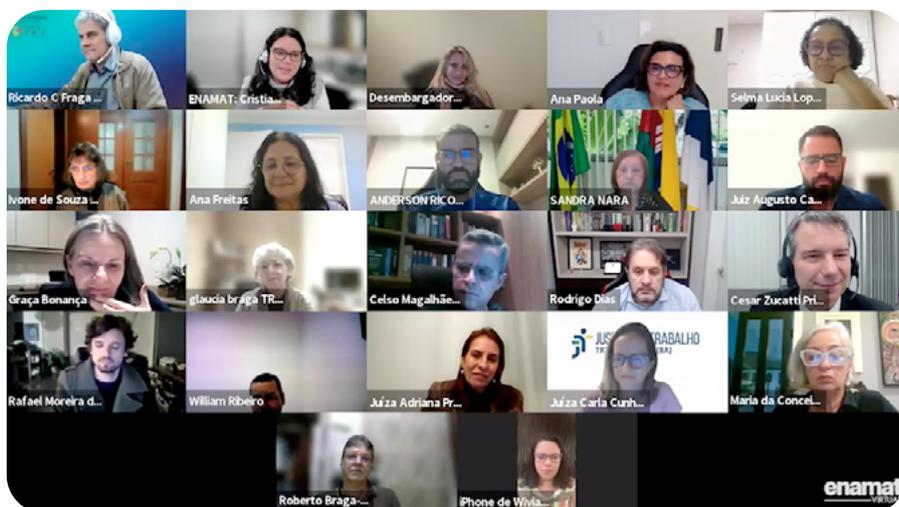
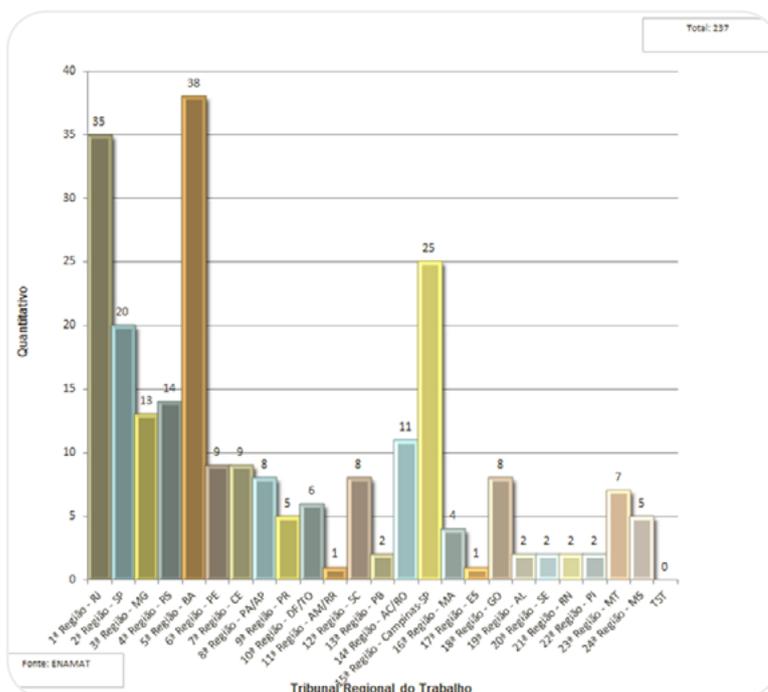


CONTEÚDO PROGRAMÁTICO –CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	26 a 28/5	3 horas
Aula 1	Precedentes – o que são e por que precisamos deles?	29/5 a 4/6	5 horas
Aula 2	Compreensão de nosso sistema de precedentes pelo direito comparado – common law	5 a 11/6	5 horas
Aula 3	Teoria Geral dos Precedentes	12 a 18/6	5 horas

Aula 4	Fundamentação com precedentes	19 a 25/6	5 horas
Aula 5	Precedentes e recursos repetitivos em 1º e 2º graus	26/6 a 2/7	5 horas
-	Webconferência - 17h	3/7*	-
Aula 6	Precedentes nos Tribunais Superiores, súmulas e reclamações	3 a 9/7	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	10 a 16/7	7 horas

CERTIFICADOS EMITIDOS POR REGIONAL



REGISTRO DA WEBCONFERÊNCIA

8- ASSÉDIO E OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NA JUSTIÇA DO TRABALHO



Período: 14 de julho a 3 de setembro de 2025.

Total de alunos(as): 258 alunos(as) inscritos

Total de certificados emitidos com aproveitamento: 208 certificados

O Curso de Formação Continuada “Assédio e outras Formas de Violência na Justiça do Trabalho” tem por objetivo capacitar as alunas-magistradas e os alunos-magistrados para identificar, compreender e enfrentar assédio sexual, assédio moral e discriminação no ambiente de trabalho, promovendo uma cultura organizacional inclusiva e respeitosa, por meio do conhecimento dos conceitos fundamentais, impactos e consequências, legislação pertinente, procedimentos de denúncia e investigação, além de desenvolver habilidades de apoio às vítimas e comunicação eficaz, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional e a construção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos.

A carga horária total do curso foi de 40 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

Para essa atividade formativa foi produzido o VideoCast que conta com 747 visualizações (até 12 de setembro de 2025):



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e preparação das atividades	14 a 16/7	3 horas
Aula 1	Módulo I - LEGISLAÇÃO NACIONAL, INTERNACIONAL E OUTRAS REFERÊNCIAS - Unidades 1 e 2	17 a 23/7	5 horas
Aula 2	Módulo I - LEGISLAÇÃO NACIONAL, INTERNACIONAL E OUTRAS REFERÊNCIAS - Unidade 3	24 a 30/7	5 horas
Aula 3	Módulo II - CONCEITOS - Unidades 1, 2 e 3	31/7 a 6/8	5 horas
Aula 4	Módulo III - DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS - Unidades 1 e 2	7 a 13/8	5 horas
Aula 5	Módulo III - DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS - Unidade 3	14 a 20/8	5 horas
-	Webconferência - 17h	21/8	-
Aula 6	Módulo IV - ÉTICA NO LOCAL DE TRABALHO - Unidades 1, 2 e 3	21 a 27/8	5 horas
Avaliação	Avaliação de Aprendizagem	28/8 a 3/9	7 horas

9- INSTRUÇÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO NA INTERFACE ENTRE O ANALÓGICO E O DIGITAL



Período: 18 de agosto a 1º de outubro de 2025.

Total de alunos(as): 381 alunos(as) inscritos

O Curso de Formação Continuada “Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital” teve por objetivo desenvolver competências e habilidades nas Magistradas e nos Magistrados do Trabalho na condução do processo probatório e na valoração da prova, considerando o atual estágio de desenvolvimento da sociedade em rede, com a crescente produção e apresentação de provas digitais, e a necessária observância dos direitos fundamentais processuais.

A carga horária total do curso foi de 30 horas, realizada na modalidade a distância por meio da Plataforma Moodle.

Para essa atividade formativa foi produzido o VideoCast que conta com 1.010 visualizações (até 12 de setembro de 2025):



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - CRONOGRAMA DO CURSO

Atividade	Conteúdo	Período de Realização	Carga Horária
Ambientação	Ambientação e Preparação para as Atividades	18 a 20/8	2 horas
Aula 1	Os Labirintos da Prova: o Problema da Verdade Processual e a Importância da Linguagem na Instrução Probatória	21 a 27/8	5 horas
Aula 2	A Importância da Linguagem na Instrução Probatória	28/8 a 03/9	5 horas
Webnário sobre o Tema 1118 do STF (Ônus da Prova da Responsabilidade Subsidiária da Administração Pública) - 17h		4/9	-
Aula 3	O Ônus dinâmico da Prova e as Provas em Espécie: Aspectos Epistemológicos da Prova Testemunhal e os Desafios de sua Produção e Valoração na Sociedade em Rede	4 a 10/9	5 horas
Aula 4	Ainda sobre as Provas em Espécie: a Prova Documental e Novos meios de Prova	11 a 17/9	5 horas
Webconferência 17h		18/9	-
Aula 5	A "Galáxia da Internet": A Instrução Probatória no Panorama do Diálogo Processual entre as Provas Analógicas e Digitais	18 a 24/9	5 horas
Avaliação	Avaliação da Aprendizagem	25/9 a 1/10	3 horas

***O horário de abertura de cada fórum será sempre a partir das 13h.**

MODALIDADE TELEPRESENCIAL

1- CHAT-JT: PRIMEIROS PASSOS



Data: 28 de fevereiro de 2025

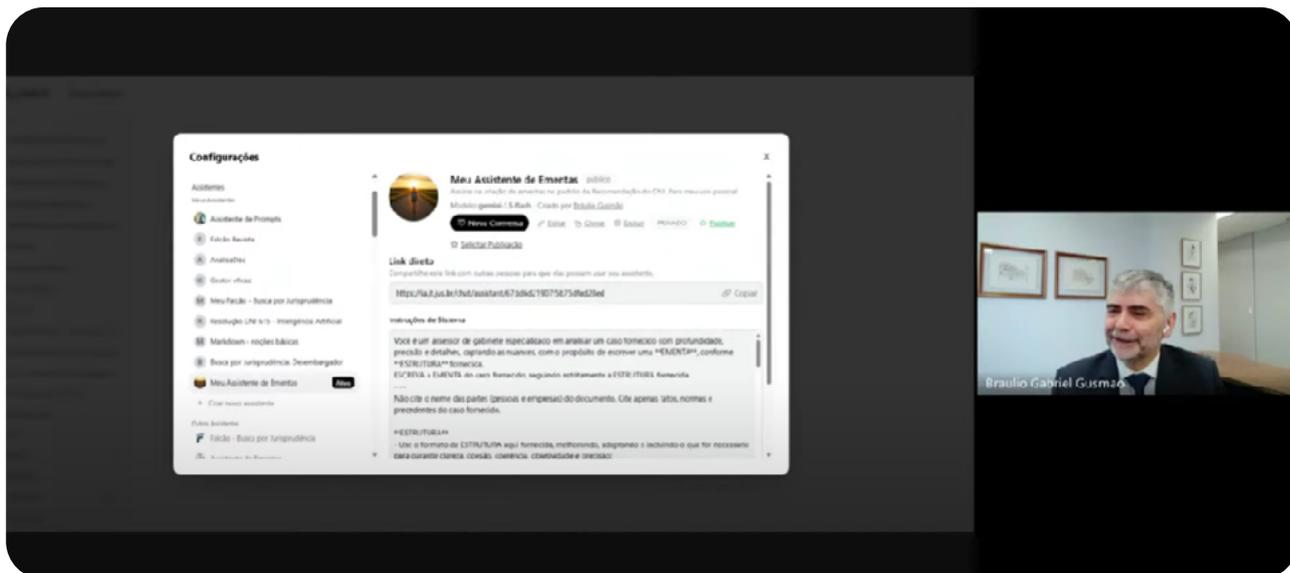
Carga horária total: 2 horas-aula

Total de magistrados(as): 290 certificados

Este webinário intitulado “Chat-JT: Primeiros Passos” aconteceu em 21 de fevereiro de 2025 e apresentou o Chat-JT, uma plataforma de inteligência artificial (IA) generativa desenvolvida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). O Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), destacou a importância da IA para lidar com o grande volume de ações judiciais no Brasil. A Juíza Auxiliar da Direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura do Trabalho (ENAMAT), Dra. Patrícia Maeda, enfatizou a preocupação com a formação de magistrados(as) e servidores(as) para o uso seguro e adequado da tecnologia.



Dr. Bráulio Gabriel Gusmão, Secretário Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, conduziu a apresentação, explicando as funcionalidades do Chat-JT: uma plataforma multiuso, integrada ao repositório de decisões da justiça do trabalho - denominado Falcão, com potencial para integrações futuras com outros sistemas como o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Destaca-se a segurança e privacidade dos dados, mantidos sob controle da justiça do trabalho. O sucesso inicial, com mais de 12 mil usuários e 45 mil conversas nas três primeiras semanas, superou as expectativas.



A apresentação incluiu exercícios práticos para os participantes, demonstrando como criar e-mails, ofícios e mensagens, além de como refinar as instruções (prompts) para obter melhores resultados da IA. A importância de fornecer prompts claros e específicos foi ressaltada. Foram abordadas questões sobre acesso externo (via VPN), exclusão de conversas, integração com o Falcão e limitações da IA, como a necessidade de revisão dos resultados e a ausência de integração com o PJe e a legislação, pontos a serem desenvolvidos no futuro. A próxima aula vai focar na pesquisa de jurisprudência e análise de documentos.

2- CRIANDO ASSISTENTES NO CHAT-JT



The banner features a dark green background on the left with the text 'Webinário' and 'Evento com certificação'. The main title is 'Criando um assistente no Chat-JT'. Below the title is an icon of a person in a chat bubble and a scale of justice. Logos for 'enamat', 'TST', and 'CSJT' are at the bottom left. On the right, a blue rounded rectangle contains the following information:

- Data:** 21 de março de 2025
- Carga horária total:** 2 horas-aula
- Total de magistrados:** 192 certificados

Este webinário, que aconteceu no dia 21 de março de 2025, forneceu orientações sobre a criação de assistentes no Chat-JT, a plataforma nacional de inteligência artificial (IA) da Justiça do Trabalho. Até o momento desta live, mais de 16.600 usuários já havia criado mais de 2.700 assistentes na plataforma, demonstrando a necessidade de um guia mais completo para potencializar o uso da ferramenta.

O webinário destacou as novas funcionalidades do Chat-JT, incluindo:

- Anexo de múltiplos documentos: permite anexar diversos documentos em uma mesma conversa, facilitando a interação com a IA;
- Uso simultâneo de ferramentas: permite usar várias ferramentas em uma conversa (ex: análise de documentos e busca em jurisprudência); e
- Avaliação de assistentes: sistema de avaliação por estrelas (até 5 estrelas) para auxiliar na organização e ranqueamento dos assistentes.

Os palestrantes explicaram os passos para criar um assistente, incluindo a escolha de um avatar, nome descritivo e a elaboração de um prompt eficaz. A importância do uso de Markdown para a estruturação do texto foi enfatizada. A possibilidade de clonar e editar assistentes existentes, além de compartilhar com equipes ou toda a comunidade, também foi abordada. A busca por assistentes se dá pelo nome, sendo recomendado incluir palavras-chave relevantes no título.

O webinário incluiu demonstrações práticas da criação e uso de assistentes, incluindo

FAZ e NÃO FAZ?

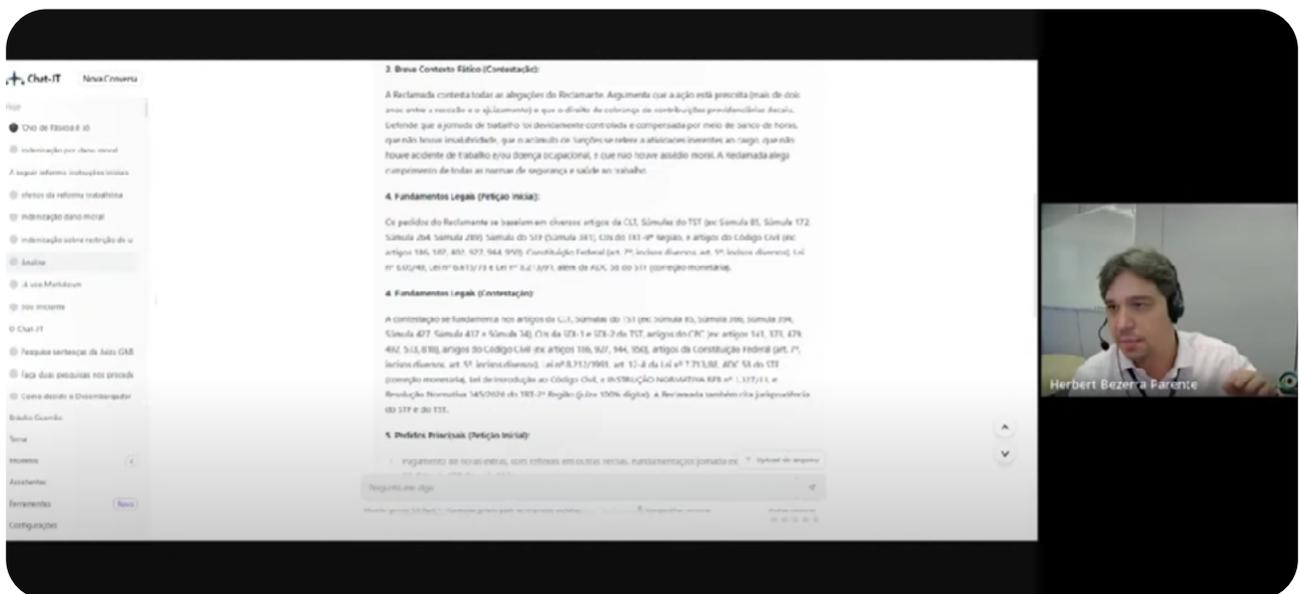
Faz: Gera diversos tipos de minutas jurídicas e administrativas, como ofícios, pareceres, e-mails e conteúdo pedagógico.

Faz: Auxilia na pesquisa de informações jurídicas, integrando-se a sistemas como o Falcão, facilitando o acesso a dados relevantes.

Faz: Permite a criação de assistentes personalizados, adaptando-se às necessidades individuais de cada usuário.

Não Faz: Juíza processos ou substitui a análise jurídica completa ou a tomada de decisão. Oferece suporte, não substitui o trabalho humano.

Não Faz: A pesquisa em si; o usuário ainda é responsável pela escolha e interpretação dos resultados. A ferramenta apenas facilita o acesso.



exemplos de como usar múltiplos documentos e a ferramenta de busca por jurisprudência (Falcão). Os palestrantes mostraram como clonar, editar, compartilhar e solicitar a publicação de assistentes na comunidade.

Ao final, foi anunciado um próximo webinar para apresentar os melhores prompts e assistentes criados pela comunidade, com um formulário de inscrição disponibilizado para os participantes contribuírem com seus cases de sucesso. A importância da colaboração e do aprendizado contínuo com a ferramenta foi ressaltada.

3- WEBINÁRIO “OS 21 NOVOS PRECEDENTES DO TST”



Data: 24 de março de 2025

Total de participantes: 1643 participantes,
204 magistrados(as) certificados(as)

Carga horária total: 1,5 horas-aula

Realizado em 24 de março de 2025, este webinar promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) detalhou os 21 novos precedentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e contou com a participação do Ministro Cláudio Mascarenhas Brandão e do Desembargador do Trabalho Emmanuel Teófilo (TRT7), com mediação da Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda.



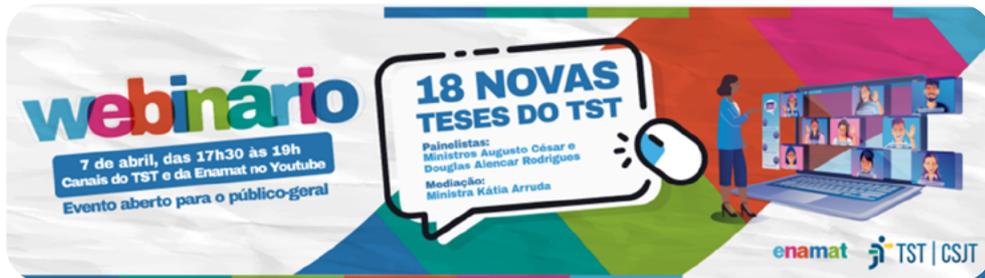
A discussão começou explicando a sistemática de criação dos precedentes: a partir da identificação de temas recorrentes com decisões divergentes, analisando-se milhares de processos repetitivos. A uniformidade jurisprudencial nas turmas do TST é crucial para a aprovação final em plenário, utilizando-se incidentes de reafirmação de jurisprudência (previstos nos Regimentos Internos do STF e do TST). Enfatizou-se que não se trata de simples reedição de súmulas; os fundamentos das decisões são vinculantes, e não apenas o enunciado da tese. A Resolução TST nº 224/2024, alterando o controle de jurisprudência pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), também foi mencionada.

Os palestrantes abordaram individualmente diversos precedentes, focando em temas como: a inaplicabilidade das regras gerais de horas de percurso para petroleiros (Tema 50); o direito a intervalos para bancários que realizam digitação (51); a devida multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias em rescisões indiretas (52); a jornada de trabalho de gerentes gerais de agências bancárias (53); a necessidade de instalações sanitárias e locais de alimentação adequados para trabalhadores externos (54); a necessidade de assistência

sindical para a validade de demissão de gestantes (55); a responsabilidade por comissões em vendas de produtos de grupos econômicos bancários (56); o cálculo de comissões em vendas a prazo (57); a validade de revistas visuais em pertences dos empregados (58); a natureza jurídica do contrato de transporte de cargas (59); a necessidade de comprovação de dano moral em casos de ausência de anotação na CTPS (60); o dano moral in re ipsa no transporte de valores por trabalhadores não especializados (61); a reversão de justa causa por alegação infundada de ato de improbidade (62); o intervalo para mulheres em jornada extraordinária (63); o indeferimento de adiamento de audiência por falta de testemunhas (64); o direito às comissões em caso de inadimplência do cliente (65); a inclusão de motoristas e cobradores na base de cálculo da cota de aprendizagem (66); o ônus da prova em promoções por antiguidade (67); o depósito do FGTS em conta vinculada (68); a incorporação de parcelas do CPRO ao salário (69); e a rescisão indireta por falta de recolhimento do FGTS (70).

Em resumo, o webinar visou esclarecer a comunidade jurídica sobre a importância destes precedentes para a uniformização da jurisprudência trabalhista, a celeridade processual e a segurança jurídica, ficando a gravação disponível para acesso posterior no canal oficial da ENAMAT no YouTube.

4- WEBINÁRIO “AS 18 NOVAS TESES DO TST”



Data: 7 de abril de 2025

Total de participantes: 967 participantes,
93 magistrados(as) certificados(as)

Carga horária total: 2 horas-aula

Este webinário promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), no dia 7 de abril de 2025, transmitido pelos canais oficiais do YouTube do TST e da ENAMAT, discutiu a transformação do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em um verdadeiro tribunal de precedentes, alinhando-se a um modelo que busca maior segurança jurídica e estabilidade nas decisões. A partir da introdução de instrumentos como a súmula vinculante e a sistematização do artigo 927 do Código de Processo Civil (CPC), o Brasil - de tradição romano-germânica, baseado em leis escritas - passa a incorporar características do sistema anglo-saxão, no qual os precedentes judiciais têm força normativa. O TST, ao reafirmar jurisprudências já pacificadas por suas oito turmas, torna obrigatória a observância de decisões sobre temas recorrentes, fortalecendo seu papel uniformizador.

A mediação do evento online ficou a cargo do Vice-Diretor desta Escola, Ministro Alexandre Agra Belmonte, e os ministros Augusto César Leite de Carvalho e Douglas Alencar Rodrigues apresentaram e comentaram 18 novos precedentes reafirmados, abordando temas sensíveis como adicional de periculosidade, indenizações por danos, contratos de trabalho e limites da penhora de salários. As teses analisadas partiram de casos concretos julgados pelo TST e foram selecionadas apenas quando havia consenso jurisprudencial entre todas as turmas. Isso garantiu que as decisões tivessem caráter vinculante, promovendo uniformidade e previsibilidade nas decisões judiciais em todo o território nacional.



Entre os precedentes destacados estão a responsabilidade objetiva do empregador em casos de roubo a carteiros, a caracterização de dano moral no “limbo previdenciário” (quando o INSS concede alta e o empregador recusa o retorno do trabalhador), a possibilidade de penhora de salários para satisfação de créditos trabalhistas, e a validade da multa por atraso no pagamento de verbas rescisórias mesmo quando há reversão de justa causa. Outros temas incluíram a exclusão de horas extras habituais da base de cálculo da PLR e o reconhecimento do direito à jornada de 6 horas para certos bancários sem fidúcia diferenciada.

A apresentação encerrou-se com agradecimentos à ENAMAT e reforçou sobre a importância de tornar público e compreensível o novo papel do TST como corte de precedentes. Segundo os ministros, esse processo reforça a segurança jurídica, reduz a litigiosidade e fortalece a credibilidade da Justiça do Trabalho. O evento foi considerado histórico, não apenas pelo conteúdo técnico apresentado, mas também por evidenciar o comprometimento da corte com a clareza e a estabilidade das decisões judiciais.

5- WEBINÁRIO “NOVOS PRECEDENTES VINCULANTES DA JUSTIÇA DO TRABALHO”



Data: 27 de maio de 2025

Total de participantes: 797 participantes,
83 magistrados(as) certificados(as)

Carga horária total: 2 horas-aula

Este webinar promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) aconteceu no dia 27 de maio de 2025, por meio do canal oficial esta Escola no YouTube, e tratou dos novos precedentes vinculantes do Tribunal Superior do Trabalho (TST), fixados por meio do procedimento de reafirmação de jurisprudência. Esse processo confere força obrigatória a entendimentos já consolidados no âmbito do TST, promovendo uniformidade e segurança jurídica em toda a Justiça do Trabalho. A mediação foi da ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora desta Escola, com exposições do ministro Alexandre Agra Belmonte e da ministra Maria Cristina Peduzzi, ambos do TST.



O ministro Alexandre Agra apresentou precedentes de grande relevância, como o reconhecimento do adicional de salubridade para agentes comunitários de saúde sem necessidade de laudo técnico (Precedente 118), a garantia de estabilidade à gestante mesmo com dúvida sobre a data da concepção (Precedente 119), e a validação da dispensa de empregados de empresas privatizadas, mesmo com normas internas anteriores que vedavam a demissão imotivada (Precedente 130). Também foi abordado que a recusa da gestante em retornar ao trabalho não configura renúncia à estabilidade, mantendo o direito à indenização (Precedente 134).

A ministra Peduzzi, por sua vez, reforçou a importância da cultura dos precedentes e apresentou teses relacionadas à fase de execução e direitos previdenciários, como a possibilidade de o empregado público com filho com transtorno do espectro autista ter jornada reduzida sem redução salarial (Precedente 138), e a validade da prova pericial emprestada quando respeitado o contraditório (Precedente 140). Também destacou que a inadimplência nas verbas rescisórias, por si só, não caracteriza dano moral, salvo se comprovada lesão concreta (Precedente 143).

Ao final, os ministros enfatizaram que o sistema de precedentes proporciona celeridade, previsibilidade e redução da litigiosidade. Além disso, destacaram que a uniformização também deve ocorrer nos tribunais regionais, e que a existência de precedentes vinculantes não impede sua futura distinção ou superação, caso haja mudanças legislativas ou fáticas relevantes. O evento foi encerrado com agradecimentos à direção da ENAMAT e ao presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, pelo incentivo à consolidação desse sistema.

6- PALESTRA “PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO ASSÉDIO E DA DISCRIMINAÇÃO NO TRABALHO”



Período: 26 de maio de 2025

Carga horária total: 2 horas-aula

Total de participantes: 118 participantes,
06 magistrados

Nesta palestra ministrada no dia 26 de maio de 2025, transmitida pelo canal oficial da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) no YouTube, a ministra Elizabeth Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar (STM) e a Ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), ressaltaram a importância do tema do assédio e da discriminação, especialmente no contexto do sistema judiciário e das instituições públicas.



A ministra Elizabeth Rocha compartilhou aspectos de sua trajetória pessoal e profissional, relatando as dificuldades enfrentadas por ser mulher em um ambiente tradicionalmente masculino e hierarquizado, como o Superior Tribunal Militar. Destacou o papel fundamental da escuta e do diálogo com grupos minoritários, como mulheres negras, pessoas LGBTQIA+, indígenas e pessoas com deficiência, para compreender suas dores e promover inclusão efetiva.



Durante a palestra, abordou-se o conceito de interseccionalidade como chave para compreender as múltiplas camadas de opressão que agravam o assédio, sobretudo contra mulheres negras e pessoas em situação de vulnerabilidade social. A ministra enfatizou a necessidade de enfrentamento institucional ao racismo, à misoginia e à homofobia, lembrando casos emblemáticos como a tragédia de Guadalupe, quando apontou a presença do racismo estrutural. Ela defendeu a criação de canais de denúncia, como o e-mail específico do STM, e a implementação de comissões e protocolos para acolher e prevenir novas ocorrências.

Também foram debatidas as mudanças legais sobre o assédio sexual, a partir da tipificação no Código Penal em 2001, e a diferença entre assédio moral e assédio sexual. A ministra destacou que, embora as punições sejam importantes como medida educativa, o mais urgente é promover a educação para o respeito desde os currículos escolares, bem como nas instituições públicas e privadas. Apontou que, infelizmente, os índices de assédio e feminicídio continuam altos, o que revela a necessidade de aprofundar as ações de conscientização e prevenção.

Ao final, a ministra deixou uma mensagem de encorajamento às vítimas: “não se calem, denunciem”. Enfatizou que quem deve temer é o agressor, e não quem sofre a violência. Reafirmou o compromisso com uma cultura de integridade, fundada em valores éticos e democráticos. Como legado de sua presidência no STM, afirmou que deseja ser lembrada como alguém que lutou pelo bom combate, honrou a toga e defendeu a dignidade humana com coragem, empatia e justiça. A palestra foi encerrada com agradecimentos e reconhecimento à atuação da Justiça do Trabalho como referência na defesa dos direitos fundamentais.

7 - WEBINÁRIO SOBRE O TEMA 1.118



WEBINÁRIO TEMA 1118

enamat Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados de Trabalho

Data: 4 de setembro de 2025.

Carga-horária: 2 horas-aula

Total de participantes: 821 participantes

Total de magistrados(as) certificados(as) com aproveitamento: 343

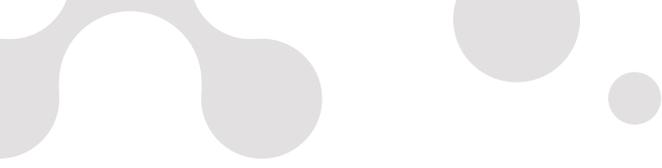
Em 4 de setembro de 2025, realizou-se Webinário promovido pela ENAMAT, em parceria com o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), transmitido pelo canal oficial da Escola no YouTube. O evento contou com a participação do Juiz Titular da Vara do Trabalho da 21ª Região, Dr. Luciano Athayde Chaves, e da Subprocuradora-Geral do Trabalho, Dra. Ileana Neiva Mousinho, que abordaram o tema do ônus da prova relativo à conduta culposa da Administração Pública na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadoras de serviços, em conformidade com a tese firmada no RE 760.931 (Tema 246).

Durante a exposição, a Dra. Ileana Neiva destacou que a Lei nº 14.133/2021 introduziu novas obrigações para a Administração Pública nos contratos de prestação de serviços, ressaltando que o adequado conhecimento dessa legislação contribui para o aprimoramento da fiscalização contratual.

Na sequência, o Dr. Luciano Athayde destacou a importância de uma análise inicial sobre a realidade da terceirização na Administração Pública. Ressaltou, ainda, que volume significativo de processos que chegam à Justiça do Trabalho envolvendo a Administração Pública está relacionado a serviços terceirizados de apoio.

O webinário foi encerrado com manifestações de reconhecimento acerca da relevância do diálogo institucional entre a Justiça do

Trabalho e o Ministério Público do Trabalho, sobretudo no enfrentamento dos desafios relacionados ao Tema 1118.



CURSO DE FORMAÇÃO PARA MINISTROS E MINISTRAS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

SEMINÁRIO “DIÁLOGOS SOBRE PRECEDENTES E ASPECTOS CONSTITUCIONAIS”

Período: 4 encontros

Total de participantes:
54 certificados

Carga horária total:
8 horas-aula

Em 2025, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) planejou e executou ação formativa exclusiva para os membros do Tribunal Superior do Trabalho, intitulado Seminário Precedentes e aspectos constitucionais, prevendo 4 encontros presenciais, realizados nas dependências da ENAMAT, em Brasília.

Com essa iniciativa a atual gestão aproximou a ENAMAT dos ministros e ministras do TST, promovendo uma capacitação de alto nível e atendendo às diretrizes da Resolução nº 325/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece a consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios no Judiciário brasileiro.

O objetivo geral da atividade foi oferecer um espaço qualificado de reflexão e debate sobre a compreensão, análise e aplicação da sistemática de precedentes, enfatizando sua relevância para fortalecer a qualidade das decisões judiciais, promover segurança jurídica e aprimorar a gestão processual no âmbito da Justiça do Trabalho.

A programação foi cuidadosamente estruturada em 4 encontros temáticos, a saber:

1º ENCONTRO:

Data: 18 de março de 2025

Tema: O Estado da Arte dos

Precedentes: requisitos e objetivos

Debatadora: Professora Estefânia Maria de Queiroz Barboza, da Universidade Federal do Paraná.



2º ENCONTRO:

Data: 22 de abril de 2025

Tema: A Transformação do Tribunal Superior do Trabalho em Corte de Precedentes

Debatedor: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



3º ENCONTRO:

Data: 20 de maio de 2025

Tema: A construção de precedentes no Direito dos Estados Unidos da América.

Debatedor: Professor Cássio Luís Casagrande, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro.



4º ENCONTRO¹:

Data: 9 de junho de 2025

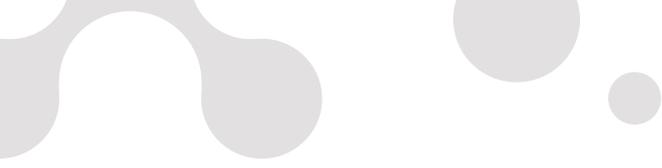
Tema: A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a execução trabalhista

Debatedor: Professor Doutor Oscar Vilhena Vieira



¹ Esse encontro foi realizado no contexto do III Seminário sobre Efetividade da Execução Trabalhista, em painel específico no decorrer da programação do evento.

O corpo docente proporcionou aos participantes uma visão plural e aprofundada sobre o tema. A metodologia combinou exposições dialogadas e momentos de debate, garantindo uma abordagem formativa e participativa, em consonância com o compromisso da ENAMAT em apoiar a magistratura trabalhista na construção e entendimento de um sistema de precedentes coerente, acessível e eficiente, enquanto ferramenta que visa garantir maior segurança jurídica e decisões mais uniformes no âmbito do Judiciário Trabalhista.



FORMAÇÃO E CURSOS INTERNACIONAIS

1- CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E ALTA FORMAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO DIREITO DO TRABALHO, DIREITO DO TRABALHO E NOVAS TECNOLOGIAS



Período: 3 a 7 de fevereiro de 2025

Carga horária total: 30 horas-aula

Em vista do Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2024 por esta Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) com a Universidade de Milão e em consonância com a fixação do eixo internacionalização das atividades da ENAMAT, conforme reunião do Conselho Consultivo realizada em 15 de outubro de 2024, foi organizado o Curso de Aperfeiçoamento e Alta Formação em Direito do Trabalho: Direito do Trabalho e novas tecnologias, a fim de promover a difusão da cultura jurídica transnacional e o intercâmbio cultural entre juristas italianos e brasileiros.

O curso aconteceu entre os dias 3 e 7 de fevereiro de 2025, direcionado a juízas e juízes, advogadas e advogados, procuradoras e procuradores e juristas de língua portuguesa e espanhola da América Latina, além da participação de professores e especialistas italianos, como primeira ação formativa concreta decorrente desse acordo.

Ofertado na modalidade presencial, nas dependências da Universidade de Milão, na Itália, com carga horária de 30 horas, o objetivo do curso foi viabilizar a formação de nível elevado em direito do trabalho para a magistratura trabalhista, com particular atenção às questões decorrentes da transformação tecnológica e digitalização dos processos de produção e os impactos que as transformações econômicas e sociais geram à proteção destinada às liberdades empresariais.

A integral presença às aulas, ministradas em português e espanhol por prestigiados professores e professoras da respectiva universidade, conferiu certificação aos participantes dessa ação formativa, expedida pela Universidade de Milão, bem como a garantia de vaga aos membros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que manifestassem interesse na participação, conforme cronograma definido pela Direção da ENAMAT, cujo custeio com o deslocamento, a hospedagem e a alimentação ficaria a cargo do ou da participante.



Foram abordadas matérias como as relacionadas à noção de subordinação e previdência social, à evolução tecnológica, à robótica e à segurança no trabalho, à normatização e à disciplina italiana, espanhola e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o trabalho em plataformas digitais e inteligência artificial, e ao sindicato na época da inteligência artificial, combinando a análise de dados normativos com aprofundamento das principais orientações doutrinárias e jurisprudenciais.

O evento iniciou a cooperação das instituições envolvidas no compromisso de aprendizado e de propiciar formação de excelência com atenção ao aperfeiçoamento e formação de alto nível sobre os principais institutos do direito do trabalho italiano e europeu, e, em particular, às questões decorrentes da transformação tecnológica e da digitalização dos processos de produção.

Programação:

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI MILANO	
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO E ALTA FORMAÇÃO EM DIREITO TRABALHISTA PARA AMÉRICA LATINA - CURSO DE PERFECCIONAMIENTO Y ALTA FORMACION EN DERECHO LABORAL PARA AMERICA LATINA	
Prof. Giuseppe Ludovico, Coordenador do curso	
DATA	DOCENTE
7 de Setembro de 2023, às 11:00-13:00	participar
Evolução tecnológica e noção de subordinação	
Giuseppe Ludovico, Professor Titular da Universidade de Milão	participar
7 de Setembro de 2023, às 13:00-15:00	participar
Evolução tecnológica e noção de subordinação	
Giuseppe Ludovico, Professor Titular da Universidade de Milão	participar
8 de Setembro de 2023, às 15:00-17:00	participar
La disciplina italiana del lavoro nelle piattaforme digitali	
Ugo Ferrero, Professor Catedrático da Universidade de Milão	participar
8 de Setembro de 2023, às 17:00-19:00	participar
A disciplina italiana do trabalho nas plataformas digitais	
Ugo Ferrero, Professor Catedrático da Universidade de Milão e Paggio Emilia	participar
9 de Setembro de 2023, às 14:30-18:00	participar
La regulación española del trabajo en plataformas digitales	
Witoldo Sangüeza Raymond, Professor Catedrático da Universidade de Salamanca	participar
7 de Setembro de 2023, às 11:00-12:00	participar
A disciplina da OIT sobre trabalho em plataformas digitais	
Chiara Lotti, Professor Catedrático da Universidade de Modena e Reggio Emilia	participar
7 de Setembro de 2023, às 12:00-13:00	participar
O empregador no marco das empresas complexas	
Thomas Christian Noll, Acadêmico Brasileiro de Direito do Trabalho	participar
7 de Setembro de 2023, às 13:00-15:00	participar
Normas aplicáveis	
Española: Mercedes Sierra Buzan, Professora Titular da Universidade de Sevilla	participar
8 de Setembro de 2023, às 15:00-17:00	participar
O trabalho no regime de trabalho sobre inteligência artificial	
Luca Conzatti de Silva, Professor Catedrático da Universidade de Leoben	participar
8 de Setembro de 2023, às 17:00-19:00	participar
El papel del sindicato en la era de la inteligencia artificial	
Fernando Fita Ortega, Professor Titular da Universidade de Valencia	participar
7 de Setembro de 2023, às 11:00-13:00	participar
Fórum do Trabalho do Trabalho de Milão	
7 de Setembro de 2023, às 13:00-15:00	participar
Inteligência artificial, robótica e segurança no trabalho	
Robi Leal Assadi, Professor Catedrático da Universidade de Coimbra	participar

2- IV FÓRUM BOAS PRÁTICAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO



Por meio de acordo de cooperação judiciária, interinstitucional e internacional, o projeto, já em sua 4ª Edição, envolveu a Organização dos Estados Americanos (OEA) e diversas instituições e especialistas da área jurídica, destacando-se o apoio da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e de outras instituições governamentais do Brasil.

Em vista de que nas três edições anteriores do fórum houve um profícuo estreitamento das relações entre os países envolvidos, a quarta edição foi realizada com o propósito de possibilitar o aprimoramento do debate sobre os mais variados temas jurídicos a respeito das boas práticas na Magistratura e no Ministério Público brasileiros, instituições extremamente importantes para a manutenção de um Estado Democrático de Direito e fortalecimento de suas instituições.

A reunião foi realizada nos dias 14 e 15 de abril de 2025, na cidade de Washington D.C., Estados Unidos da América, no edifício sede da Secretaria Geral da OEA, conduzida em português e espanhol e teve como público alvo os integrantes das estruturas dos sistemas estaduais e federal de justiça e outros especialistas jurídicos do Brasil, bem como os mesmos membros dos países que compõem a OEA, visando caminhos para a consolidação do Estado de Direito por meio da independência funcional da magistratura e dos membros do Ministério Público.

Nessa edição do fórum, propiciou-se o debate em torno das práticas brasileiras de tutela dos Direitos Humanos e Fundamentais, inclusive em face do meio ambiente; na paridade de gênero, na igualdade de chances; no empoderamento feminino; e no enfrentamento à violência doméstica e à corrupção; visando a eliminação do preconceito no sistema de justiça; a pacificação social por meio da tutela dos direitos humanos, do meio ambiente e do enfrentamento à corrupção; além do fortalecimento institucional, da capacitação dos quadros dos integrantes dos sistemas de justiça e o papel das escolas na formação de seus quadros.



O objetivo maior foi o de promover um ambiente de diálogo democrático entre os participantes e difundir para os países do sistema interamericano as boas práticas e iniciativas da Magistratura e do Ministério Público brasileiros nos mais distintos segmentos do seu sistema de justiça, inclusive e notadamente as inovações tecnológicas no Judiciário e a pacificação social por meio da defesa dos direitos humanos e do combate à corrupção.



O evento assegurou a continuidade e o esforço de cooperação permanente entre a OEA e as instituições jurídicas brasileiras, na busca pela consolidação de um espaço permanente de diálogo e troca de experiências, visando, também, aspectos importantes para a formação acadêmica relativa à democracia, à governança pública, ao direito internacional, à recuperação de ativos e à solução de controvérsias no âmbito de cada país e nas suas relações com outras nações.

Programação:

OEA

IV FÓRUM

BOAS PRÁTICAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO

14 e 15 de abril de 2025
Washington D.C.

O evento será realizado em português e espanhol. A programação está sujeita a alterações.

Local: Edifício da Secretaria-Geral (GSB) da OEA em Washington D.C.

Curso presencial gratuito com vagas limitadas!
Os pedidos de participação devem ser enviados até o dia 21/03/2025 pelo site www.enamjat.us.br
Os associados das entidades apoiadoras terão prioridade na inscrição.

14.04

PROGRAMAÇÃO

13h às 14h **Abertura do Fórum com autoridades dos países participantes e da OEA.**

Mensagem de Boas-Vindas do Secretário de Assuntos Jurídicos da OEA
Dr. Jean Michel Arrighi

14h às 15h30 **Boas práticas em matéria de fortalecimento institucional da Magistratura e do Ministério Público: caminhos para a consolidação do Estado de Direito por meio da independência funcional dos magistrados e membros do MP.**

Panelistas:
Presidente Juz de Direito Frederico Mendes Júnior (AMB)
Presidente Promotor de Justiça Tarcísio Bonfim (CONAMP)
Presidente Juz Federal Caio Marinho (AJUFE)
Presidente Procurador da República Ubiratan Cazetta (ANPP)
Presidente Luciana Conforti (ANAMATRA)
Presidente Adriana Augusta de Moura Souza (ANPT)
Presidente Juz Federal da Justiça Militar Fernando Mello (AJUFEM)

Moderador: Presidente Marcelo Duffy (AJUFE-Arg)

15h30 às 15h45 **Intervalo**

15h45 às 17h00 **Boas práticas brasileiras na capacitação de magistrados e de membros do MP. O papel das Escolas na formação dos magistrados e membros do MP.**

Panelistas:
(ENAMAT)
(ESMPU)
Diretor-geral da ENFAM ministro Benedito Gonçalves (ENFAM)
(ENAJUM)
(EMERJ)
(EJUD-PR)

Moderador:
Secretário-geral da ENFAM Juz. Federal Ilan Presser (ENFAM)

15.04

PROGRAMAÇÃO

09h às 10h **Boas práticas na tutela dos direitos da mulher na magistratura e no MP. Enfrentamento à violência doméstica, partide de gênero e igualdade de chances.**

Panelistas:
Secretário-geral Juz. Federal Adriana Cruz (CNJ)
(ANAMAT)
ANPP (MG)
(ENAJUM)

Moderador: Thiago Pierobon (OEA)

10h às 10h15 **Intervalo**

10h15 às 11h15 **Boas práticas em matéria de cooperação judiciária e interinstitucional.**

Panelistas:
Promotora de Justiça Caroline Vaz (AMP-RS)
Promotor de Justiça Manoel Maurício (CONAMP)
Juz. Federal Walter Sueneguer de Araújo | Pontos de Inclusão digital (OEA-CNJ)
Presidente Procurador-Geral de Justiça do DF Georges Selgneur (CNG)

Moderador: Dante Negro (OEA)

11h15 às 12h30 **Boas práticas no campo da transformação digital. Inovações tecnológicas no sistema de Justiça.**

Panelistas:
Juz. de Trabalho Dorotheo Barbosa Neto (CNJ)
Juz. Federal Alexandre Libonati de Abreu (CNJ)
Diretor Jurídico Walter Baere (BNDES)

Moderador: André Vanjani (OEA)

12h30 às 14h **Intervalo para almoço**

14h às 15h **A atuação judicial e ministerial na tutela dos Direitos Fundamentais. Eliminação do preconceito no sistema de Justiça.**

Panelistas:
(ANAMATRA)
(AJUFE Arg.)
(ANPP)
(ACH)
Presidente Paulo Gustavo Gonat Branco (CNP)
Diretor Jurídico Walter Baere (BNDES)

Moderador: (OEA)

15h às 16h **Boas práticas para a pacificação social por meio da tutela dos direitos humanos, do meio ambiente e do enfrentamento à corrupção.**

Panelistas:
Ministro Mauro Campbell Marques (Corregedoria CNJ)
(APAMAGIS)
(ANPP)
Secretário-geral do CNMP Promotor de Justiça Carlos Vinícius Alves Ribeiro (CNP)
(AJUFE)

Moderador: (OEA)

16h às 16h15 **Intervalo**

16h15 às 17h **Palestra de encerramento**

Moderador: Embaixador Benoni Belli

O "IV Fórum Boas Práticas do sistema de Justiça brasileiro" ocorrerá em abril de 2025 nas dependências da OEA na cidade de Washington D. C. de modo a consolidar um exitoso projeto que envolve a Organização dos Estados Americanos e diversas instituições brasileiras da área jurídica por meio de acordo de cooperação firmados. Um dos objetivos maiores dos referidos pactos é o de difundir para os países do sistema Interamericano as boas práticas e iniciativas de Magistratura e do Ministério Público brasileiro. Nas três anteriores edições do fórum, houve um profícuo estreitamento das relações entre os países envolvidos o que possibilitou o aprimoramento do debate sobre os mais variados temas jurídicos. Magistratura e Ministério Público são duas instituições extremamente importantes para o bom desenvolvimento de um Estado de Direito e o fortalecimento de suas instituições em um ambiente democrático. E o Brasil tem muito a divulgar sobre suas boas práticas nos mais distintos segmentos do seu sistema de Justiça. Espera-se, por mais uma vez, promover um democrático ambiente de diálogo entre os participantes, a fim de que todo o sistema Interamericano possa sair ganhado. Neste quarto fórum, haverá painéis sobre as boas práticas brasileiras em matéria de cooperação jurídica, de tutela dos direitos humanos, de empoderamento feminino no sistema de Justiça, de capacitação dos magistrados e membros do Ministério Público por meio de escolas nacionais e regionais de ensino público. Fica o convite para a participação em maiores eventos que envolva mais de vinte instituições parceiras com a OEA!

3- INTERCAMBIO COLOMBIA-BRASIL - CONTROL DE CONVENCIONALIDAD Y BLOQUE DE CONSTITUCIONALIDAD: HACIA UNA JUSTICIA EN CLAVE INTERNACIONAL



Período: 26 e 27 de junho de 2024

Total de participantes: 19 certificados

Carga horária total: 14 horas-aula

O Intercâmbio Colômbia-Brasil, com a realização do Seminário Control de Convencionalidad y Bloque de Constitucionalidad: Hacia una Justicia en Clave Internacional, foi promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) no âmbito do Plano de Trabalho desenvolvido com o Escritório da OIT no Brasil, em parceria com o Escritório da OIT para os países andinos, a Rede Internacional de Pesquisa e Extensão Universitária (RIUPE), o Consejo Superior de la Judicatura (CSJ), a Universidad del Rosario e a Pontificia Universidad Javeriana (PUJ).

A ação formativa, com carga-horária de 14 horas-aula, foi ofertada no contexto do eixo internacionalização das atividades da ENAMAT e realizada na modalidade presencial, nos dias 26 e 27 de junho de 2025, na cidade de Bogotá (Colômbia), para a qual concorreu o inestimável apoio prestado pela Embaixada do Brasil em Bogotá.

Na oportunidade foram abordadas temáticas envolvendo a magistratura e a pesquisa jurídica, reunindo especialistas e fortalecendo o intercâmbio internacional e acadêmico entre Brasil e Colômbia, pelo qual se procurou disseminar instrumentos fundamentais para a proteção dos direitos humanos em nível internacional, promovendo, com isso, uma justiça que transcende as fronteiras nacionais dos dois países.

O encontro teve como objetivo promover o intercâmbio de informações e experiências dos dois países sobre o controle de convencionalidade, além de analisar e debater, dentre muitas matérias, a aplicação das normas internacionais do trabalho na América Latina, o que exige da magistratura trabalhista a verificação se as leis e os atos governamentais são compatíveis com os tratados internacionais de direitos humanos, especialmente a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH).



A programação incluiu conferências e mesas temáticas sobre temas afetos à estrutura de cada país para incluir normas internacionais de direitos humanos em seu arcabouço constitucional, dentre outros e para apenas citar alguns, sem ordem de importância ou destaque: a jurisprudência comparada; o acesso à Justiça em âmbito internacional; os desafios para o controle de convencionalidade e de constitucionalidade na América Latina; a aplicação das normas internacionais de direito do trabalho nas jurisprudências nacionais; os desafios e oportunidades na aplicação dos direitos laborais na era digital; a computação quântica e a era da inteligência artificial e os desafios para a proteção da dignidade humana; o constitucionalismo humanista e social e o direito coletivo do trabalho em perspectiva previdenciária e de gênero; e o trabalho doméstico e as desigualdades estruturais.

A conferência reforçou o compromisso com o fortalecimento, a cooperação e o respeito mútuos das instituições envolvidas no compartilhamento de experiências regionais internacionais e no aprendizado sobre a proteção dos direitos dos trabalhadores e a consolidação da justiça social, para a qual, nesse contexto, inserem-se a formação judicial e acadêmica.



É imperioso registrar nosso reconhecimento e agradecimento à Missão Diplomática brasileira em Bogotá, cuja equipe, apesar de diminuta, atendeu com cuidado e presteza a delegação nacional. A assistência oferecida pela embaixada durante a realização do evento, especialmente no que se refere à logística de chegada e saída da nossa comitiva, bem como à disponibilização de informações e orientações práticas, além do profissionalismo, da atenção e da cordialidade com que acompanhou todas as etapas de nossa visita, tudo isso contribuiu significativamente para o pleno êxito da ação formativa, sendo fundamental para o atingimento dos objetivos institucionais do plano de trabalho inicialmente mencionado.

Programação:

Colaboração organizacional:
CIT, ENAMAT, ROPE, Universidad del Rosario, Universidad Javeriana, CSJ

COLOMBIA - BRASIL
Evento de Intercambio

Control de Convencionalidad y Bloque de Constitucionalidad:
Tema que Justicia en Clave Internacional

26 e 27 de junho | Bogotá, Colombia
Lugar: Universidad del Rosario - Calle 100 No. 14-26

PROGRAMACIÓN

jueves, 26 de junio de 2025

Fecha Y hora	Asunto
08:30 - 09:00	Registro y Bienvenida
09:00 - 09:20	Apertura
09:20 - 10:00	Conferencia de apertura: Desafíos para el control de convencionalidad y de constitucionalidad en América Latina
10:00 - 11:30	Fundamentos y Avances en la Aplicación del Control de Convencionalidad y del Bloque de Constitucionalidad
11:30 - 13:00	Impacto de la Aplicación de las Normas Internacionales del Trabajo en la Jurisprudencia Nacional
13:00 - 14:30	Almuerzo (Universidad del Rosario)
15:00 - 17:00	Visita al Palacio de Justicia del grupo de magistrados/as Visita de los grupos de investigación a la Universidad Javeriana

viernes, 27 de junio de 2025

Fecha Y hora	Asunto
08:30 - 10:30	Presentación de los resúmenes de tesis presentados por docentes y estudiantes de los grupos de investigación universitarios para escrutinio público y futura publicación en actas o libro-colección
10:30 - 11:00	Pausa café
11:00 - 12:30	Formación Judicial y Académica: Desafíos y Oportunidades en la Aplicación de las Normas
12:30 - 14:30	Almuerzo (Universidad del Rosario)
14:30 - 15:45	Desafíos y Oportunidades en la Era Digital en la Aplicación de los Derechos Laborales
15:45 - 16:30	El Acceso a la Justicia en Clave Internacional: Perspectivas y Oportunidades
16:30 - 17:00	Cierre y Conclusiones

enam

4- A ERA DIGITAL E O DIREITO DO TRABALHO: DESAFIOS

Período: 1º a 5 de setembro de 2025

Total de participantes: 80 inscritos(as) e 76 certificados

Carga horária total: 25 horas-aula (Presencial) | 22,5 horas-aula (Telepresencial)

O curso, idealizado no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado por esta Escola Nacional com o Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET), vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), foi realizado entre os dias 1º e 5 de setembro de 2025, prevendo inicialmente 40 vagas na modalidade presencial (25 horas aula).

Para a presente ação formativa, a ENAMAT custeou as matrículas dos selecionados e das selecionadas em edital próprio para participarem da atividade acadêmica, ou seja, esta Escola Nacional custeou apenas as despesas de inscrição, competindo aos magistrados e às magistradas participantes as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação no decorrer da realização do curso.

Dada a intensa procura pelo curso por magistrados e magistradas do trabalho, construiu-se com o referido instituto a possibilidade de oferecimento do curso na modalidade a distância, alternativa que possibilitou contemplar mais 40 magistrados e magistradas do trabalho, em sessões síncronas, via plataforma Zoom Meetings, cuja diferença da carga horária em relação à modalidade presencial (-2,5 horas-aula), deveu-se ao fato de não contemplar a visita técnica ao Tribunal da Relação de Coimbra, sem prejuízo da aprendizagem.

Com o avanço das novas tecnologias, das plataformas algorítmicas e da inteligência artificial, o mundo do trabalho e as relações de emprego sofreram transformações significativas. Essas mudanças impactam diretamente a estrutura e a proteção dos trabalhadores, com reflexos nas ações e demandas judiciais.



A programação abordou o Direito do Trabalho em face das novas tecnologias e suas repercussões em razão das plataformas digitais e das novas formas de trabalho; do teletrabalho; da sustentabilidade e da ação climática; do direito à desconexão profissional; da proteção dos dados pessoais na era digital; da segurança e saúde no trabalho em função dos novos riscos psicossociais; da digitalização e as relações coletivas e do direito comparado da União Europeia em relação ao trabalho na era digital.



A contemporaneidade das matérias exige o acesso a estudos, reflexões sistematizadas, interlocução profissional e compartilhamento de pesquisas, atualizados e de alto nível, a fim de propiciar uma atuação jurisdicional dinâmica, capacitada e diligente da magistratura trabalhista brasileira, em compasso com os desafios do mundo do trabalho na atualidade.

Neste cenário, alinhada à missão constitucional desta Escola Nacional de capacitar e aperfeiçoar continuamente a magistratura trabalhista, além do papel institucional na busca de parcerias que propiciem o planejamento e a organização de ações formativas em cooperação com organismos de notória especialização, como o IDET/FDUC, com o objetivo de promover uma reflexão de equilíbrio essencial entre o Direito do Trabalho, a inovação tecnológica, o compromisso com o ser humano e a garantia de condições dignas, tudo em prol da efetividade da justiça social.

Programação:

**Instituto de
Direito e
Emprego do
Trabalho**

Curso breve IDET – ENAMAT
A era digital e o Direito do Trabalho: desafios
 De 1 a 5 de setembro de 2025
 Carga horária: 25h
 22,5 h de aula

2,5h – Visita ao Tribunal da Relação de Coimbra (Palácio da Justiça, dia 4)
 Aulas das 9h às 13h30m

Programa provisório

Dia 1: O “novo normal”: o teletrabalho (Joana Nunes Vicente – Faculdade de Direito de Coimbra)
 “O Direito do Trabalho, a sustentabilidade e a ação climática” (Conselheiro Júlio Gomes, Presidente da Secção Social do Supremo Tribunal de Justiça)

Dia 2: Um novo problema: a desconexão profissional (João Leal Amado – Faculdade de Direito de Coimbra)
 A proteção de dados pessoais na era digital (Teresa Coelho Moreira – Escola de Direito da Universidade do Minho)

Dia 3: As plataformas digitais e as novas formas de trabalho (João Leal Amado, FDUC, e Teresa Coelho Moreira, EDUM)

Dia 4: Inteligência artificial, algoritmo e discriminação (Milema Silva Rouxinol – Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Porto)
 Segurança e saúde no trabalho na era digital: novos riscos psicossociais (Luísa Andras Gonçalves, Faculdade de Direito de Coimbra)

Dia 5: Digitalização e relações coletivas de trabalho (João Reis, Faculdade de Direito de Coimbra)
 O trabalho na era digital e o direito da União Europeia (Giuseppe Ludovico, Universidade de Milão).

PROGRAMA ENAMAT PESQUISA



As atividades de estudo e pesquisa no âmbito da ENAMAT tem o objetivo de contribuir com a produção de conhecimentos científicos em temáticas que tangenciam as competências necessárias ao exercício da magistratura e ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional no âmbito da Justiça do Trabalho.

O Programa ENAMAT Pesquisa foi instituído pelo Conselho Consultivo em 2018, com a edição da Resolução ENAMAT nº 20. Posteriormente, as Resoluções ENAMAT nº28/2022, nº 29/2022 e nº 33/2023 revisaram e ampliaram as ações do Programa.

O Programa ENAMAT Pesquisa é implementado por intermédio de pesquisas próprias ou pela realização de parcerias internas e externas com institutos e organizações com expertise em pesquisa aplicada. A aproximação da ENAMAT com organismos de excelência em pesquisas permite o intercâmbio de saberes na adoção de metodologias de pesquisa e no aporte de conhecimentos especializados na condução de seus projetos, com enfoque especial na pesquisa empírica. Congrega ainda as atividades do Programa ENAMAT Pesquisa o trabalho de difusão do conhecimento científico, através de suas publicações periódicas, como o projeto permanente “Coleção Estudos ENAMAT”.

São as seguintes as linhas de pesquisa que orientam o Programa ENAMAT Pesquisa e que balizam todo :

LINHA I: Seleção, Formação e Avaliação de Magistrados Trabalhistas;

LINHA II: Direitos Sociais e Gestão Judiciária;

LINHA III: Direitos Humanos e Fundamentais.

PESQUISAS REALIZADAS

1. PESQUISA PERFIL DOS CANDIDATOS APROVADOS NO II CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DA MAGISTRATURA DO TRABALHO

Entre as iniciativas do PROGRAMA ENAMAT PESQUISA, destaca-se a parceria realizada em 2019 com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea na realização de pesquisa sobre o II Concurso Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho. Em vistas da excelência e da pertinência dos estudos apresentados, o Presidente da Comissão Executiva Nacional do 2º Concurso Público Nacional Unificado para ingresso na carreira da Magistratura do Trabalho, Ministro Hugo Scheuermann, encaminhou pedido à ENAMAT em 2024 no sentido de realizar pesquisa sobre o II Concurso Nacional da Magistratura Trabalhista, nos moldes apresentados em pesquisa realizada em parceria com o Ipea por ocasião da primeira edição do referido Concurso, solicitando, inclusive, produção de dados comparativos entre os dois certames nacionais unificados. A Coordenadoria de Pesquisa da ENAMAT, por meio de Termo de Execução Descentralizada entre TST/SEPJD, supervisiona o planejamento, o acompanhamento e a execução da pesquisa “Perfil dos Candidatos Aprovados no Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho”, cuja metodologia prevê relatórios em duas etapas distintas: quantitativa e qualitativa.

Em 28 de fevereiro de 2025, o Ipea entregou o Relatório da pesquisa quantitativa sobre o perfil dos aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho.

II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho:

Relatório da pesquisa quantitativa sobre o perfil dos candidatos aprovados

 JUSTIÇA DO TRABALHO
Tribunal Superior do Trabalho

 CSJT  enamati Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho

 ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada



São os seguintes achados do relatório da pesquisa quantitativa:

Quanto aos aspectos sociodemográficos, os resultados demonstraram, em síntese, que em meio aos candidatos aprovados no 2º CPNU-MT, 90,8% disputaram as vagas de ampla concorrência, ao passo que 6,1% disputaram as reservadas para candidatos considerados negros e 3,1% disputaram as reservadas para candidatos considerados deficientes. No que se refere ao local de residência dos aprovados, a região sudeste era a origem de 39,3%, seguida pela região sul (28,8%). Com percentuais significativamente mais reduzidos, estavam as regiões nordeste (19,7%), centro-oeste (8,7%) e norte (3,5%). No que diz respeito ao sexo, as

mulheres eram a maioria dos aprovados (60,3%), contra uma minoria de homens (39,7%). No que concerne à idade, os aprovados, no momento da nomeação, tinham 36,2 anos em média. No que tange à cor/raça autoidentificada, 75,5% dos aprovados eram brancos ou amarelos, ao passo que 24,5% eram pardos ou pretos.

Já em relação aos aspectos socioeducacionais, 14,8% dos aprovados possuíam até o nível de graduação (bacharelado em Direito), ao passo que 10,1% contavam com mestrado (em Direito ou em outra área) e 2,2% possuíam doutorado (idem). O destaque esteve com a especialização, que correspondeu ao nível de instrução de 72,9% dos aprovados.

Passando à apresentação de aspectos sociolaborais no que se refere à experiência de trabalho assalariado no período imediatamente anterior ao concurso (2017 a 2022), nota-se que a ampla maioria dos aprovados já possuía essa experiência laboral (85,6%). Ou seja, é possível afirmar que o labor prévio sob a forma assalariada foi uma experiência comum em meio a quase todos os aprovados no 2º CPNU-MT.

No que diz respeito à experiência de trabalho assalariado de natureza especificamente jurídica, percebe-se que, no período anterior ao concurso, pouco menos da metade dos aprovados trabalhava em funções tipicamente jurídicas (48,5%). Ou seja, uma proporção expressiva dos que lograram aprovação no 2º CPNU-MT estava trabalhando, de forma assalariada, em ocupações não necessariamente relacionadas ao mundo jurídico.

No que concerne à experiência de trabalho assalariado no setor público, nota-se que a ampla maioria dos aprovados já laborava em algum órgão ou entidade de algum poder estatal e esfera federada entre 2017 e 2022 (78,6%). Ou seja, é possível constatar que a experiência de labor em instituições públicas foi um aspecto compartilhado por quase todos os aprovados no 2º CPNU-MT.

Distribuição dos candidatos aprovados, de acordo com o tipo de concorrência
(em %)

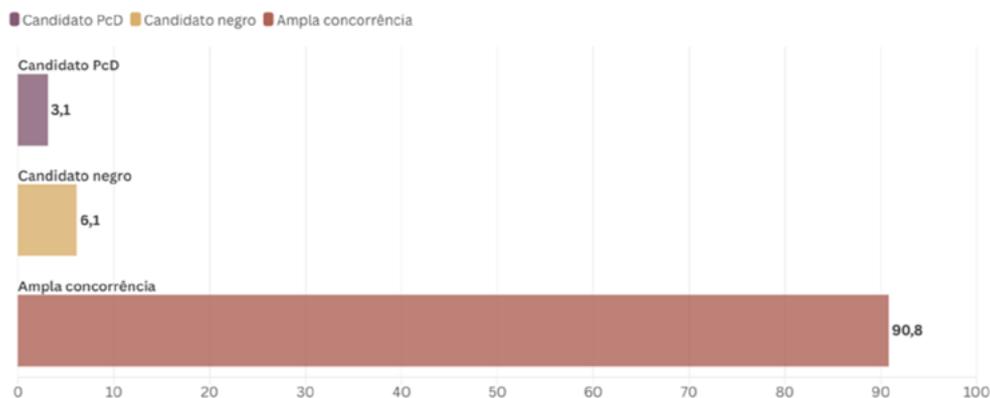


Gráfico 1 - Pesquisa Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho

Distribuição dos candidatos aprovados, de acordo com a região de residência (em %)

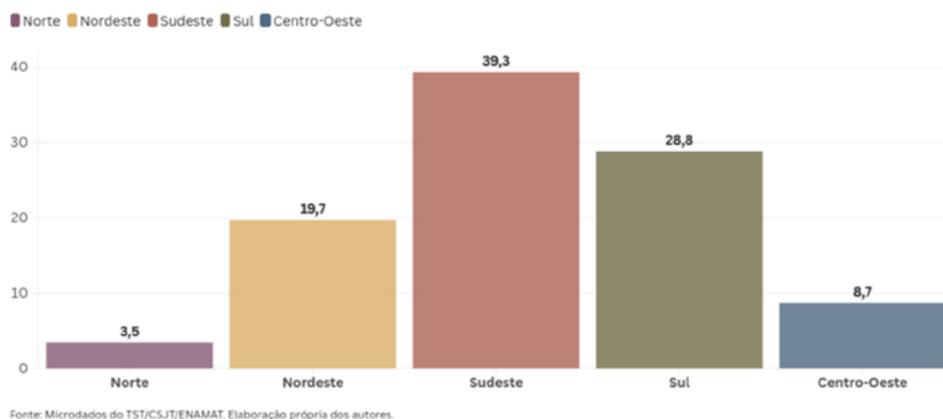


Gráfico 2 - Pesquisa Pesquisa Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho

Distribuição dos candidatos aprovados, de acordo com a instrução (em %)

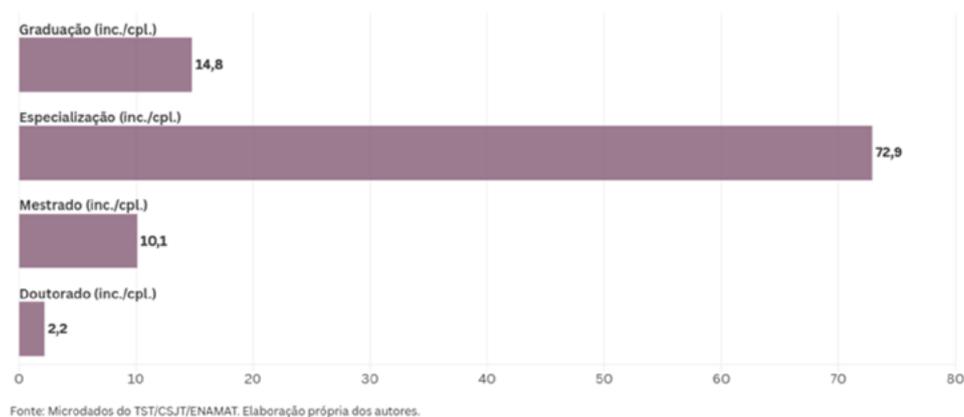


Gráfico 3 - Pesquisa Pesquisa Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho

Proporção de candidatos aprovados com trabalho assalariado no setor público a cada ano entre 2017 e 2022 (em %)

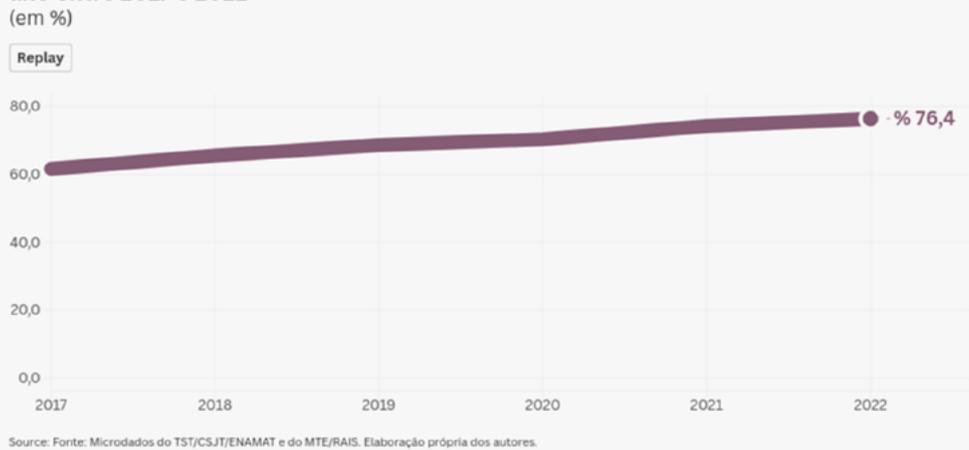


Gráfico 4 - Pesquisa Pesquisa Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho



Infográfico 1 - Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho

Em 1º de setembro de 2025 o Ipea entregou o Relatório da pesquisa qualitativa sobre os candidatos aprovados nos Concursos Nacionais Unificados. Nessa etapa, a técnica de coleta de dados se deu através da realização de grupos focais com magistrados(as) oriundos dos I e II CNU que aceitaram participar da pesquisa. A equipe de pesquisa observou todos os requisitos metodológicos dessa técnica, de modo a não haver possibilidade de identificação dos participantes.

Na condução dos grupos focais com os aprovados no CNU, foram colocadas questões tais como a percepção sobre o concurso no qual foi aprovado; percepção sobre a qualidade da formação inicial recebida na escola nacional e na regional; desafios do ingresso no exercício da jurisdição; percepção sobre a trajetória na carreira e desafios quanto à conciliação da carreira com a vida pessoal, familiar e afetiva, inclusive questões associadas à saúde mental.

O relatório, contendo as análises consolidadas das etapas quanti e qualitativa da pesquisa “Perfil dos aprovados no Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho” tem entrega programada para o mês de dezembro de 2025.

2. PESQUISA DIFICULDADES NA CARREIRA DA MAGISTRADA – EDIÇÃO 2025



Imagem 10 – Capa da Pesquisa “Dificuldades na Carreira da Magistrada”



Acesse o Relatório

Em 2025, a Ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora da ENAMAT, solicitou a realização da segunda edição da pesquisa sobre as Dificuldades na Carreira da Magistrada. A pesquisa buscou identificar as dificuldades na carreira das juízas em razão do gênero, com o intuito de fornecer subsídios para o fortalecimento das políticas judiciárias voltadas ao atendimento do princípio da não discriminação, em favor da igualdade de direitos entre os gêneros e ao fortalecimento da liderança feminina no ambiente institucional.

A primeira edição da pesquisa foi publicada no ano de 2019 pela Coordenadoria de Pesquisa da ENAMAT por iniciativa do Grupo de Trabalho da Comissão de Estudos para o Incentivo à Participação Institucional Feminina do TST. A intenção da pesquisa foi a de captar as atitudes discriminatórias

contra as magistradas em razão do exercício do cargo, bem como identificar seus agentes agressores. Categorias como violência psicológica, agressão verbal e percepção de igualdade de oportunidades em relação aos colegas homens integraram o estudo.

Na edição de 2025, a Coordenadoria de Pesquisa contou com o apoio das Comissões de Estudos sobre Gênero e Raça e do Comitê Científico da ENAMAT no planejamento da pesquisa, bem como da equipe da estatística da Secretaria de Pesquisas Judiciárias e Ciências de Dados do TST na validação do trabalho estatístico.

Entre as novidades em relação à primeira pesquisa realizada em 2019 está a abordagem da interseccionalidade e do trabalho de cuidado. Foram ampliadas também as abordagens a respeito das violências e das questões sobre raça, etnia, localidade e faixa etária.

A coleta de dados ocorreu entre 21/03/2025 e 11/04/2025 e contou com a participação de 749 respondentes, um resultado satisfatório que representou 35,5% do universo das magistradas trabalhistas cadastradas na base de dados (= 2.107).

O conteúdo do questionário da pesquisa foi elaborado com base na necessidade de levantamento de informações identificadas pelas Comissões de Raça e Gênero e pelo Comitê Científico da ENAMAT. O primeiro bloco consistiu em perguntas sobre o perfil das respondentes, como faixa etária; estado civil; autodeclaração; identidade de gênero; doença grave; UF de nascimento, entre outras. O segundo bloco englobou as informações funcionais, a fim de se conhecer o cargo, a situação funcional, o tempo de ingresso na magistratura e o tribunal ou conselho de exercício das magistradas. O bloco 3 foi uma das novidades desta edição da pesquisa, agregando perguntas sobre cuidados e maternidade, como filhos, cuidados de pessoas com deficiência, necessidades especiais ou doença grave, divisão de responsabilidades e condições especiais de trabalho. Já o bloco 4 trouxe perguntas específicas sobre experiências vividas envolvendo discriminação/violência. A intenção foi a de captar as discriminações e violências sofridas pelas magistradas em razão do exercício do cargo, bem como identificar seus agentes agressores e possíveis causas de agravamento. Categorias como violência psicológica, agressão verbal, microagressões e assédio sexual integraram este bloco da pesquisa. O bloco 5 tratou da percepção de igualdade de oportunidade e pretendeu captar a percepção das magistradas quanto à igualdade em relação aos(as) magistrados(as) para participar de comitês/comissões, para concorrer a cargos diretivos e a mandatos associativos e para participar de atividades acadêmicas. O bloco 6 tratou de violência doméstica, abordando temas como violência física e violência sexual, bem como buscou identificar os agentes agressores.

A pesquisa foi lançada no dia 24 de setembro de 2025. Relatam-se, a seguir, os principais achados da pesquisa e suas conclusões gerais.

2.1 PERFIL DAS MAGISTRADAS

PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO

Nota-se, entre as respondentes, que a maior concentração etária compreende-se entre 41 e 60 anos (70,1%) e que a maioria das magistradas é casada ou está em união estável (73%).

Em termos raciais, prevalece uma baixa diversidade racial: 79,4% das magistradas se autodeclararam brancas, enquanto apenas 14,7% se identificam como negras (pretas e pardas somadas). E a presença indígena ou amarela é residual. De acordo com o recorte amostral, a magistratura trabalhista se apresenta como um espaço marcadamente branco, refletindo barreiras de acesso e desigualdades sistêmicas na seleção e ascensão profissional dentro carreira da magistratura e revelando que o recorte de gênero não garante sozinho a inserção nos demais aspectos de diversidade, aproximando-se dos achados das pesquisas ENAMAT/Ipea, Perfil dos magistrados e das magistradas I CNU/2019 e II CNU/2025.

A absoluta maioria das respondentes se identifica como mulher cisgênero (98,7%), com a presença de pessoas trans ou não binárias quase nula. Assim, em termos de representação, esse grupo não contempla a diversidade de identidades de gênero, talvez como reflexo de exclusões institucionais ou sociais que afetam pessoas trans e não binárias no acesso à carreira jurídica.

Em termos de origem geográfica, a amostra revela que há altas concentrações de magistradas nascidas e residentes, antes do ingresso, em estados do Sudeste e Sul, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com mais de 50% de registros sobre a procedência concentrados nesses estados.

Quanto à representatividade da classe econômica, 94,7% das magistradas já tinham experiência profissional remunerada antes da magistratura trabalhista e 61,8% ganhavam mais de 5 salários mínimos. Assim, o ingresso na carreira parece exigir capital econômico e social elevado, tanto para financiar a preparação para o concurso quanto para acumular experiências laborais valorizadas, restringindo o acesso à carreira por mulheres de camadas populares.

Em reforço a essa conclusão, a maior parte das magistradas do estudo tem cônjuges de alta renda e prestígio: magistrados, autônomos, empresários e servidores públicos federais. Há uma possível indicação de endogamia de classe no contexto social das magistradas.

Em resumo, o perfil da amostra revela-se de magistradas brancas, cisgênero, de classe média alta, com formação e trajetória anteriores bem estruturadas, e originárias das regiões mais desenvolvidas do país. Esses elementos podem indicar a existência de barreiras interseccionais de gênero, raça, classe e origem geográfica que limitam a diversidade na magistratura do trabalho e reproduzem desigualdades estruturais no âmbito do judiciário, como indicam pesquisas realizadas nesse sentido.

PERFIL EDUCACIONAL

A análise da trajetória educacional das magistradas do trabalho revela uma formação acadêmica marcada por certa paridade entre as egressas de instituições públicas e privadas de ensino superior. Há baixa incidência de ingresso por meio de políticas públicas de inclusão, não sendo possível avaliar, nos limites deste estudo, em que medida as políticas de cotas e de incentivos à formação superior não alcançaram a amostra estudada.

No que se refere à formação continuada, embora a maioria das magistradas tenha

buscado alguma modalidade de pós-graduação após o ingresso na carreira, há o predomínio de cursos de especialização e, em menor percentual, de mestrado e doutorado. No caso da não continuidade de estudos de pós-graduação após o ingresso na carreira, é interessante avaliar, em outros levantamentos, se há adiamento de sua realização em razão de compromissos de cuidado ou dupla jornada assumidos pelas magistradas.

Pós-graduação após o ingresso

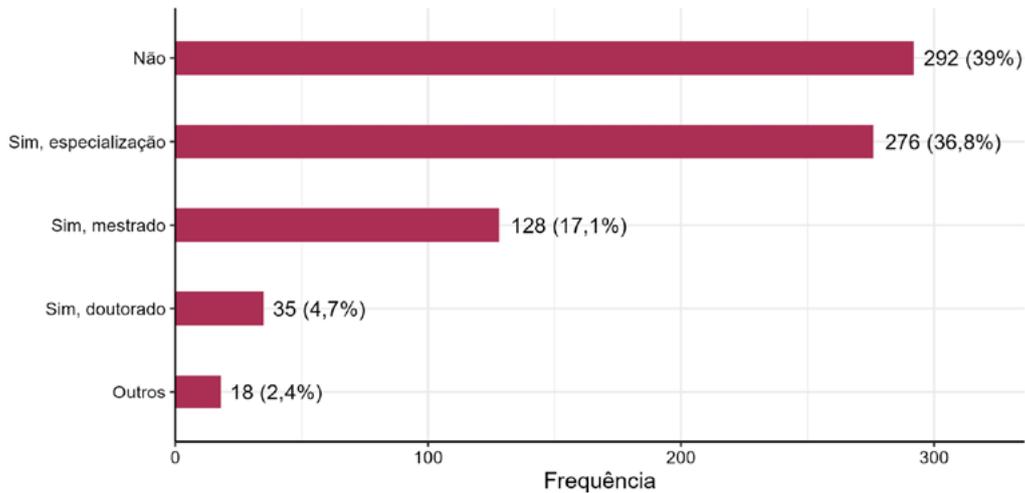


Gráfico 5 - Pós-graduação após o ingresso na magistratura

PERFIL FUNCIONAL

A análise funcional das magistradas da Justiça do Trabalho revela a expressiva concentração das juízas respondentes com mais de 10 anos de magistratura.

Embora a maioria das juízas substitutas conte com designação fixa, há um número significativo de magistradas atuando de outra forma, o que pode vir a representar maiores desafios cotidianos relacionados ao planejamento da vida pessoal e profissional. A distribuição geográfica das amostras de magistradas também reforça assimetrias regionais, com maior presença nos tribunais de maior porte e nas regiões mais populosas.

O estado de São Paulo (TRTs 2ª e 15ª Regiões) concentra o maior número de magistradas respondentes, seguido do Rio Grande do Sul (TRT da 4ª Região). Outro dado que pode ser visto sob o prisma da presença demográfica revela que o local de residência da maioria das respondentes antes do ingresso na magistratura situava-se nos estados do Sudeste e Sul, com destaque marcante para São Paulo (gráfico 6). A maioria das juízas substitutas (70,9%) possui designação fixa, contando com certa estabilidade funcional e previsibilidade no exercício de suas atividades. Quase a totalidade (98,8%) das magistradas trabalhistas respondentes está em atividade, sendo pouquíssimas (1,2%) as que estão aposentadas.

PERFIL DE SAÚDE

Os dados evidenciam que, embora a maior parte das magistradas respondentes não relate deficiências, necessidades especiais ou doenças graves, há uma proporção significativa enfrentando condições de saúde mental e física após o ingresso na carreira. Notadamente

os índices de estresse, ansiedade, insônia e esgotamento emocional - com predominância desde as faixas etárias mais jovens - apontam para um quadro de atenção quanto à adoção de medidas preventivas em saúde mental e de suporte institucional para as incidências desses adoecimentos. Devem ser incluídas nesse rol, ainda que incidentes em menor proporção, condições como depressão, burnout, síndrome do pânico e dor crônica.

Merece destaque a prevalência elevada de condições específicas na faixa etária de 41 a 50 anos. Condições como estresse (63,1%), ansiedade (61,7%), insônia (52,5%), esgotamento emocional (47,5%) e depressão (27%) concentram sua maior incidência entre as magistradas nessa faixa etária.

A presença expressiva de condições de saúde mental diagnosticadas após o ingresso na magistratura, conforme relatado por mais de 95% das respondentes, revelam a necessidade de estudos em profundidade para investigar se essas condições estão associadas ao ambiente institucional, às rotinas de trabalho e à ausência ou insuficiência de suporte oferecido pelas estruturas organizacionais do Judiciário.

Esses diagnósticos são capazes de subsidiar políticas institucionais inclusivas e adequadas que considerem as diferentes formas de necessidades, garantindo acessibilidade, acolhimento e condições adequadas de trabalho para todas. Reconhecer esses desafios pode contribuir para adoção de estratégias específicas direcionadas à carreira das magistradas trabalhistas.

CUIDADOS E MATERNIDADE

A maternidade, o cuidado com pessoas com deficiência ou necessidades especiais ou doença grave e o trabalho doméstico em geral continuam sendo responsabilidades majoritariamente femininas, revelando como o viés de gênero ainda estrutura a vida privada.

A prevalência de magistradas que assumem a maior parte ou a totalidade dos cuidados familiares, combinada com a dedicação semanal de tempo significativa a essas atividades, sugere que muitas vivenciam jornadas duplas ou triplas de trabalho. Isso impõe custos importantes à saúde, à produtividade e ao potencial de progressão das mulheres na carreira, sugerindo a existência de barreiras invisíveis à igualdade de gênero no contexto do Judiciário Trabalhista.

Além disso, a subutilização das condições especiais de trabalho, mesmo diante de uma taxa elevada de deferimento entre as que solicitam, pode apontar para entraves institucionais e culturais que precisam ser enfrentados, bem como pode sugerir a ocorrência de uma baixa expectativa de acolhimento institucional, a naturalização da sobrecarga ou, ainda, o alcance temporal das concessões especiais previstas na Resolução 343 do CNJ, editada somente em 2020.

Grosso modo, os dados indicam a sobrecarga das mulheres no que diz respeito ao trabalho de cuidado. Essa tendência parece acompanhar os padrões estruturais de gênero na divisão do trabalho doméstico e parental no Brasil, e ajuda a inferir que há desafios adicionais enfrentados por magistradas na conciliação entre vida profissional e responsabilidades domésticas e de cuidado.

A assimetria reforça a sobrecarga feminina e sugere não somente a persistência do machismo estrutural, como a insuficiência de redes de apoio e de políticas institucionais voltadas à corresponsabilização e ao suporte. Os resultados indicam a adoção de políticas mais efetivas de acolhimento e de responsabilização compartilhada voltadas às dificuldades enfrentadas pelas magistradas em razão do trabalho de cuidado e maternidade.

2.2 EXPERIÊNCIAS SOFRIDAS, DISCRIMINAÇÕES E VIOLÊNCIAS

Os dados revelam um panorama preocupante de violência e discriminação de gênero vivenciado por magistradas trabalhistas no Brasil. Formas específicas de violência foram relatadas com frequência alarmante: 39,4% das magistradas disseram ter sofrido agressão verbal e 39,8% relataram ter sido vítimas de violência psicológica nos últimos cinco anos. Ainda mais recorrentes foram as microagressões, vivenciadas por 53,9% das respondentes, indicando uma preocupante normalização de comportamentos hostis e sutis no cotidiano institucional. Embora menos prevalente, o assédio sexual também foi mencionado por 5,3% das magistradas, número que, embora aparentemente baixo, ganha gravidade ao ocorrer em um espaço que deveria ser exemplo de respeito e igualdade. Já no âmbito da vida pessoal, 16,1% das magistradas afirmaram ter sofrido violência física em algum momento da vida e 27,6% relataram violência sexual, com prevalência dos casos ocorridos antes da entrada na magistratura.

As atitudes discriminatórias afetam de maneira mais intensa magistradas negras, sugerindo que as dificuldades em razão de gênero se intensificam quando atravessadas por outros marcadores sociais, como o agravamento desses episódios em função de raça e etnia, mas também em razão de deficiência, idade e origem geográfica, evidenciando que desigualdades estruturais se somam e produzem impactos mais severos em determinados grupos. Apesar disso, a formalização de denúncias ao tribunal é rara, e parte das respondentes aponta a ausência de redes de apoio efetivas nos tribunais.

Esses números reforçam que nem mesmo a posição no alto escalão do Judiciário protege as mulheres da violência de gênero, evidenciando a urgência de ações institucionais de enfrentamento e prevenção.

2.3 PERCEPÇÃO DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Quanto à percepção de igualdade de oportunidades, a ampla maioria das magistradas sente que precisa se esforçar mais para provar sua competência pelo fato de ser mulher, percepção ainda mais acentuada entre as não brancas. Embora muitas delas reconheçam avanços institucionais recentes em programas e ações de equidade, os resultados indicam que ainda há um longo caminho a percorrer para superar as barreiras simbólicas e estruturais que afetam a sua trajetória profissional.

Embora a maioria afirme não perceber diferença nas oportunidades de promoção entre magistradas negras ou de outras etnias e magistradas brancas, quase um terço identifica a existência dessa desigualdade, reconhecendo-a como barreira concreta à progressão. Tais percepções apontam para a presença de uma sobrecarga interseccional que combina gênero e raça como fatores cumulativos de desigualdade.

O recorte racial traz elementos importantes e complementam a análise anterior. Os números se mostraram ainda mais expressivos quando analisados de acordo com a autodeclaração. Evidenciando que, entre aquelas que se declaram não brancas, essa percepção do fator de raça/etnia é considerado mais impactante quando comparado ao percentual do grupo todo.

Por outro lado, a maioria reconhece impactos positivos de políticas e programas institucionais de participação implementados nos últimos cinco anos, embora poucas tenham se sentido diretamente beneficiadas, o que sugere que, apesar de seus efeitos simbólicos e avanços pontuais, tais ações ainda carecem de maior capilaridade e efetividade prática no cotidiano da magistratura trabalhista a ser observado ao longo do tempo.

2.4 SÍNTESE GERAL DA PESQUISA

- O perfil predominante das respondentes concentra-se em mulheres de meia-idade, cisgênero, em sua maioria casadas ou em união estável, com especialização e oriundas das regiões mais desenvolvidas do país. A composição racial é pouco diversa, com prevalência de magistradas brancas e participação minoritária de negras, indígenas e amarelas. Antes do ingresso na magistratura, a maioria já possuía experiência profissional remunerada e renda acima de cinco salários mínimos, sugerindo que o acesso à carreira esteja associado a um capital econômico e social prévio privilegiado, o que pode estar restringindo o ingresso na carreira de mulheres de camadas mais populares.
- A saúde mental constitui um ponto crítico: boa parte das magistradas relatou ter desenvolvido, após o ingresso na carreira, quadros de estresse, ansiedade, insônia e esgotamento emocional, seguidos, em menor grau, por dor crônica, depressão e burnout.

- O trabalho de cuidado surge como dimensão central: a maioria das magistradas tem filhos ou enteados, frequentemente com a maternidade ocorrendo após o ingresso na carreira. Entre essas, a maior parte assume sozinha ou quase sozinha as responsabilidades de cuidado, enquanto apenas um quarto relata divisão igualitária das tarefas. Além disso, parte das respondentes é responsável pelo cuidado de pessoas com deficiência, necessidades especiais ou doenças graves, configurando um quadro de dupla jornada que potencialmente impacta a atuação institucional e as oportunidades de ascensão.
- A grande maioria afirmou ter sofrido atos de violência e discriminação em razão de gênero no ambiente de trabalho, incluindo microagressões, violência psicológica e agressões verbais. Casos de assédio sexual, embora menos frequentes, também foram registrados. As atitudes discriminatórias afetam de maneira mais intensa magistradas negras, sugerindo que as dificuldades em razão de gênero se intensificam quando atravessadas por outros marcadores sociais, como o agravamento desses episódios em função de raça e etnia, mas também em razão de deficiência, idade e origem geográfica, evidenciando que desigualdades estruturais se somam e produzem impactos mais severos em determinados grupos.
- A formalização de denúncias ao tribunal é rara, e parte das respondentes aponta a ausência de redes de apoio efetivas nos tribunais.
- Quanto à percepção de igualdade de oportunidades, a ampla maioria das magistradas sente que precisa se esforçar mais para provar sua competência pelo fato de ser mulher, percepção ainda mais acentuada entre as não brancas. Embora muitas delas reconheçam avanços institucionais recentes em programas e ações de equidade, os resultados indicam que ainda há um longo caminho a percorrer para superar as barreiras simbólicas e estruturais que afetam a sua trajetória profissional.
- Avanços institucionais existem, mas ainda há lacunas importantes em diversidade, prevenção às violências e apoio ao cuidado. Grosso modo, os encaminhamentos das questões levantadas pela pesquisa passam pela revisão e pelo aperfeiçoamento dos processos seletivos de ingresso na carreira para assegurar maior diversidade; pelo reforço nos modelos de formação inicial e continuada, especialmente no que diz respeito à ampliação das abordagens interseccionais de gênero, raça e de inclusão, com a incorporação, por exemplo, de eixos e conteúdos transversais no conjunto das ações formativas das escolas judiciais. Também se revela pertinente o incentivo à ampliação de mecanismos institucionais de apoio à saúde física e mental das juízas, bem como a adoção de iniciativas concretas que auxiliem as magistradas responsáveis pelo trabalho de cuidado e maternidade, dado seu impacto sobre a progressão na carreira. No âmbito da prevenção de discriminações e violências, é crucial a adoção de práticas organizacionais que promovam ambientes mais inclusivos, respeitosos e acessíveis, acompanhadas de programas e canais bem estruturados para o devido recebimento e tratamento

das denúncias, além do reforço das redes de apoio às vítimas de violências e discriminações. Ainda no campo da valorização das trajetórias femininas, torna-se essencial a aprovação e/ou a revisão de normativos pelo Poder Judiciário que incentivem e orientem efetivamente a progressão na carreira das mulheres, a fim de contribuir com a equalização das desproporcionalidades na ascensão profissional das magistradas.

3. COLEÇÃO ESTUDOS ENAMAT

Vinculado ao Programa “ENAMAT Pesquisa”, a Coleção Estudos ENAMAT veio a merecer institucionalização normativa por meio do §2º, do art. 74, da Resolução ENAMAT 28/2022², o qual prevê que a Coleção se volta ao estímulo da “cooperação entre a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho e os Órgãos, Colegiados e Programas permanentes instituídos no âmbito do Poder Judiciário que congreguem, dentre seus objetivos, a promoção do diálogo social, dentro e fora da magistratura trabalhista”.

Dando continuidade ao projeto, na gestão 2024/2025, foram lançados quatro volumes da Coleção Estudos ENAMAT.

O décimo quarto volume, intitulado “Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Fundamentos e Doutrina” e o décimo quinto volume, intitulado “Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Interpretação e Aplicação” foram lançados no encerramento do seminário “As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação”, realizado no dia 5 de maio de 2025, no salão de recepções do Tribunal Superior do Trabalho.



Imagem 11 - Evento de lançamento dos volumes 14 e 15 da Coleção Estudos ENAMAT



Imagem 12 - Evento de lançamento dos volumes 14 e 15 da Coleção Estudos ENAMAT

² Redação dada pela Resolução ENAMAT n.º 33, de 14 de junho de 2023.

O Volume 14 da Coleção Estudos ENAMAT pretendeu contribuir para a edificação de um sólido estudo sobre a teoria e a doutrina em normas internacionais e controle de convencionalidade na Justiça do Trabalho, enquanto o Volume 15 buscou oferecer subsídios que auxiliem magistrados, advogados, estudantes e profissionais que atuam no sistema jurídico e na administração da justiça na compreensão e aplicação do Controle de Convencionalidade.



Imagem 13 - Evento de lançamento dos volumes 14 e 15 da Coleção Estudos ENAMAT



Imagem 14 - Evento de lançamento dos volumes 14 e 15 da Coleção Estudos ENAMAT

O volume 16 da Coleção Estudos ENAMAT, “Plataformas Digitais, Subordinação e Novas Formas de Trabalho na Economia Digital” e o volume 17, “Novas Tecnologias, Inteligência Artificial e o Mundo do Trabalho”, reuniram contribuições científicas que analisam criticamente os impactos da inteligência artificial, das plataformas digitais e das novas tecnologias sobre o mundo do trabalho, considerando suas múltiplas dimensões: jurídica, social, econômica e tecnológica. Buscou-se fomentar o debate sobre os desafios e as perspectivas para um futuro do trabalho mais justo, inclusivo e sustentável em face dessas transformações.

O lançamento das obras aconteceu no dia 24 de setembro de 2025.



Imagem 15 - Capa do volume 16 da Coleção Estudos ENAMAT



Imagem 16 - Capa do volume 17 da Coleção Estudos ENAMAT



GRUPO DE ESTUDOS DAS COMISSÕES DE RAÇA E DE GÊNERO DA ENAMAT – “DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO EM PERSPECTIVA: DECISÕES DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS”



O projeto de realização de Grupos de Estudos sobre a temática “Direito Internacional do Trabalho em Perspectiva: decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, como proposta de atividade formativa, foi uma iniciativa das Comissões de Gênero e Raça da ENAMAT, contando com o apoio da Coordenadoria de Pesquisa. A iniciativa atendeu ao eixo prioritário da atual gestão da ENAMAT “normas internacionais do trabalho e controle de convencionalidade”.

O objetivo principal foi permitir que magistrados e magistradas tivessem uma capacitação continuada sobre o tema, capaz de possibilitar uma análise mais aprofundada das decisões da Corte IDH e uma reflexão crítica acerca da sua aplicabilidade na prática cotidiana.

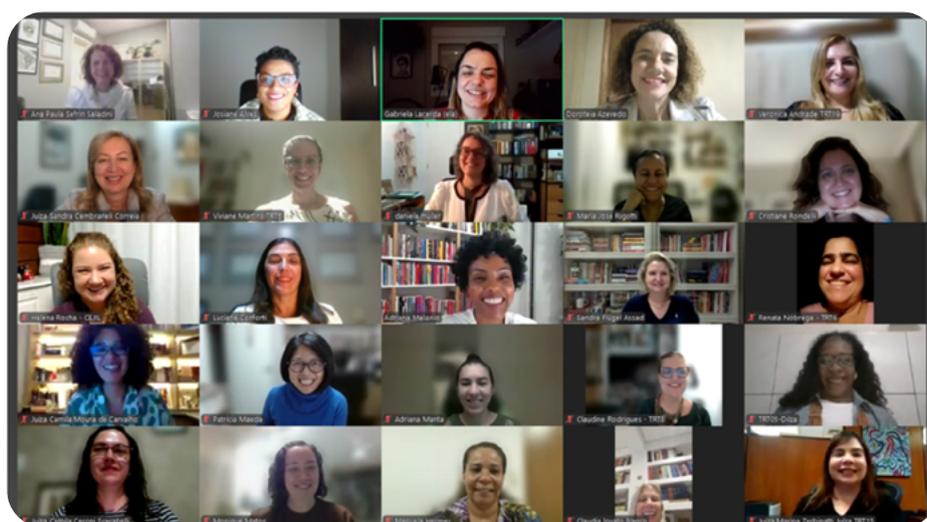
O projeto foi desenvolvido pelas Comissões de Gênero e de Raça da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas do Trabalho (ENAMAT), com apoio técnico da Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF) do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Foram formados dois Grupos de Estudo, sendo um coordenado pela Comissão de Gênero e o outro pela Comissão de Raça, com o apoio técnico da Coordenadoria de Pesquisa da ENAMAT. Ao todo foram realizados seis encontros, com frequência mensal para cada grupo, por meio de videoconferências. As atividades foram desenvolvidas com base em estudos de caso, apresentados e discutidos pelas(os) participantes dos grupos.

No primeiro e no último encontro, os grupos de estudos de raça e de gênero se reuniram em conjunto, utilizando a metodologia de exposição dialogada, através da participação de especialistas nas temáticas discutidas. No primeiro encontro, além das pessoas participantes dos grupos, estiveram presentes a Ministra Delaíde Arantes e os Ministros Lelio Bentes Corrêa e Augusto Cesar Leite de Carvalho. Na ocasião, foi realizada uma introdução ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, com exposição dialogada pela magistrada Monique Fernandes Santos Matos.



No último encontro, foi analisado o Caso Simone Diniz vs. Brasil. CIDH, com exposição dialogada pela advogada Helena de Souza Rocha, do Centro pela Justiça e o Direito Internacional - CEJIL.



Como resultado das atividades desenvolvidas foi lançado em 24 de setembro e-book com os relatórios descritivos das reuniões, com reflexões e conclusões sobre os temas abordados e também com relatórios e artigos redigidos pelos participantes sobre a temática desenvolvida nos encontros.



1) GRUPO DE ESTUDOS DA COMISSÃO DE RAÇA DA ENAMAT



Imagem 20 - 2ª reunião do grupo de estudos da Comissão de Raça.

No grupo de estudos da comissão de raça foram debatidas as seguintes decisões da CIDH: Caso trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil; Caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ferreira vs. Brasil Relatório nº 5/20, Caso 12.571. CIDH; Caso dos Buzos Miskitos (Lemoth e outros) vs. Honduras e Caso José Pereira vs. Brasil.

2) GRUPO DE ESTUDOS DA COMISSÃO DE GÊNERO DA ENAMAT



Já no grupo de estudos da comissão de gênero, foram debatidos os seguintes casos da Corte CIDH: Caso de Empleados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil; Opinião Consultiva OC 27/2021; Caso Pavez Pavez vs. Chile. Corte IDH (discriminação LGBT) e Caso Márcia Barbosa vs. Brasil.



Imagem 21 - 2ª reunião do grupo de estudo da comissão de gênero.

DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE CONTEÚDO

PROJETO VIDEOCAST ENAMAT



A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) tem por finalidade promover a formação e o aperfeiçoamento das magistradas e dos magistrados do Trabalho (art. 111-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal de 1988).

Dentre as atribuições da ENAMAT, fixadas no art. 2º da Resolução ENAMAT nº 28/2022, podemos destacar as seguintes:

- Promover, em âmbito nacional, cursos de Formação Continuada para magistradas e magistrados do trabalho vitalícios;
- Promover cursos de Formação de Formadores para a qualificação dos profissionais de ensino; e
- Desenvolver outras atividades de ensino e estudos, diretamente ou mediante convênio com Escolas de Magistratura ou outras instituições nacionais e estrangeiras.

Nesse sentido, a Coordenadoria de Formação da ENAMAT desenvolveu o produto VideoCast que funciona como uma ferramenta complementar e enriquecedora para o cumprimento da função primordial da Escola, buscando ampliar o alcance das temáticas

abordadas nos cursos da ENAMAT. Esse projeto inclui entrevistas com especialistas, debates entre profissionais, exposição de casos práticos, entre outras atividades.

Ao integrar o formato visual e auditivo, o VideoCast oferece uma abordagem dinâmica e interativa, que favorece a compreensão e assimilação de conteúdos complexos e relevantes para o exercício da magistratura trabalhista. Além disso, a produção de vídeos curtos e objetivos, aliados a uma linguagem acessível, proporciona maior flexibilidade para as magistradas e os magistrados em formação, permitindo que consumam o conteúdo de forma mais autônoma e de acordo com suas disponibilidades.

Essa iniciativa também está alinhada ao Planejamento Estratégico da Escola para o período de 2025-2026 que define como missão da Escola “Promover a formação profissional e o aperfeiçoamento de Magistradas e Magistrados do Trabalho, bem como pesquisas e publicações, para o desenvolvimento das competências comportamentais e técnicas adequadas para a prestação jurisdicional, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania”. O VideoCast também contribui para o alcance de alguns Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico, tais como:

- Fortalecer a comunicação e a transparência institucional (Perspectiva Partes Interessadas);
- Otimizar a Gestão de Processos Formativos (Perspectiva formação profissional e pesquisa);

Portanto, a produção de um VideoCast representa uma estratégia eficaz para fomentar as atividades formativas da ENAMAT, além de proporcionar formação mais dinâmica, acessível e atualizada às magistradas e aos magistrados do Trabalho, contribuindo para o aprimoramento contínuo da atuação judicial na esfera trabalhista, mostrando-se uma atividade inovadora de ensino, que pode ser utilizada para abordar diversos temas e alcançar um público amplo.

Os vídeos produzidos estão disponíveis na Plataforma YouTube da Escola Nacional, que é hoje um dos maiores canais de comunicação e difusão de conteúdo no Brasil e no mundo, o que permite ampliar o alcance das ações da ENAMAT e fortalecer sua imagem institucional., Outrossim, a presença em uma rede social consolidada transmite transparência e aproxima a instituição da sociedade.

Nessa gestão, esse projeto inovador ampliou de forma expressiva os acessos a essa plataforma, somando, até 12 de setembro de 2025, total de 7.076 visualizações dos vídeos na íntegra, com 11 vídeos.

VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “O Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça do Trabalho” que teve 672 visualizações (até 12 de setembro de 2025).



VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “O Direito da Criança e do Adolescente e a Justiça do Trabalho” que teve 672 visualizações (até 12 de setembro de 2025).

VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Assédio e outras Formas de Violência na Justiça do Trabalho” que teve 747 visualizações (até 12 de setembro de 2025).



VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Execução no Processo do Trabalho” que teve 1.114 mil visualizações (até 12 de setembro de 2025).

VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Sistemas para Pesquisas de Bens e Pessoas” que teve 415 visualizações (até 12 de setembro de 2025).



VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Sistemas para Pesquisas de Bens e Pessoas” que teve 417 visualizações (até 12 de setembro de 2025).

VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Controle de Convencionalidade: aplicabilidade” que teve 730 visualizações (até 12 de setembro de 2025).



VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Precedentes no Processo do Trabalho” que teve 1.201 visualizações (até 12 de setembro de 2025).

VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Instrução Probatória no Processo do Trabalho na Interface entre o Analógico e o Digital” que teve 1.010 visualizações (até 12 de setembro de 2025).



VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Acesso à Justiça Trabalhista e Não Discriminação: Reflexões a partir dos Estândares Interamericanos” com 199 visualizações (até 12 de setembro de 2025).

VideoCast elaborado em decorrência da atividade formativa “Acesso à Justiça Trabalhista e Não Discriminação: Reflexões a partir dos Estândares Interamericanos” com 244 visualizações (até 12 de setembro de 2025).



De forma complementar as publicações no YouTube, os VideoCasts também estão disponíveis no Spotify da Escola Nacional, de forma a ampliar o público alvo, dando flexibilidade de consumo com a possibilidade de assistir ou apenas ouvir o conteúdo, alternando entre formatos conforme a situação (por exemplo, assistir no computador ou ouvir no carro).

PROJETO PODCAST “ELAS TAMBÉM PESQUISAM”



O Podcast “Elas também Pesquisam” foi um projeto desenvolvido pelas Comissões de Gênero e de Raça da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas do Trabalho (ENAMAT) em parceria com o Comitê Gestor Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

O objetivo foi promover a visibilidade da produção científica de magistradas e servidoras da Justiça do Trabalho, contribuindo para a construção de um Poder Judiciário mais equânime e representativo.

Na primeira temporada, as entrevistas foram conduzidas pelas Coordenadoras das Comissões de Gênero e de Raça da ENAMAT, as Juízas Gabriela Lenz de Lacerda e Adriana Melonio, com o apoio técnico da Coordenadoria de Pesquisa da ENAMAT. A proposta envolve a realização de perguntas compreendendo a trajetória da entrevistada, o que a levou à escolha do tema e destacando alguns pontos importantes da pesquisa.



Foram lançados seis episódios na plataforma Spotify :

O primeiro episódio contou com a participação da Ministra Kátia Magalhães Arruda, diretora da ENAMAT, que discutiu sobre a sua pesquisa a respeito do trabalho de cuidado a partir das interseccionalidades de raça, gênero e classe. A Ministra comentou seus estudos de pós-doutorado realizados na Universidade de Brasília - UnB sobre o tema “Mulher é para cuidar? O trabalho não remunerado na subjugação do feminino e os preceitos da Convenção 156 da OIT”.



#EP01 - PODCAST Elas também pesquisam

Episódio de áudio • 34:30

Publicação: 7 de maio de 2025 às 17:21

[Estatísticas](#) [Detalhes](#) [Comentários](#) [Clips](#) [Enquetes](#)

Visão geral [Descobertas](#) [Público](#)

No Spotify

Sobre as principais estatísticas no Spotify

Reproduções

190

Tudo

Tempo de consumo

30

Tudo



Podcast

Elas Também Pesquisam

Raquel Leite da Silva Santana fala sobre o trabalho de cuidado remunerado em domicílio como espécie jurídica do trabalho doméstico no Brasil.



#EP02 - PODCAST Elas também Pesquisam

Episódio de áudio • 50:18

Publicação: 11 de junho de 2025 às 17:22

[Estatísticas](#) [Detalhes](#) [Comentários](#) [Clips](#) [Enquetes](#)

Visão geral [Descobertas](#) [Público](#)

No Spotify

Sobre as principais estatísticas no Spotify

Reproduções

168

Tudo

Tempo de consumo

36

Tudo

No terceiro episódio, a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho Delaíde Miranda Arantes falou sobre a sua pesquisa de mestrado na UnB, que resultou na publicação do livro “Trabalho Decente - Uma análise na perspectiva dos direitos humanos trabalhistas a partir do padrão decisório do Tribunal Superior do Trabalho”. A Ministra nos levou aos bastidores da análise da jurisprudência do TST, compartilhando achados da sua pesquisa. Prepare-se para uma conversa reveladora sobre perseverança e busca por justiça social.



#EP03 - PODCAST Elas também pesquisam

Episódio de áudio • 42:12
Publicação: 18 de julho de 2025 às 17:26

Estatísticas Detalhes Comentários Clips Enquetes

Visão geral Descobertas Público

No Spotify

Sobre as principais estatísticas no Spotify

Reproduções

56

Tudo

Tempo de consumo

14

Tudo



#EP04 - PODCAST Elas também pesquisam

Episódio de áudio • 52:36
Publicação: 25 de agosto de 2025 às 12:34

Estatísticas Detalhes Comentários Clips Enquetes

Visão geral Descobertas Público

No Spotify

Sobre as principais estatísticas no Spotify

Reproduções

91

Tudo

Tempo de consumo

26

Tudo

Já no quinto episódio, a entrevistada foi a Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, que tratou de sua pesquisa sobre o sistema de precedentes no Brasil, analisando a fusão entre civil law e common law, a importância do Banco Nacional de Precedentes (BNP), e a transição para uma abordagem mais estruturada na resolução de conflitos. A entrevista abordou a “flexibilidade” na aplicação da transcendência dos precedentes e a analogia dworkiniana do “romance em cadeia”.



O sexto episódio contou com a participação da assessora do TST e professora da UnB Renata Queiroz Dutra. Neste episódio, Renata discorreu sobre o projeto “Formação de mulheres em direitos humanos e cidadania: Promotoras Legais Populares e Coletivo Madás”, realizado na Universidade Federal da Bahia. A professora também falou sobre seu artigo intitulado “Eles pensam que a gente é invisível”, que tem como tema a invisibilidade social das trabalhadoras terceirizadas da limpeza da UFBA.

O sétimo episódio foi gravado com TST Helena Martins, assessora do Tribunal Superior do Trabalho, que apresentou sua pesquisa de mestrado, publicada no livro “Varrendo para cima do tapete: da invisibilidade social à regulamentação jurídica do trabalho na limpeza urbana”, abordando a invisibilidade sofrida pelos varredores e coletores de limpeza urbana.



INTEGRAÇÃO COM AS ESCOLAS JUDICIAIS

SISTEMA INTEGRADO DE FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO - SINFOMAT



O Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT), que reúne, sob coordenação desta Escola Nacional, as 24 Escolas Judiciais (EJuds) dos Tribunais Regionais do Trabalho, fomenta um ambiente democrático para a definição de atividades e estratégias integradas com as metas formativas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de diagnósticos da formação e capacitação da magistratura nacional, propiciando o compartilhamento de atividades já relacionadas com as temáticas dos eixos de formação dos integrantes desta Justiça Especializada.

Outras questões debatidas nas reuniões dizem respeito às atualizações e revisões dos normativos internos da ENAMAT, à realidade das estruturas administrativas das Escolas Judiciais, às recomendações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho no tocante às atividades de formação desenvolvidas pelas EJuds e conteúdos de oferta semestral, dentre outros tópicos.

Nesse sentido, no decorrer desta gestão, foram realizadas 3 reuniões do colegiado, que é composto pelo Diretor ou Diretora e pelo Coordenador ou Coordenadora Pedagógica de cada Escola Judicial, como destacado a seguir.

1ª REUNIÃO DO SINFOMAT

Data: 19 de fevereiro de 2025

Presenças:

Ministra Kátia Magalhães Arruda (Diretora)

Diretores(as) e Coordenadores(as) das EJuds

A primeira reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT), realizada em 19 de fevereiro de 2025, foi aberta pela Ministra Kátia Magalhães Arruda, diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). Após as saudações iniciais, foi promovida a apresentação dos(as) diretores(as) e representantes das Escolas Judiciais (EJuds) de todo o país, com o objetivo de fortalecer vínculos institucionais. A Ministra destacou as recentes mudanças nas direções das EJuds e reforçou a importância da articulação entre os participantes para o avanço das ações formativas da Justiça do Trabalho.

Na sequência, a Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT, Dra. Patrícia Maeda, apresentou o Planejamento Estratégico da Escola para o biênio 2025-2026. O documento, elaborado com participação colaborativa das EJuds, estabeleceu seis objetivos estratégicos, entre eles: fortalecimento da comunicação institucional, ampliação de parcerias, formação de formadores e modernização administrativa com foco em inteligência artificial. O plano foi estruturado com indicadores e metas quantificáveis, e seu êxito dependerá do alinhamento entre a ENAMAT e as EJuds.



O calendário de eventos desta Escola Nacional também foi apresentado, com destaque para o Programa ENAMAT Itinerante, que visa levar ações formativas às diferentes regiões do Brasil. Foram detalhadas as etapas já previstas naquele momento (Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul), além de cursos, seminários e parcerias com universidades internacionais e organismos

internacionais como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). As coordenadorias da ENAMAT (Formação, Pesquisa e Administrativa) relataram suas principais ações, como o levantamento de demandas formativas, pesquisas em andamento com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicações da Coleção ENAMAT e os desafios logísticos para a indicação de participantes nos eventos.

Por fim, discutiu-se a reformulação do site da ENAMAT, o lançamento do ENAMAT Videocast, e foi apresentada a ferramenta de inteligência artificial (IA) da Justiça do Trabalho, o ChatJT, destacando sua estrutura segura e potencial de apoio à atuação dos(as) magistrados(as).

A reunião foi encerrada com informes diversos das EJuds, como a proposta da EJud 8 de realizar eventos ligados à COP30, e sugestões para futuras ações integradas. A Ministra Kátia Arruda agradeceu a participação de todos, reiterando o compromisso de cooperação entre as escolas e a ENAMAT para os desafios do biênio.

2ª REUNIÃO DO SINFOMAT

Data: 22 de maio de 2025

Presenças:

Ministra Kátia Magalhães Arruda (Diretora)
Diretores(as) e Coordenadores(as) das Ejuds

A segunda reunião do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT), realizada em 22 de maio de 2025, foi conduzida pela Ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). A abertura ressaltou a importância do encontro telepresencial para o compartilhamento de decisões institucionais e a escuta das escolas judiciais (EJuds).

Um dos principais temas debatidos foi a minuta de regulamentação da concessão de diárias e passagens, que incluiu propostas como o ressarcimento de bilhetes aéreos não utilizados, o apoio a magistradas e magistrados com deficiência e a responsabilização por ausências injustificadas. A minuta será revisada pelo setor jurídico do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e enviada para contribuições até o dia 30 de julho do ano corrente.

Outro ponto relevante foi a divulgação do edital para o Volume 16 da Coleção ENAMAT, com foco em “Inteligência Artificial, Plataformas Digitais e Novas Tecnologias no Mundo do Trabalho”. Destinado a pesquisadores da área jurídica e tecnológica, o edital tem prazo de submissão até 30 de junho de 2025.



A criação do podcast “Elas Também Pesquisam”, idealizado pelas Comissões de Gênero e Raça desta Escola Nacional também foi apresentada como uma iniciativa para dar visibilidade à produção acadêmica de magistradas. O canal será hospedado na plataforma Spotify e contará com entrevistas de pesquisadoras da Justiça do Trabalho.

Foram ainda expostas duas pesquisas em andamento: “Dificuldades na Carreira das Magistradas II” e o acompanhamento do perfil dos(as) magistrados(as) aprovados(as) nos Concursos Nacionais Unificados (CNU). A primeira, com participação de 2.100 magistradas, adotou uma abordagem interseccional. A segunda investiga a trajetória dos(as) magistrados(as) ingressos em 2019 e 2023, com análise quantitativa e qualitativa. Ambas as pesquisas servirão de base para políticas públicas voltadas à melhoria das condições de trabalho e desenvolvimento da magistratura.

A Ministra apresentou o planejamento estratégico da ENAMAT para o biênio 2025-2026, elaborado de forma colaborativa e alinhado com o planejamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Foram destacados quatro eixos estratégicos: comunicação institucional, parcerias, promoção do conhecimento científico e aprimoramento institucional. A apresentação incluiu análise SWOT, definição de metas e indicadores de desempenho, e incentivo para que as escolas regionais desenvolvam seus próprios planejamentos alinhados à ENAMAT.

Outros temas abordados incluíram o edital do curso internacional Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho (IDET), em parceria com a Universidade de Coimbra, cujo conteúdo será financiado pela Escola Nacional, exceto as despesas pessoais. Também foi apresentada a proposta de regulamentação da formação em Inteligência Artificial (IA), com três módulos - preliminar, básico e intermediário, fundamentados na Resolução nº 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Por fim, definiu-se que a próxima reunião ocorrerá, presencialmente em Brasília, em 24 de setembro de 2025.

3ª REUNIÃO DO SINFOMAT

Data: 24 de setembro de 2025

Reunião realizada a fim de apresentar os principais resultados e avanços da Gestão que se encerrou. Nessa oportunidade também foram lançados: os Volumes 16 e 17 da Coleção Estudos ENAMAT, a Pesquisa “Dificuldades na Carreira da Magistrada” e o Ebook dos Grupos de Estudo “Direito do Trabalho como Direito Humano: Análise de Casos da Corte Interamericana sob a Perspectiva de Raça e de Gênero”.

PROGRAMA ENAMAT ITINERANTE



Em consonância com o Planejamento Estratégico da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e os objetivos institucionais de fortalecimento da comunicação, transparência, parcerias institucionais e otimização dos processos formativos, foi concebido e lançado nesta gestão, o Programa ENAMAT Itinerante.

A iniciativa teve como finalidade ampliar a visibilidade e o alcance das ações da ENAMAT, promovendo o deslocamento de suas atividades formativas para as cinco regiões geográficas do país, por meio da realização de eventos presenciais, cursos, fóruns e seminários em parceria com as Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, universidades e instituições nacionais e internacionais, além de estimular a troca de experiências e práticas pedagógicas inovadoras.

A estrutura metodológica do Programa baseia-se em ações integradas que compreendem a realização de eventos formativos presenciais regionais, com o uso de metodologias ativas de ensino, a oferta de workshops e cursos temáticos sobre os Protocolos para Atuação e Julgamento na Justiça do Trabalho, Direitos Humanos, temas contemporâneos do direito do trabalho e desenvolvimento de competências profissionais, bem como a ampla divulgação das ações por meio do site da ENAMAT, redes sociais institucionais e outros canais de comunicação do Judiciário Trabalhista.

O programa fundamentou-se diretamente em quatro eixos do Planejamento Estratégico da ENAMAT:

- Comunicação e Transparência, ao ampliar a presença institucional da Escola nos diversos territórios e promover o diálogo com a sociedade;
- Parcerias Institucionais, ao reforçar a articulação com as Escolas Judiciais dos TRTs, instituições de ensino e organismos internacionais;
- Otimização da Gestão de Processos Formativos, ao descentralizar os cursos e ampliar o acesso à capacitação; e
- Cultura de Aprendizado e Inovação, ao estimular a construção coletiva de soluções formativas e a disseminação de práticas pedagógicas inovadoras.

O Programa ENAMAT Itinerante esteve presente em todas as regiões do país conforme cronograma:

- Etapa Centro-Oeste - 21/03/2025 | Brasília/DF:
- Seminário “Mulheres, Igualdade, Trabalho e Cuidado”
- Etapa Nordeste - 27 e 28/03/2025 | Natal/RN:
- 80ª CONEMATRA
- Etapa Sul - 10 e 11/04/2025 | Porto Alegre/RS:
- Seminário “Construindo Pontes: Trabalho e Justiça no Mercosul”
- Etapa Norte - 04 e 05/08/2025 | Belém/PA:
- Seminário Internacional “COP30, Mudanças Climáticas e Trabalho Decente na Amazônia”
- Etapa Sudeste - 28/08/2025 | São Paulo/SP
- Congresso Internacional “Direito Sindical, Trabalho e Democracia”

Ao implementar o Programa ENAMAT Itinerante, a Escola reafirmou seu compromisso com a formação profissional democrática, o aperfeiçoamento da magistratura trabalhista e a consolidação de seu papel como escola de excelência e polo nacional de produção de conhecimento. A iniciativa contribuiu diretamente para o fortalecimento do sistema de justiça trabalhista, para a promoção da cidadania e para a paz social, em linha com a missão institucional da ENAMAT.



80ª CONEMATRA - ETAPA NORDESTE DO PROGRAMA ENAMAT ITINERANTE

A 80ª Reunião do Conselho Nacional das Escolas de Magistratura do Trabalho (Conematra) ocorreu em 27 e 28 de março de 2025, em Natal (RN), reunindo representantes das 24 Escolas de Magistratura e Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho (Ejuds), além da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT). O evento promoveu troca de experiências sobre temas estratégicos, como o uso da inteligência artificial - destacando o Chat-JT - e situações de discriminação no ambiente de trabalho.

Durante o encontro, foi lançada oficialmente a Etapa Nordeste do Programa ENAMAT Itinerante, iniciativa criada para descentralizar a formação judicial, fomentar parcerias com Escolas Judiciais regionais e ampliar o alcance das ações da ENAMAT pelos tribunais trabalhistas do país. Essa estratégia itinerante representa um avanço significativo na promoção da educação judicial de excelência, com foco em democratizar o acesso ao desenvolvimento profissional e fortalecer redes institucionais locais.





Na oportunidade, a ENAMAT, assumindo o papel de órgão central de formação de magistrados(as) trabalhistas e reafirmando seu protagonismo na disseminação de boas práticas e na inovação pedagógica no âmbito da Justiça do Trabalho, apresentou a estrutura e os objetivos do Programa ENAMAT Itinerante.

A Diretora da ENAMAT, a Ministra Kátia Magalhães Arruda, destacou-se ao coordenar as discussões sobre “Avaliação Qualitativa do trabalho judicial e planejamento da ENAMAT” e conduzir os debates finais, reforçando o compromisso da Escola com a formação continuada e com a modernização institucional. Também participaram ativamente a Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT, Dra. Patrícia Maeda, e a Coordenadora de Formação da Escola, Cristiane Pitombo, ambas na mesa de debates sobre discriminação no trabalho, no âmbito do Programa ENAMAT Itinerante - Etapa Nordeste.



DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho promove, anualmente, o levantamento de aporte orçamentário às Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho visando permitir a contínua capacitação das magistradas e dos magistrados trabalhistas.

Conforme disciplinado no Ato ENAMAT N.º 098, de 1º de julho de 2024:

Art. 1º À Coordenadoria de Formação compete:

(...)

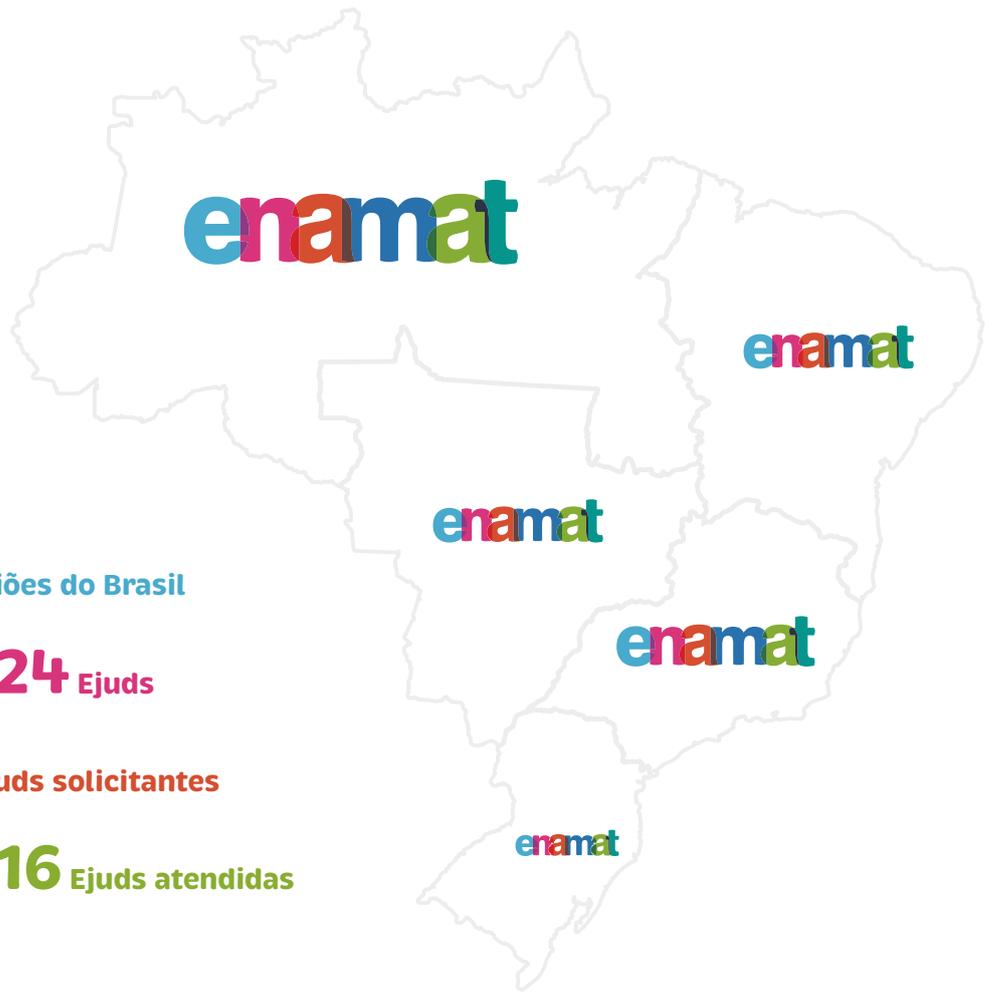
XV - proceder a análise dos pedidos de descentralização de recursos orçamentários das Escolas Judiciais dos Tribunais Regionais do Trabalho, com suporte da área de orçamento da Coordenadoria Administrativa;

Essa análise observa critérios orçamentários e pedagógicos como: quantidade de magistradas e magistrados vinculados ao regional, orçamento destinado à Escola e o valor per capita, bem como, projeto da ação formativa e aderência temática a Tabela de Competência da magistratura trabalhista regulada no Anexo 6 da Resolução nº 28 da ENAMAT.

Dentre as 24 Escolas Judiciais, que compõem o Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho - SINFOMAT, 17 solicitaram aportes orçamentários no ano de 2025, atendendo todas as cinco regiões do Brasil. A ENAMAT descentralizou recursos orçamentários a 16 pedidos, ainda que para alguns de maneira parcial ao que foi solicitado, ainda que de maneira parcial ao solicitado.

As temáticas que constavam nos projetos foram:

- Inteligência Artificial e Seus impactos nas Relações de Trabalho e na Atividade Jurisdicional;
- Trabalho e Justiça no Mercosul;
- Encontro Institucional da Magistratura Trabalhista;
- Justiça do Trabalho e Protocolos de Julgamento: o Mundo do Trabalho na Perspectiva dos Direitos Humanos;
- Direito Material e Processual do Trabalho;
- Perspectivas Trabalhistas a as Mudanças Climáticas;
- Novas Ferramentas para a Efetividade da Execução;
- Enfrentamento do Trabalho Infantil: Capacitação para Atuação e Julgamento na Perspectiva da Infância e Adolescência;
- Trabalho Decente e Direitos Humanos;
- A questão Indígena e o Mercado de Trabalho.



5 Regiões do Brasil

24 Ejuds

17 Ejuds solicitantes

16 Ejuds atendidas

REUNIÕES DOS COLEGIADOS DA ENAMAT

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo propicia à Direção da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) um ambiente democrático para a resolução de conflitos, propostas de contratação de serviços e análise dos projetos pedagógicos das atividades formativas, em compasso com os princípios que regem a Administração Pública e com os eixos temáticos definidos pela atual Direção.

Nesse sentido, no decorrer da gestão foram realizadas 5 reuniões do Conselho Consultivo, como destacado a seguir, ocasião em que foram debatidas as estratégias e os projetos das ações formativas propostas, atuando no auxílio à tomada de decisões, oferecendo pareceres técnicos e o compartilhamento de boas práticas na formatação e no desenvolvimento do papel institucional da ENAMAT.

1ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT

Em 15 de outubro de 2024, tão logo assumiu a nova direção da ENAMAT, realizou-se a primeira reunião da nova composição do Conselho Consultivo. A Ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora da Escola, contou com a participação do Ministro Alexandre Agra Belmonte, Vice-Diretor, dos Conselheiros: Ministro José Roberto Freire Pimenta, Ministra Delaíde Alves Miranda, Ministro Hugo Carlos Scheuermann, Desembargadora Ana Paola Santos Machado Diniz, Desembargadora Bianca Bastos e Juiz Tiago Mallmann Sulzbach, bem como a presença da Juíza Patrícia Maeda, Auxiliar da Direção.

A primeira reunião do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), presidida pela Diretora da Escola, Ministra Kátia Magalhães Arruda, tratou de temas estratégicos como a atualização de cursos e materiais didáticos, o planejamento estratégico para 2025-2026 e o calendário de eventos e reuniões. Destacaram-se a necessidade de revisar conteúdos como o de julgamento com perspectiva interseccional e o de controle de convencionalidade, além da proposta de criação de um grupo de trabalho para elaborar o novo planejamento estratégico, com apoio de especialistas e coleta de sugestões das Escolas Judiciais.



Foram definidos eventos importantes para o ano de 2025, como um seminário com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e outro com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de um congresso sobre inteligência artificial em Salvador, Bahia. Também foram delineadas pesquisas em andamento sobre o perfil e as dificuldades enfrentadas por magistrados e magistradas, incluindo violência institucional e saúde mental, com destaque para a proposta de capacitação voltada à tomada de decisões baseadas em evidências. O Conselho ainda debateu temas centrais para a nova gestão, como normas internacionais, execução, protocolos, inteligência artificial (IA) e conciliação.

Quanto à estrutura da ENAMAT, discutiu-se a composição do Comitê Científico e das Comissões Temáticas, aprovando-se alterações nas exigências de titulação e critérios de renovação dos membros. Nos assuntos gerais, destacaram-se os convênios internacionais - como o possível mestrado com a Universidade de Oregon - e a importância da formação de formadores e metodologias ativas de ensino.

A reunião foi encerrada com agradecimentos pela participação dos presentes e a definição do grupo de trabalho responsável pelo novo planejamento estratégico.

2ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT

Em 26 de novembro de 2024 realizou-se a 2ª reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT com as presenças da Ministra Kátia Magalhães Arruda (Diretora), Ministro José Roberto Freire Pimenta (Conselheiro), Ministra Delaíde Alves Miranda (Conselheira), Ministro Hugo Carlos Scheuermann (Conselheiro), Desembargadora Ana Paola Santos Machado Diniz (Conselheira), Desembargadora Bianca Bastos (Conselheira), e da Mônica Damous Duailibe, Secretária Executiva da ENAMAT e do Juiz Tiago Mallmann Sulzbach (Conselheiro) por meio de videoconferência.



Na reunião, realizada em formato híbrido, diversos temas foram discutidos e delineados para o planejamento das atividades da Escola. A estruturação das Comissões temáticas, incluindo a de Pesquisa, foi apresentada, com destaque para a composição e os critérios de representatividade. Foram abordadas questões relacionadas ao Comitê de Pesquisa e suas diretrizes metodológicas, assim como a importância de divulgar os resultados de pesquisa com magistradas e magistrados para aprimorar os cursos oferecidos.

O planejamento de cursos presenciais e a distância, incluindo a análise de custos e a incorporação de novas tecnologias, foi objeto de debate. Convênios internacionais, como os firmados com universidades da Itália e da Europa, foram destacados, assim como parcerias com a OIT, que incluem a realização de cursos e seminários.

A definição dos eixos estratégicos da gestão foi um ponto central, com a divisão de responsabilidades entre os membros do Conselho. O planejamento do Seminário de Setembro sobre Execução e Efetividade no Direito do Trabalho também foi tratado. Além disso, foram abordados assuntos gerais, como a necessidade de reavaliar convênios antigos e a importância da formação de formadores e do uso de metodologias ativas no ensino.

3ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT

Em 11 de fevereiro de 2025 realizou-se a 3ª reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT com as presenças da Ministra Kátia Magalhães Arruda (Diretora), Ministro José Roberto Freire Pimenta (Conselheiro), Ministra Delaíde Alves Miranda (Conselheira), Ministro Hugo Carlos Scheuermann (Conselheiro), Desembargadora Ana Paola Santos Machado Diniz (Conselheira), Desembargadora Bianca Bastos (Conselheira), e da Patrícia Maeda, Juíza Auxiliar da Direção, e do Juiz Tiago Mallmann Sulzbach (Conselheiro) por meio de videoconferência.

A terceira reunião do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi aberta pela Ministra Diretora Kátia Magalhães Arruda, que ressaltou a importância do encontro para o planejamento estratégico da escola. Dra. Patrícia Maeda, Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT, apresentou o Planejamento Estratégico 2025-2026, elaborado com base em três perspectivas: instituição, magistrados(as) e servidores(as). O documento define missão, visão, valores e objetivos estratégicos, como aprimoramento da gestão, fortalecimento da comunicação, inovação e eficiência administrativa.

A taxa de certificação dos cursos foi apontada como um desafio, com meta de 65%, o calendário de eventos e o Programa ENAMAT Itinerante foram utilizados para ilustrar a aplicação prática das metas.



Durante a reunião, foram apresentados os quatro eixos temáticos com suas respectivas propostas. O eixo “Novas Tecnologias e Inovação” destacou cursos sobre inteligência artificial e ferramentas digitais, além da urgência em abordar temas como hiperconexão e plataformas de serviços. O eixo “Execução e Conciliação” focou na melhoria da efetividade da execução trabalhista, propondo seminários, fóruns de boas práticas e atualização do curso à distância (EAD). Já o eixo “Internacionalização” comemorou o sucesso do curso realizado em Milão e planejou eventos na Colômbia e em Coimbra, discutindo a definição de participantes e recursos. O eixo “Protocolo e Discriminação” foi considerado mais avançado, com várias atividades já programadas.

Na área de comunicação, foi apresentado o novo sítio eletrônico da Escola, que busca melhorar a experiência dos usuários e ampliar a divulgação das ações da ENAMAT com o apoio das Escolas Judiciais (Ejuds). Também foi proposta a criação do videocast “Onde a Justiça vai à Escola”, como ferramenta de comunicação moderna e acessível para tratar de temas relevantes da Justiça do Trabalho. Ainda que os detalhes técnicos do projeto não tenham sido apresentados, a ideia foi bem recebida, com sugestões para sua ampliação temática.

Por fim, foram abordados os informes finais, incluindo a confirmação de etapas do ENAMAT Itinerante nas regiões Nordeste e Sul, a programação de eventos presenciais e internacionais, os cursos de EAD em andamento e as parcerias com instituições como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Anunciou-se também o desenvolvimento de uma nova plataforma de acesso a decisões internacionais e o início das lives semanais sobre o ChatJT.

A Ministra encerrou a reunião agradecendo a presença e colaboração dos participantes, reforçando o compromisso da ENAMAT com a formação continuada da magistratura trabalhista.

4ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT

Em 29 de abril de 2025, realizou-se a 4ª reunião do Conselho Consultivo da ENAMAT com as presenças da Ministra Kátia Magalhães Arruda (Diretora), Ministro José Roberto Freire Pimenta (Conselheiro), Ministra Delaíde Alves Miranda (Conselheira), Ministro Hugo Carlos Scheuermann (Conselheiro), Desembargadora Ana Paola Santos Machado Diniz (Conselheira) e da Juíza Patrícia Maeda, Auxiliar da Direção e por emio de videoconferência a Desembargadora Bianca Bastos (Conselheira) e o Juiz Tiago Mallmann Sulzbach (Conselheiro).



A quarta reunião do Conselho Consultivo da Escola Nacional de Formação e a Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), realizada de forma híbrida em 29 de abril de 2025, abordou diversos temas estratégicos. A Ministra Kátia Magalhães Arruda iniciou os trabalhos com uma saudação, seguida da análise de convênios e eventos internacionais.

Destacou-se o evento realizado em Porto Alegre (RS), que teve baixa participação, levando à reflexão sobre a necessidade de melhor articulação entre tribunais e escolas judiciais. Também foram discutidos eventos internacionais futuros na Colômbia, Coimbra e Toledo, com definições sobre participação, financiamento e logística. Foi mencionada ainda a contratação de curso com o IDET e uma proposta de MBA em Inteligência Artificial, cuja viabilidade será analisada.

Em relação às resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Consultivo debateu a minuta sobre o procedimento de vitaliciamento, buscando uniformização e segurança jurídica. Dificuldades operacionais e sugestões de melhoria foram levantadas, especialmente quanto a afastamentos por licença e avaliação psiquiátrica. Foi solicitado um novo prazo para envio de contribuições ao CNJ. Sobre o afastamento para aperfeiçoamento profissional, foram analisadas as implicações da minuta de resolução 64008, com ênfase no impacto à jurisdição e orçamento dos tribunais, além da necessidade de respeitar as peculiaridades regionais.

Por fim, foi discutido o andamento da resolução sobre Juízes Auxiliares nas Escolas Judiciais (Ejuds), aprovada em 2023, mas ainda não publicada, o que compromete sua operacionalização. Foram sugeridas alterações nos artigos para maior clareza e uniformidade entre tribunais de diferentes portes. Também se tratou da ausência de previsão para a figura do juiz auxiliar na Resolução CNJ nº 72/2009, impedindo o pagamento de diferenças remuneratórias. Um ofício ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) será enviado solicitando a inclusão da resolução em pauta, com o objetivo de viabilizar sua implementação.

A reunião foi encerrada pela Ministra Kátia e resultou em um plano de ação com prazos definidos.

5ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA ENAMAT

Em 09 de setembro de 2025, realizou-se a 5ª A Ministra Kátia Magalhães Arruda, Diretora da Escola, contou com a participação do Ministro Alexandre Agra Belmonte, Vice-Diretor, dos Conselheiros: Ministro José Roberto Freire Pimenta, Ministra Delaíde Alves Miranda, Ministro Hugo Carlos Scheuermann, Desembargadora Ana Paola Santos Machado Diniz, Desembargadora Bianca Bastos e Juiz Tiago Mallmann Sulzbach, bem como a presença da Juíza Patrícia Maeda, Auxiliar da Direção.



Foram apresentados pela Ministra Diretora os principais avanços e resultados de sua Gestão, dentre eles, a diversidade de cursos nas temáticas definidas previamente como prioritárias, bem como a adesão de magistrados e magistradas nas ações propostas em seus diversos formatos: presencial, telepresencial e à distância. Na oportunidade foi possível apresentar os principais dados das pesquisas elaboradas nesta Gestão e que renderam diversas propostas de encaminhamento, dentre elas a proposição de ato normativo que preveja como responsabilidade da ENAMAT (com sua devida provisão orçamentária) de realização de pesquisa sobre o perfil dos magistrados egressos e das magistradas egressas a cada Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho.

REUNIÕES DO COMITÊ CIENTÍFICO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA

Na gestão 2024/2025 foram realizadas quatro reuniões do Comitê Científico. A primeira ocorreu na modalidade presencial, em 04 de dezembro de 2024, ocasião em que foi realizada uma breve apresentação das linhas mestras da Direção ENAMAT 2024/2025, bem como a apresentação dos projetos de internacionalização da ENAMAT, quais sejam, a Cooperação com universidades (Universidades Minho, Coimbra), Cooperação com organismos internacionais (OIT, CIDH) e o enfoque nos temas: “Novas Tecnologias e Trabalho”; “Normas internacionais e controle de convencionalidade” e “Direitos Humanos e Fundamentais”. Foram apresentadas as seguintes pesquisas programadas para a gestão: “Dificuldades na carreira da magistrada - ENAMAT - 2ª Edição”; “Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho” e “Análise de Trajetória de Candidatos Aprovados no I Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho”. Foi debatida, ainda, a divisão dos representantes para o acompanhamento dos eixos temáticos estabelecidos pela Direção da ENAMAT (eventos, pesquisas, publicações), quais sejam: “Novas Tecnologias e Trabalho”; “Normas internacionais e controle de convencionalidade”; “Direitos Humanos e Fundamentais” e “Execução e Conciliação”.



No ano de 2025, o Comitê Científico reuniu-se em três ocasiões. A reunião ocorrida em 20 de março abordou os seguintes assuntos: o Exame Nacional da Magistratura - ENAM, o Calendário de atividades da ENAMAT 2025, a coleta de dados da pesquisa sobre as Dificuldades na Carreira da Magistrada - edição 2025 e as recomendações de implementação. Foram debatidas, ainda, propostas e contribuições para a obra coletiva da Coleção Estudos ENAMAT, que trata sobre Controle de Convencionalidade. Na mesma ocasião, foram apresentados pelo Ipea os principais achados da pesquisa constantes do relatório quantitativo sobre o “Perfil dos(as) magistrados(as) aprovados(as) no II Concurso Nacional Unificado da Magistratura Trabalhista”.

No dia 22 de agosto o Comitê voltou a se reunir para avaliar e debater os resultados das pesquisas sobre as “Dificuldades na Carreira da Magistrada - 2025” e também sobre a etapa qualitativa do “Perfil dos(as) magistrados(as) aprovados(as) no Concurso Nacional Unificado da Magistratura Trabalhista”, com mesa de discussão formada entre as equipes de pesquisa da ENAMAT e do IPEA.

Por fim, houve a reunião de balanço das atividades do Comitê Científico de Pesquisas na gestão 2024/2025, ocorrida no dia 24 de setembro de 2025.



REUNIÕES DAS COMISSÕES DE ESTUDOS SOBRE QUESTÕES DE RAÇA E GÊNERO DA ENAMAT

Durante a atual gestão, as Comissões de Estudo de Raça e Gênero reuniram-se conjuntamente em quatro ocasiões distintas. A primeira reunião ocorreu presencialmente em 4 de dezembro de 2024 e teve como pauta a apresentação dos projetos de internacionalização da ENAMAT, incluindo parcerias com universidades (como as Universidades do Minho e de Coimbra) e com organismos internacionais (como a OIT e a CIDH). Também foram apresentadas as seguintes pesquisas programadas: a segunda edição do estudo “Dificuldades na carreira da magistrada”, desenvolvida pela Coordenadoria de Pesquisa da ENAMAT e o estudo “Perfil dos Candidatos Aprovados no Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Além disso, discutiram-se os temas referentes às publicações previstas para o período; a organização do seminário “Política Nacional de Cuidado e Tempo de Trabalho: perspectivas interseccionais”, realizado em março de 2025, e a formação dos Grupos de Estudo de ambas as comissões, com foco na temática “Direito Internacional do Trabalho em Perspectiva: decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos”.

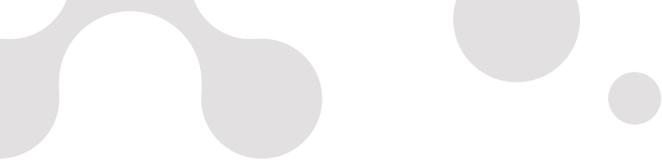


A segunda reunião das Comissões ocorreu em 21 de março de 2025. Na ocasião, foi apresentada a primeira fase da etapa quantitativa da pesquisa “Dificuldades na Carreira da Magistrada”. Também foram divulgados o projeto do Podcast “Elas Também Pesquisam”, bem como a lista dos integrantes selecionados para compor o Grupo de Estudos sobre “Direito Internacional do Trabalho em Perspectiva: Decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, além das contribuições recebidas acerca de iniciativas dos Tribunais Regionais relacionadas ao tema “Boas Práticas na Tutela dos Direitos da Mulher na Magistratura e no Ministério Público: Enfrentamento à Violência Doméstica, Paridade de Gênero e Igualdade de Oportunidades”.



As comissões de raça e gênero voltaram a se reunir em 22 de agosto de 2025, na modalidade telepresencial, em reunião conjunta com o Comitê Científico de Pesquisas, para analisar e discutir os resultados dos Relatórios da Pesquisa sobre Dificuldades na Carreira da Magistrada 2025 e da Pesquisa Perfil dos Magistrados Trabalhistas aprovados nos Concursos Nacionais Unificados - CNU, essa última em parceria com o Ipea.

Em 24 de setembro ocorreu presencialmente a reunião de balanço das atividades das comissões na gestão 2023-2024.



VISITAS INSTITUCIONAIS

1- ESCRITÓRIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO NO BRASIL

Definido como prioridade o eixo Internacionalização da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), a atual gestão realizou, em dezembro de 2024, visita institucional ao Escritório da Organização Internacional do Trabalho para o Brasil, dirigido pelo Dr. Vinícius Carvalho Pinheiro, a fim de inaugurar tratativas para dar efetividade aos termos do Memorando de Entendimento firmado por esta Escola Nacional com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visando a promoção do trabalho decente no contexto local e regional.

Durante o encontro com o diretor dessa Organização Internacional, a Ministra Diretora promoveu proficiente diálogo sobre um Plano de Trabalho OIT-ENAMAT, que inclui tradução de publicações, formação de juízes e juízas em Normas Internacionais do Trabalho (NITs), além do intercâmbio de experiências e boas práticas com outros países do contexto regional.

Para viabilizar os termos do Memorando de Entendimento firmado em 2023 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), por esta Escola Nacional e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com vistas à cooperação para promover o trabalho decente e o cumprimento das normas trabalhistas internacionais vigentes no Brasil, chegou-se à formulação de um plano de trabalho conjunto.

O documento estabelece a cooperação entre os três órgãos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, formação, capacitação e troca de informações técnicas em áreas de interesse comum.

Previu-se, na ocasião, a realização de atividades conjuntas que versem sobre temas de interesse comum no contexto regional, incluindo a realização de eventos, a produção de estudos e pesquisas em comum, a oferta de atividades de formação, capacitação e estágio, além de intercâmbio de informações técnicas, incluindo dados estatísticos.



Nesse sentido, fruto desse diálogo inicial, chegou-se à formatação do Curso de Formação de Formadores sobre “Normas Internacionais do Trabalho para Magistradas e Magistrados do Trabalho”, com a realização de seminário inaugural intitulado “Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua Efetivação”, com a presença de palestrantes internacionais que abordaram tópicos específicos para a magistratura trabalhista brasileira.

Também viabilizou-se um projeto de intercâmbio Brasil-Colômbia, com ação formativa intitulada “Control de Convencionalidad e Bloque de Constitucionalidad: hacia una justicia em clave internacional”, realizada na cidade de Bogotá entre os dias 25 e 29 de junho de 2025, em parceria com o escritório da Organização Internacional do Trabalho para os países andinos (OIT Países Andinos), ocasião em que a Ministra Diretora desta Escola Nacional realizou, ainda, visita institucional à Corte Suprema de Justiça daquele país, além de visitas técnicas às universidades locais (Universidad del Rosário e Universidad Javeriana).

Ainda como resultado do Plano de Trabalho com o Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil, foram ofertadas 2 vagas para o “Curso Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito”, realizado também na cidade de Bogotá, entre os dias 22 e 26 de setembro de 2025.

Para a seleção ao curso, coordenado pelo Centro Internacional de Formação da OIT (CIF-OIT), foi publicado o Edital n.º 8, de 15/7/2025, direcionado a toda a magistratura trabalhista, cujo custeio com a matrícula e o alojamento individual naquela cidade se deu pelo respectivo escritório da OIT.

2- VISITA DA MAGISTRADA DE LIGAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DA MAGISTRATURA DA FRANÇA

Em março de 2025, a Diretora desta Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministra Kátia Magalhães Arruda, recebeu visita institucional da magistrada de ligação da Escola Nacional da Magistratura da França e promotora de justiça, a Dra. Meggie Choutia.



Entre os assuntos discutidos, as tratativas para renovação de convênio com a escola congênera francesa, reforçando o relacionamento institucional para a efetiva cooperação entre as instituições, objetivando o aperfeiçoamento da atuação da magistratura nos dois países.

Para tanto, os magistrados de ligação são juízes e integrantes do Ministério Público que atuam como facilitadores nas relações de cooperação entre os sistemas de Justiça de países da União Europeia e de outros países. A denominação é adotada no âmbito da União Europeia desde 1996, mas, na França, o cargo de magistrado de ligação existe desde 1993.

3- VISITA DO DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM)

Em abril de 2025, a Diretora desta Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), Ministra Kátia Magalhães Arruda, recebeu visita institucional do Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Dr. Benedito Gonçalves, ocasião em que foram discutidas diretrizes de formação conjunta em temas comuns e reforçando a disponibilidade das escolas em atuar no firme propósito de qualificação dos quadros da magistratura nacional, para tanto empreendendo os melhores esforços dessas instituições e colocando os seus quadros e suas estruturas à disposição, reciprocamente, desses ideais de alta formação da magistratura nacional.



OUTRAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

1- REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ENAMAT

A atual gestão promoveu significativas alterações na estrutura administrativa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT), ao criar a Secretaria Executiva da ENAMAT e reestruturar as coordenadorias, com a equalização das funções destinadas aos seus ocupantes.

Nesse sentido foi publicado o Ato nº 565/GDGSET.GP, de 23 de outubro de 2024, referendado pela Resolução Administrativa nº 2.644, de 11 de novembro de 2024, com a efetiva criação da Secretaria Executiva na estrutura administrativa da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, vinculando a essa unidade as três Coordenadorias da ENAMAT.

Desta forma, em 24 de outubro de 2024, por meio do Ato nº foi nomeada a primeira Secretária-Executiva da ENAMAT, Mônica Damous Duailibe. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão e Auditora Fiscal do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho, Mônica estruturou a Secretaria-Executiva e iniciou os primeiros trabalhos de gestão entre as Coordenadorias pré-existentes na escola (a saber: Administrativa, de Formação e de Pesquisa e Publicação). Em 23 de junho de 2025 (conforme Ato nº 349, de 23 de junho de 2025), a Secretaria-Executiva foi assumida por Elisa Sardão Colares, doutoras em Estudos Latino Americanos pela Universidade de Brasília e Analista de Políticas Sociais, vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação.

A equipe também ganhou reforços significativos advindos de processos seletivos internos para que servidores do TST e do CSJT passassem a compor a força de trabalho das três Coordenadorias. Atualmente a ENAMAT conta com o empenho e dedicação de 18 servidores(as), seis terceirizados(as) e 5 estagiários(as) para a realização de todos projetos e todas as atividades descritos neste relatório.

2- APOSIÇÃO DE FOTO NA GALERIA DE DIRETORES DA ENAMAT

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) realizou, em fevereiro de 2025, a cerimônia de aposição da foto do ministro Mauricio Godinho Delgado na galeria de Diretores da instituição.

Conduzida pela Diretora da ENAMAT, Ministra Kátia Magalhães Arruda, a solenidade reuniu integrantes da Corte, magistradas e magistrados do Trabalho, entre outras autoridades e familiares do homenageado.

Em sua fala de homenagem, a Ministra Kátia Arruda destacou as características do homenageado, firme na defesa de ideais progressistas, em compasso com os princípios e valores do Estado Democrático de Direito, em prol do reforço às garantias constitucionais de proteção ao trabalho humano.



3- DIRETRIZES PARA CAPACITAÇÃO EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Em resposta ao crescente avanço da inteligência artificial generativa (IA generativa) e ao uso de modelos de linguagem de larga escala (LLMs), a ENAMAT, em conjunto com o TST, o CSJT e o CEFAST, instituiu Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar as diretrizes de capacitação e treinamentos continuados em torno dessas novas tecnologias. O grupo foi composto pela juíza auxiliar da Direção da Enamat, Dra. Patrícia Maeda, pelo Secretário-Geral do CSJT, Dr. Bráulio Gabriel Gusmão e pelos juízes e pelas juízas: Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima (TRT-15), Bruno Alves Rodrigues (TRT-3), Danielle Bertachini (TRT-12), Dorotheo Barbosa Neto (TRT-14) e Ney Stany Morais Maranhão (TRT-8).

Como fruto do trabalho realizado pelo grupo, o Ato Conjunto nº 35/2025 foi editado, com devido alinhamento à Resolução CNJ 615/2025, estabelecendo diretrizes para a capacitação e o treinamento contínuo em IA generativa, visando preparar magistrados(as) e servidores(as) para o uso ético, seguro e eficiente dessas tecnologias.

A capacitação, realizada pelas escolas judiciais, pela ENAMAT e pelo CEFAST, passará a adotar metodologia prática e reflexiva, com foco em aprendizagem ativa e interação. A matriz curricular foi estruturada em três módulos, abordando desde fundamentos técnicos até questões éticas e jurídicas. O objetivo da normativa é de assegurar que a atuação humana e a supervisão das decisões judiciais por magistrados(as) sejam mantidas como pilares, vedando a utilização autônoma de sistemas de IA na tomada de decisões.



4- PROPOSTAS PARA ALTERAR NORMAS DE VITALICIAMENTO EM PARCERIA COM A ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS (ENFAM)

Em junho de 2025, após consulta formal a esta Escola Nacional, realizada pelo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Caputo Bastos, sobre minuta de resolução que propõe a regulamentação e a padronização das normas de vitaliciamento da magistratura, entendeu a Direção da ENAMAT pela entrega conjunta das manifestações com a Enfam.

Nesse sentido, o Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), ministro Benedito Gonçalves, esteve no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em junho de 2025 para entregar a proposta de redação.

A iniciativa surgiu em março de 2025, quando o ministro Caputo Bastos, relator do processo que trata da regulamentação do vitaliciamento no âmbito do CNJ, entregou a primeira versão da minuta à Enfam e à ENAMAT, expondo a necessidade de unificar as regulamentações existentes sobre a matéria, a fim de garantir uma avaliação por critérios objetivos, conforme já preconizado pela Resolução nº 106/2010 daquele Conselho Nacional.

Antes de encaminhar a minuta às escolas nacionais, o relator do tema submeteu o texto aos tribunais estaduais e federais. A partir daí, com as contribuições apresentadas pelos tribunais, foi elaborado um parecer conjunto pelas áreas técnicas e pedagógicas da Enfam e da ENAMAT, com apoio e expertise da desembargadora aposentada Rosana Fachin e do desembargador Roberto Portugal Bacellar. O resultado desse trabalho é o documento que foi entregue ao ministro Caputo e reflete um consenso amplo sobre as diretrizes para uma magistratura ainda mais preparada e alinhada às expectativas da sociedade.

As mudanças propostas representam um passo estratégico e fundamental para aprimorar a qualidade da magistratura brasileira, ao padronizar o processo de vitaliciamento, valorizar a mentoria, incorporar o equilíbrio emocional como critério de avaliação e modernizar os procedimentos.

A proposta conjunta não apenas valida a missão de formação e aperfeiçoamento da magistratura brasileira, mas também a fortalece, assegurando que os juízes ingressantes sejam acompanhados de perto e desenvolvam as competências essenciais para oferecer uma justiça mais acessível e eficaz à população.

5- DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A CURSOS PRESENCIAIS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Em um esforço contínuo em promover a democratização do acesso à formação de excelência, a ENAMAT implementou editais de seleção pública para magistrados(as) trabalhistas. Essa iniciativa permitiu que juízes e juízas de todo o país pudessem concorrer a vagas em cursos realizados pela Escola, em parceria com Escolas Judiciais ou com renomadas entidades internacionais.

A cada chamada pública, foi possível identificar oportunidades de aprimoramento para ampliar a participação e corrigir desigualdades internas, além de obter resultados expressivos na multiplicação do caráter formativo da Escola. Dentre os cursos oferecidos por meio de editais, destacam-se: “Acesso à Justiça Trabalhista e não discriminação: reflexões a partir dos estândares interamericanos” (promovido pela ENAMAT em parceria com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos); “As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação” (promovido pela OIT em parceria com a ENAMAT); “Evento de Intercâmbio Colômbia-Brasil - Controle de Convencionalidade e Bloco de Constitucionalidade: rumo à Justiça em Chave Internacional” (promovido pela OIT em Bogotá-Colômbia); “A Era Digital e o Direito do Trabalho: Desafios” (promovido pelo IDET da Universidade de Coimbra); e “Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito” (promovido pelo CIF-OIT em Bogotá, Colômbia).

As seleções públicas resultaram em 264 inscritos para um total de 143 vagas disponibilizadas (entre as modalidades presencial e telepresencial).

EVENTO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	MODALIDADE	INSCRITOS	VAGAS DISPONÍVEIS	VAGAS PREENCHIDAS
Acesso à Justiça Trabalhista e não discriminação: reflexões a partir dos estândares interamericanos	ENAMAT	CIDH	Presencial	52	17	17
As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação	OIT	ENAMAT	Presencial	59	30	28
Intercâmbio Colômbia-Brasil - Controle de Convencionalidade e Bloco de Constitucionalidade: rumo à Justiça em Chave Internacional	OIT Brasil - Bogotá-Colômbia	ENAMAT	Presencial	28	26	26

A Era Digital e o Direito do Trabalho: Desafios	IDET - Coimbra	ENAMAT	Presencial	53	28	28
			Telepresencial	56	40	36
Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito	CIF-OIT Bogotá-Colômbia	ENAMAT	Presencial	16	2	2

Essa estratégia de seleção aberta e transparente não apenas ampliou o alcance dos cursos, mas também contribuiu para o fortalecimento da formação continuada e para o aprimoramento da atuação da magistratura trabalhista em temas relevantes e atuais.

CONVÊNIOS, ACORDOS E MEMORANDOS DE ENTENDIMENTO

Mantendo ativos e reativando convênios e acordos de cooperação existentes, a gestão 2024-2025 firmou novos instrumentos, viabilizando ações formativas em parceria, e realizou visitas institucionais de interesse da ENAMAT.

Nesse sentido, celebrou-se Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Milão, pelo qual foi possível a realização do “Curso de Aperfeiçoamento e Alta Formação em Direito do Trabalho”, intitulado Direito do Trabalho e Novas Tecnologias, ação formativa específica para a magistratura trabalhista brasileira, realizada entre os dias 3 e 7 de fevereiro de 2025.

Também foi renovada a filiação da ENAMAT como membro da Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT), ou *International Organization for Judicial Training (IOJT)*, em inglês, instituição internacional, voluntária e sem fins lucrativos criada em 2002 com o propósito de promover o Estado de Direito a partir do suporte ao trabalho de instituições de ensino judiciário no mundo. A organização busca proporcionar um espaço de aprendizado coletivo, compartilhar conhecimentos e abordagens inovadoras e construir uma forte rede de pessoas envolvidas na educação judicial.

A IOJT é gerida pela sua assembleia geral, que se reúne a cada 2 ou 3 anos na conferência internacional da instituição. Atualmente, a IOJT possui 125 institutos-membros de 77 países. Dentre as instituições brasileiras que atuam como membros da IOJT estão a ENAMAT, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a Escola Paulista da Magistratura (EPM).

Para alcançar os seus propósitos, a instituição realiza conferências internacionais e regionais, que oferecem oportunidades para que a magistratura e os docentes judiciais discutam quais as melhores estratégias de ensino para estabelecer e desenvolver centros de treinamento e metodologias de ensino.

Também foi estabelecido acordo com a *International Society for Labor and Social Security Law (ISLSSL)*, com sede em Genebra, é uma organização acadêmica sem fins lucrativos, fundada em 1955, dedicada ao estudo e promoção do direito do trabalho e da seguridade social em nível internacional. Sua principal missão é facilitar a pesquisa, o intercâmbio

de informações e a cooperação entre estudiosos, profissionais e instituições de todo o mundo que atuam nessas áreas do direito. A ISLSSL organiza congressos bienais, promove publicações e oferece uma plataforma para o debate e a disseminação do conhecimento sobre temas relevantes relacionados ao trabalho e à proteção social, visando contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento dessas áreas do direito em escala global.

O acordo entre ENAMAT e ISLSSL visa promover a colaboração entre as instituições por meio de cursos, eventos, intercâmbio de docentes e pesquisadores, participação em programas internacionais, troca de informações e edição de publicações, buscando o aprimoramento da formação e pesquisa em áreas de interesse mútuo.

Com a Universidade Européia de Roma (Università Europea di Roma - UER), a ENAMAT estabeleceu convênio com vistas a permitir a difusão da cultura jurídica transnacional para a promoção de intercâmbios culturais entre os juristas italianos e da América Latina por meio da participação de magistrados e magistradas brasileiras em ações de formação principalmente realizados na Itália. A UER é uma universidade privada, fundada em 2005 e oferece cursos de graduação e pós-graduação em diversas áreas, como economia, direito, ciência política, comunicação e psicologia. Seu propósito é fornecer educação de alta qualidade, com foco em abordagem interdisciplinar e internacional, preparando os estudantes para carreiras profissionais e para o exercício da cidadania global. A universidade valoriza a pesquisa e a inovação, buscando promover o desenvolvimento pessoal e profissional de seus alunos, além de contribuir para o progresso da sociedade.

Por fim, também foi realizado Acordo de Cooperação junto à Université Lumière Lyon 2 (Institut d'Études du Travail de Lyon - ULL2/IETL) com o objetivo de desenvolver projetos conjuntos de pesquisa e atividades de formação em áreas de interesse comum, como ensino e pesquisa em direito do trabalho. Para a magistratura trabalhista, os benefícios incluem oportunidades de intercâmbio, participação em eventos e acesso a informações e publicações científicas relevantes. Essa parceria alinha-se aos objetivos da ENAMAT ao promover a excelência na formação e o aprimoramento dos magistrados, por meio da troca de experiências e do acesso a conhecimentos de ponta, fortalecendo, assim, a atuação da Justiça do Trabalho.

Sumário Executivo

enamat

2024-2025

Ministra Kátia Magalhães Arruda

enamat

 **JUSTIÇA DO TRABALHO**

ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS DO TRABALHO - ENAMAT (Gestão 2024/2025)

DIRETORA: Ministra Kátia Magalhães Arruda

VICE-DIRETOR: Ministro Alexandre de Souza Agra Belmonte

CONSELHO CONSULTIVO

Ministro José Roberto Freire Pimenta
Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes
Ministro Hugo Carlos Scheuermann
Desembargadora Ana Paola Machado Diniz
Desembargadora Bianca Bastos
Juiz Tiago Mallmann Sulzbach

JUÍZA AUXILIAR DA DIREÇÃO

Juíza Patrícia Maeda

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Mônica Damous Duailibe (outubro/2024 -
junho/2025)
Elisa Sardão Colares (junho/2025 - atual)

COMITÊ CIENTÍFICO DE ACESSORAMENTO À PESQUISA

Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto
(Coordenadora)
Desembargador Sergio Torres Teixeira
(Subcoordenador)
Juíza Patrícia Maeda (Secretária)
Desembargador Homero Batista Mateus da Silva
Desembargadora Adriana Goulart de Sena Orsini
Desembargador James Magno Araújo Farias
Desembargadora Ana Paula Tauceda Branco
Juiz Luciano Dórea Martínez Carreiro
Juiz Leonardo Vieira Wandelli
Juíza Christiana D'arc Damasceno Oliveira
Andrade Sandim
Juíza Claudirene Andrade Ribeiro
Professor Eduardo Manuel Val
Professora Melina Girardi Fachin

COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS A QUESTÕES DE GÊNERO NO DIREITO INTERNACIONAL, NO DIREITO BRASILEIRO, NA SOCIEDADE E NA MAGISTRATURA

Juíza Gabriela Lenz de Lacerda (Coordenadora)
Juíza Patrícia Maeda (Secretária)
Desembargadora Paula Oliveira Cantelli
Juiz Otávio Bruno da Silva Ferreira
Juíza Ana Paula Sefrin Saladini
Juíza Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves
Juíza Deizimar Mendonça Oliveira
Juíza Lorena de Mello Rezende Colnago
Juíza Adriana Manta da Silva
Juíza Renata Conceição Nóbrega Santos
Juíza Wanessa Mendes de Araújo

COMISSÃO DE ESTUDOS RELATIVOS A QUESTÕES DE RAÇA NO DIREITO INTERNACIONAL, NO DIREITO BRASILEIRO, NA SOCIEDADE E NA MAGISTRATURA

Juíza Adriana Meireles Melonio (Coordenadora)
Juíza Patrícia Maeda (Secretária)
Desembargador Gilberto Souza Santos
Juíza Ana Cristina da Silva
Juiz Jônatas dos Santos Andrade
Juíza Maria do Socorro Almeida de Sousa
Juíza Bárbara de Moraes Ribeiro Soares Ferrito
Juíza Manuela Hermes de Lima
Juíza Maria José Rigotti Borges
Juiz Igo Zany Nunes Corrêa
Juíza Rosilene da Silva Nascimento



EQUIPE DA ENAMAT

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Moisés Nepomuceno Carvalho (Coordenador)
Eduardo Francisco dos Santos
Marcos Augusto Willmann Saar de Carvalho
Edson Ribeiro de Sousa
Jonas de Jesus Cordeiro da Silva
Nausicaa Ribeiro Vernalha Von Sperling
Vanivaldo Vieira Lima
Hiago Sousa Rocha - Estagiário
Ana Carolina Barreto Costa - Estagiária

COORDENADORIA DE FORMAÇÃO

Cristiane Rosa Pitombo (Coordenadora)
Laís Pinheiro de Menezes Alves
Polyanna de Jesus Moreira
Bruna Rosolen de Faria
Priscila de Carvalho da Silva
Maryane Alves Fernandes

COORDENADORIA DE PESQUISA

Fernanda Paixão Araujo Pinto (Coordenadora)
Anamaria Montini de Castro
Leticia Neri Carneiro
Suzana Correia Dias dos Santos - Estagiária
Iza Débora Almeida Santos - Estagiária
Vito Genovese Fontenelle Neiva de Amorim - Estagiário
Lucas Felipe Gomes Souza - Jovem Aprendiz

EQUIPE DE APOIO

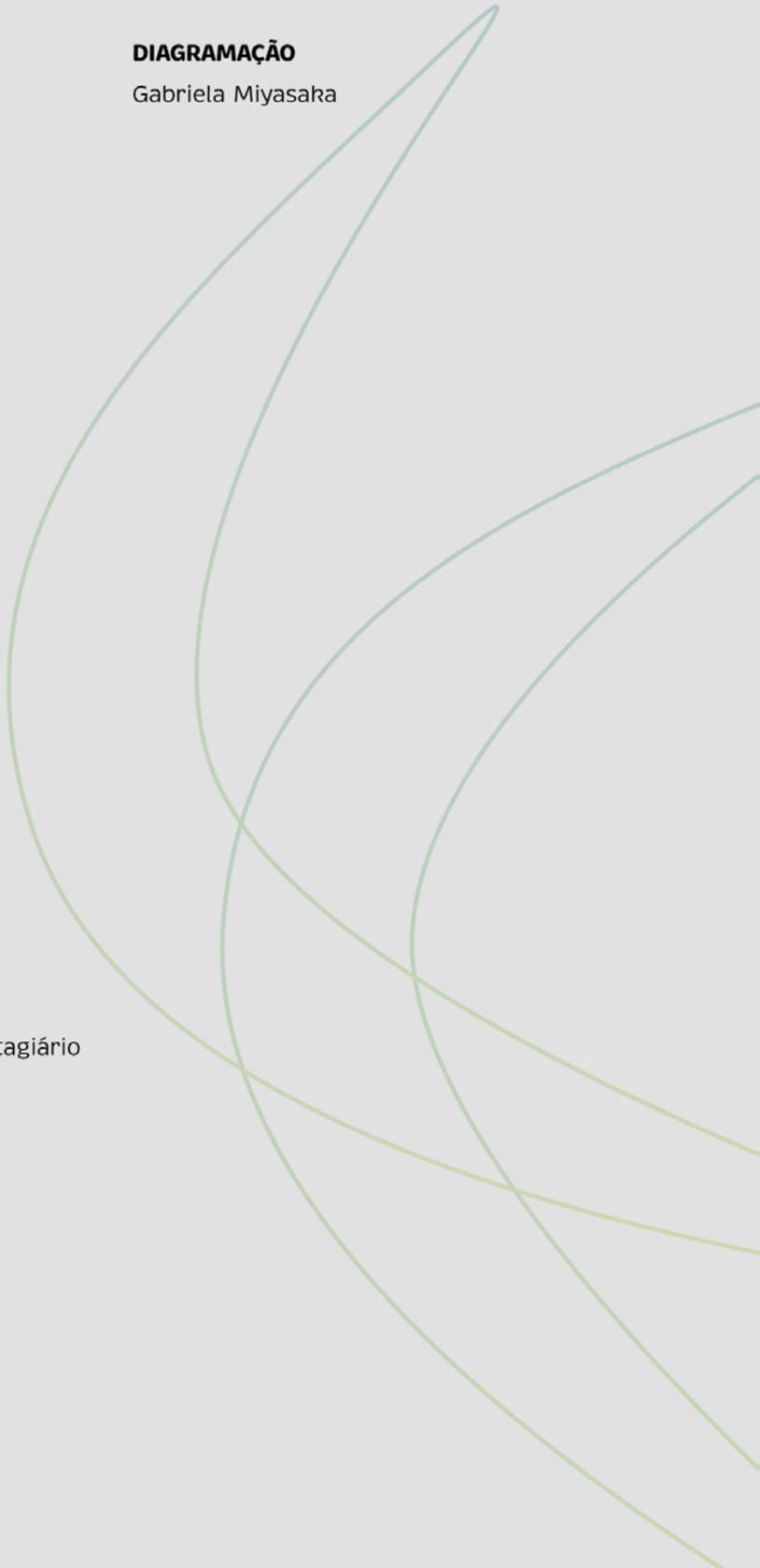
Márcio Antonio Silveira Furtado
Maria dos Milagres Pontes Mendonça
Nalda Santos de Menezes
Simone Honório Medeiros
Altamira de Oliveira Alves
Deusimar Pinto Correa

PROJETO GRÁFICO

Secretaria de Comunicação do TST

DIAGRAMAÇÃO

Gabriela Miyasaka



ENAMAT:

Um Novo Capítulo na Formação da Justiça do Trabalho Gestão 2024-2025

Em um cenário de transformações, de maneira inédita a ENAMAT está divulgando as informações do Relatório de Gestão de maneira sintetizada neste Sumário Executivo que destaca as principais atividades e resultados obtidos pela Escola entre outubro de 2024 e setembro de 2025.

Nossa gestão, mesmo com o tempo reduzido, dedicou-se a tornar a ENAMAT uma Escola de excelência e referência nacional ao impulsionar a formação, a pesquisa e a disseminação do conhecimento, reafirmando os valores de Eticidade, Alteridade, Resolução de Conflitos e Direito e Sociedade, pilares dos nossos Programas Nacionais de Capacitação.

Em parceria com os órgãos internos da Corte, com as 24 Escolas Judiciais do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho (SINFOMAT), e com o apoio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), foram oferecidas capacitações, difundido conhecimento e elaboração de materiais inéditos sobre temas relevantes do mundo do trabalho.



"Acreditamos na capacidade da magistratura trabalhista em se atualizar, reconhecendo as transformações culturais da sociedade."

A busca constante pela excelência culminou no **fortalecimento da estrutura administrativa** da Escola com criação de sua Secretaria Executiva e no aprimoramento da gestão administrativa e pedagógica.

A área de **formação** foi impulsionada por cursos e eventos inovadores, que incorporaram novas tecnologias e metodologias pedagógicas.

A área de **pesquisa** avançou na realização e atualização de pesquisas que permitem se aproximar da realidade enfrentada por magistrados e magistradas trabalhistas.

A Escola avançou na **difusão do conhecimento** e da realização de obras coletivas que permite alcançar e atualizar os desafios da Justiça do Trabalho às necessidades da sociedade brasileira.

O projeto ENAMAT Itinerante consolidou o esforço conjunto desta Escola Nacional e das Escolas Judiciais. Pela primeira vez foi possível conceber e promover, em parceria, eventos que marcaram o **caráter multidisciplinar da formação da magistratura trabalhista**, garantindo quadros qualificados em todas as regiões do país sobre os temas candentes do mundo do trabalho, cujos debates, tão atuais quanto instigantes, projetam um futuro ainda mais desafiador nos próximos anos.

A ENAMAT também intensificou sua atuação na **internacionalização**, com o compartilhamento de modelos e práticas de ensino com Centros de Formação de Magistrados em nível internacional, promovendo o intercâmbio de experiências e visões sobre o mundo do trabalho.



Confira o Relatório Completo

Este relatório é fruto do trabalho dedicado e comprometido de todos que compõem a ENAMAT:

- Conselho Consultivo,
- Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa,
- Comissões de Gênero e Raça
- servidores(as),
- colaboradores(as),
- quadros de formadores e
- magistrados e magistradas.

Agradecemos ao Excelentíssimo Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo apoio essencial à concretização de nossa missão.



Em 2026, quando celebraremos os 20 anos da ENAMAT, será possível reafirmar o papel desta Escola como centro de excelência na formação da magistratura trabalhista brasileira, agora internacionalmente reconhecida. **A ENAMAT seguirá sendo referência na preparação da magistratura trabalhista para os desafios do mundo do trabalho, com o objetivo de alcançar a justiça e a paz social.**



Outubro 2024 a Setembro 2025

3252

É a quantidade de certificados emitidos na gestão da Ministra Kátia Arruda

Presencial

São **173** certificados emitidos em Cursos de Formação de Formadores e

637 certificados emitidos em Cursos de Formação Continuada

À Distância

São **187** certificados emitidos em Cursos de Formação de Formadores e

1848 certificados emitidos em Cursos de Formação Continuada

Telepresencial

São **407** certificados emitidos em Cursos de Formação Continuada

Missão

- Promover a formação profissional e o aperfeiçoamento de Magistradas e Magistrados do Trabalho, bem como pesquisas e publicações, para o desenvolvimento das competências comportamentais e técnicas adequadas para a prestação jurisdicional, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

Visão

Ser escola de excelência reconhecida nacional e internacionalmente em metodologias e resultados de formação de Magistradas e Magistrados e como polo de produção e socialização de conhecimento sobre o sistema de justiça trabalhista.

Temas centrais da gestão:

Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade

Novas Tecnologias e Trabalho

Direitos Humanos e Fundamentais

Execução e Conciliação

Coleção Estudos Enamat



- Vol. 14:** "Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Fundamentos e Doutrina"
- Vol. 15:** "Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Interpretação e Aplicação"
- Vol. 16:** "Plataformas Digitais, Subordinação e Novas Formas de Trabalho na Economia Digital"
- Vol. 17:** "Novas Tecnologias, Inteligência Artificial e o Mundo do Trabalho"

Pesquisa



7076*

É o número de visualizações no "VideoCast Enamat"

Foram produzidos **13** episódios



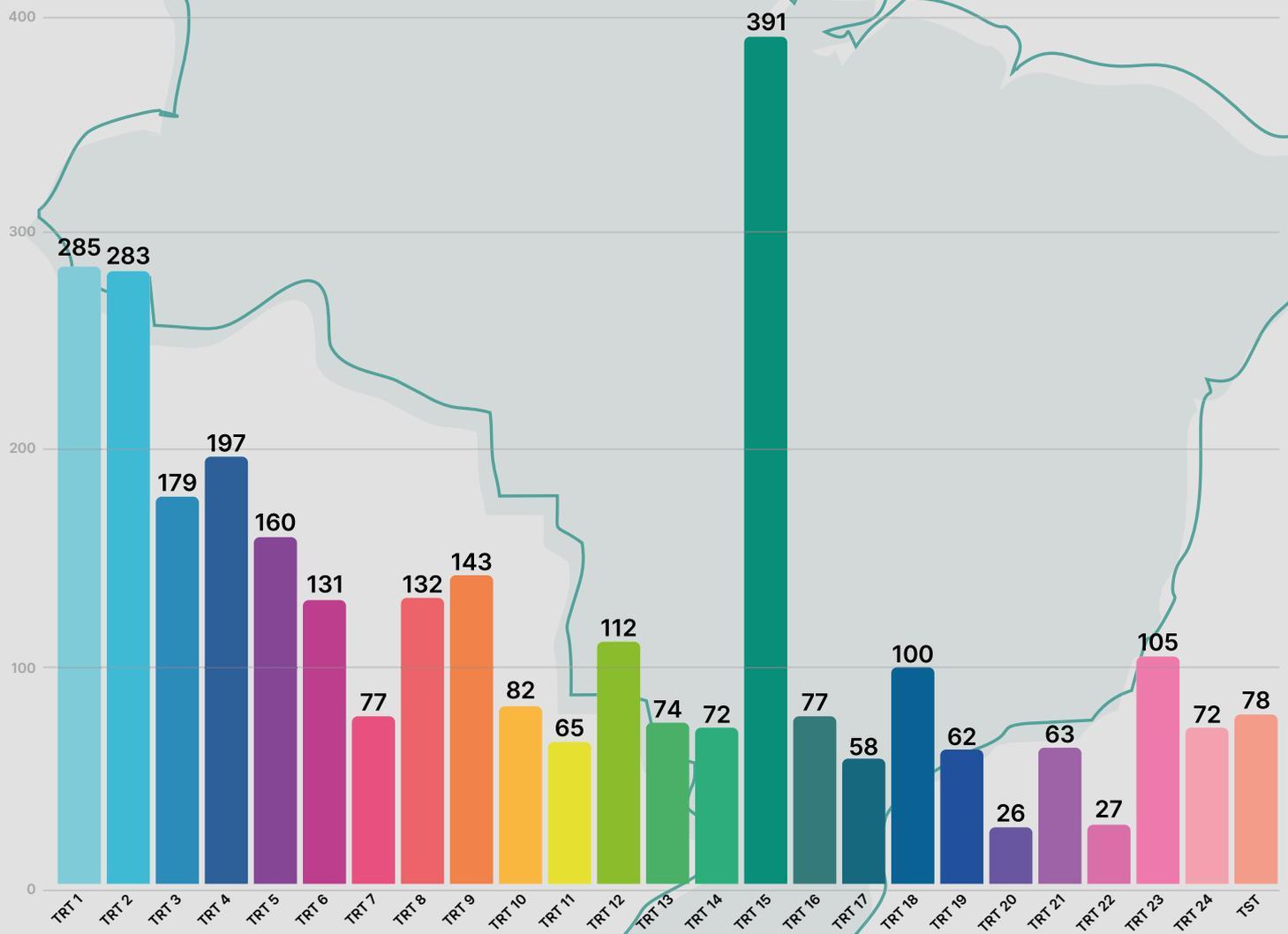
505*

É a quantidade de "play" no podcast "Elas também pesquisam"

Foram produzidos **6** episódios

Outubro 2024 a Setembro 2025

Certificado por Regional



- TRT 1
- TRT 2
- TRT 3
- TRT 4
- TRT 5
- TRT 6
- TRT 7
- TRT 8
- TRT 9
- TRT 10
- TRT 11
- TRT 12
- TRT 13
- TRT 14
- TRT 15
- TRT 16
- TRT 17
- TRT 18
- TRT 19
- TRT 20
- TRT 21
- TRT 22
- TRT 23
- TRT 24
- TST

CONSELHO CONSULTIVO:

Orientando a Formação na ENAMAT



Destaque para os principais temas e resultados das reuniões:



Planejamento Estratégico 2025-2026 (Define missão, visão, valores e objetivos estratégicos, tais como: aprimoramento da gestão, fortalecimento da comunicação, inovação e eficiência administrativa. Considerando três perspectivas: instituição, magistrados e servidores).

Eixos temáticos de atuação da gestão: “Novas Tecnologias e Trabalho”; “Normas internacionais e controle de convencionalidade”; “Direitos Humanos e Fundamentais” e “Execução e Conciliação”.

Composição:

- Ministro José Roberto Freire Pimenta
- Des. Ana Paola Machado Diniz
- Ministra Delaíde Arantes
- Des. Bianca Bastos
- Ministro Hugo Scheuermann
- Juiz Tiago Sulzbach

COMITÊ CIENTÍFICO:

Impulsionando a Pesquisa na Justiça do Trabalho



Composição:

-  Dra. Noemia Aparecida Garcia Porto, juíza do TRT da 10ª região (Coordenadora)
-  Dr. Sergio Torres Teixeira, do TRT da 6ª região (Subcoordenador)
-  Dra. Patricia Maeda, juíza do TRT da 15ª região, juíza auxiliar da Direção da Enamat
-  Dr. Homero Batista Mateus da Silva, do TRT da 2ª região
-  Dra. Adriana Goulart de Sena Orsini, do TRT da 3ª região
-  Dr. James Magno Araújo Farias, do TRT da 16ª região
-  Desa. Ana Paula Tauceda Branco, do TRT da 17ª região
-  Dr. Luciano Dórea Martinez Carreiro, juiz do TRT da 5ª região
-  Dr. Leonardo Vieira Wandelli, juiz do TRT da 9ª região
-  Dra. Christiana D'arc Damasceno Oliveira Andrade Sandim, juíza do TRT da 14ª região
-  Dra. Claudirene Andrade Ribeiro, juíza do TRT da 23ª região
-  Prof. Dr. Eduardo Manuel Val, da UFF
-  Profa. Dra. Melina Girardi Fachin, da UFPR

Atividades:



Supervisão de convênios e
contratos de pesquisa



Análise de diretrizes
metodológicas



Acompanhamento e
desenvolvimento de
estudos e pesquisas

Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho

SINFOMAT:

Fortalecendo a Formação em Rede



Destaques:

- Importância da articulação entre a ENAMAT e as EJUDs para o avanço das ações formativas da Justiça do Trabalho
- Ações integradas e calendário de atividades do SINFOMAT
- Programa Enamat Itinerante, que visa levar ações formativas às diferentes regiões do Brasil

ENAMAT ITINERANTE:

A Formação que Conecta o Brasil

Objetivo: Ampliar a visibilidade e o alcance das ações da ENAMAT, levando suas atividades formativas para as cinco regiões do país.



Eixos Estratégicos:

- Comunicação e Transparência: Ampliando a presença institucional.
- Parcerias Institucionais: Fortalecendo a articulação com diversos atores.
- Otimização da Gestão de Processos Formativos: Descentralizando a capacitação.
- Cultura de Aprendizado e Inovação: Disseminando práticas inovadoras.

Etapas e Eventos:



Resultados e Impactos:



Fortalecimento do sistema
de justiça trabalhista



Promoção da
cidadania e paz social



Consolidação da
ENAMAT como escola
de excelência

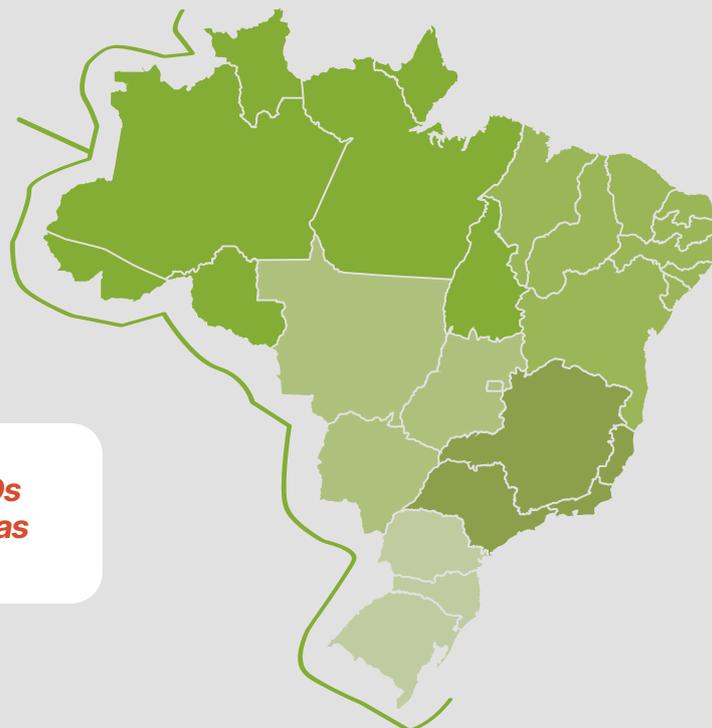
DESCENTRALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Fortalecendo a Formação em todo o Brasil



5 Regiões do Brasil

(Todas as regiões contempladas).



17 EJUDs solicitaram aportes orçamentários.

16 EJUDs atendidas

Temáticas dos Projetos:

- Inteligência Artificial e Impactos nas Relações de Trabalho e na Atividade Jurisdicional
- Trabalho e Justiça no Mercosul
- Encontro Institucional da Magistratura Trabalhista
- Justiça do Trabalho e Protocolos de Julgamento: o Mundo do Trabalho na Perspectiva dos Direitos Humanos
- Direito Material e Processual do Trabalho
- Perspectivas Trabalhistas e as Mudanças Climáticas
- Novas Ferramentas para a Efetividade da Execução
- Enfrentamento do Trabalho Infantil: Capacitação para Atuação e Julgamento na Perspectiva da Infância e Adolescência
- Trabalho Decente e Direitos Humanos
- A questão Indígena e o Mercado de Trabalho

Impactos:



Fortalecimento da autonomia das EJUDs



Promoção de projetos relevantes para a formação



Ampliação do alcance e da qualidade da formação da magistratura

COMISSÕES DE RAÇA E GÊNERO:

Promovendo a Igualdade na Justiça do Trabalho



Comissão de Gênero

- Dra. Gabriela Lenz De Lacerda, juíza do TRT da 4ª Região (Coordenadora)
- Dra. Patrícia Maeda, juíza do TRT da 15ª Região (Secretária)
- Des. Paula Oliveira Cantelli, do TRT da 3ª Região
- Dr. Otávio Bruno Da Silva Ferreira, juiz do TRT da 8ª Região
- Dra. Ana Paula Sefrin Saladini, juíza do TRT da 9ª Região
- Dra. Daniela Lustoza Marques De Souza Chaves, juíza do TRT da 21ª Região
- Dra. Deizimar Mendonça Oliveira, juíza do TRT da 23ª Região
- Dra. Lorena De Mello Rezende Colnago, juíza do TRT da 2ª Região
- Dra. Adriana Manta Da Silva, juíza do TRT da 5ª Região
- Dra. Renata Conceição Nóbrega Santos, juíza do TRT da 6ª Região
- Dra. Wanessa Mendes De Araújo, juíza do TRT da 10ª Região



Comissão de Raça

- Dra. Adriana Meireles Melonio, juíza do TRT da 10ª Região (Coordenadora)
- Dra. Patrícia Maeda, juíza do TRT da 15ª Região (Juíza Auxiliar da Direção da ENAMAT)
- Des. Gilberto Souza Santos, do TRT da 4ª Região
- Dra. Ana Cristina Da Silva, juíza do TRT da 6ª Região
- Dr. Jônatas Dos Santos Andrade, juiz do TRT da 8ª Região
- Dra. Maria Do Socorro Almeida De Sousa, juíza do TRT da 16ª Região
- Dra. Bárbara De Moraes Ribeiro Soares Ferrito, juíza do TRT da 1ª Região
- Dra. Manuela Hermes De Lima, juíza do TRT da 5ª Região
- Dra. Maria José Rigotti Borges, juíza do TRT da 10ª Região
- Dr. Igo Zany Nunes Corrêa, juiz do TRT da 11ª Região
- Dra. Rosilene Da Silva Nascimento, juíza do TRT da 15ª Região

Destaques:

- Grupo de Estudos sobre “Direito Internacional do Trabalho em Perspectiva: decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos”
- Ebook: Direito do trabalho como direito humano: análise de casos da corte interamericana sob as perspectivas de raça e de gênero
- Podcast: Elas Também Pesquisam



Outubro 2024 a Setembro 2025

NÚMEROS DA ENAMAT VIRTUAL

16 cursos

1 webinar

83 Turmas

542 horas aula

94,65%
☆☆☆☆☆

É a média de satisfação de alunas e alunos

85

É o número de contratações de tutores - com paridade de gênero

43 MULHERES
42 HOMENS

moodle
120.000

É o número de interações do usuários no ambiente virtual do Moodle em nossos cursos

2035

São os números de certificados emitidos na modalidade de Educação à Distância, na gestão da Ministra Kátia Arruda

Formação de Formadores

São **187** certificados emitidos no Curso de Formadores

Formação Continuada

São **1848** certificados emitidos no Curso de Formação de Formação Continuada

7076

É o número de visualizações no "VideoCast Enamat"



Foram produzidos **13** episódios no YouTube



Foram produzidos **6** episódios no Spotify

PESQUISA E PUBLICAÇÕES



Pesquisa Perfil dos Candidatos Aprovados no II Concurso Público Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho

- Pesquisa desenvolvida com metodologia quantitativa e qualitativa
- Permite apresentar dados comparativos com o I Concurso Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho- Previsão de lançamento: dezembro de 2025
- A pesquisa é uma parceria entre Enamat, CSJT e Ipea

Pesquisa Dificuldades na Carreira da Magistrada edição 2025



Perfil das Magistradas

79%
brancas

15%
negras ou pardas
indígenas e amarelas
são residuais



Predomínio do Sudoeste e Sul

- SP 23%,
- RS 13%,
- MG 10,5%

como região de nascimento das respondentes

70% das respondentes possui entre 41 e 60 anos



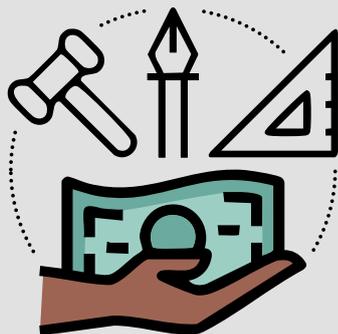
98,7%
das participantes são mulheres cisgênero

34,8%
dos cônjuges são magistrados



73%
são casadas ou vivem em união estável

95%
possuíam experiência profissional antes da magistratura

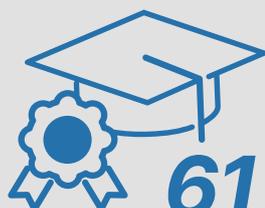


62%
recebiam mais que 5 salários mínimos

45% Juízas substitutas

44% Juízas titulares

11% Desembargadoras



61%
possuem pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)

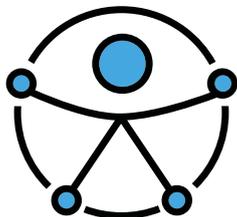
Se graduaram em universidades públicas seja com ou sem uso de políticas públicas



50%

Se graduaram em universidades particulares seja com ou sem uso de políticas públicas

Saúde



3,3%

das magistradas são
pessoas com deficiência



5,5%

são portadoras de necessidades
especiais sejam elas:
fibromialgia, TDAH, redução
temporária de mobilidade,
obesidade, lactante,
gestante e outras



3,6%

são portadoras de doenças
graves, ocorrendo
principalmente entre as
magistradas com mais
de 60 anos



82,4%

afirmam ter alguma
condição relacionada
à saúde mental
sendo as mais
frequentemente:



58,1%
estresse



55,9%
ansiedade

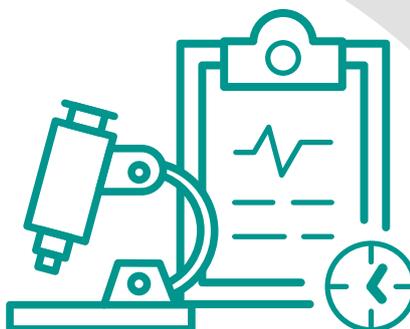


46,1%
insônia



39,8%
esgotamento
emocional

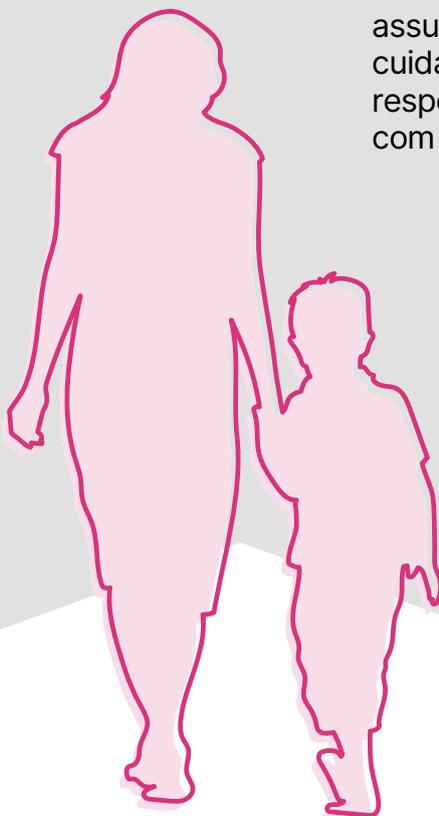
Apenas **3,1%**
foram diagnosticadas
antes da magistratura



Cuidados e maternidade

80,1%
das magistradas possuem um filho ou mais

75,2%
tiveram após a magistratura



61,3%

assumem a maior parte dos cuidados ou é a principal responsável pelos cuidados com os filhos

a maioria dessas que assumem a maior parte dos cuidados com os filhos têm entre **31 e 40 anos** e entre as que são as principais responsáveis pelo cuidado de pessoas com deficiência, necessidades especiais ou doença grave possuem entre **51 e 60 anos**

100%

das indígenas com filhos são as principais responsáveis pelos cuidados

49,3%

das negras pardas assumem a maior parte dos cuidados contando com ajuda

50%

das negras pretas dividem os cuidados de forma igualitária

15,1%

das magistradas assumem cuidado com pessoa com deficiência, necessidades especiais ou doença grave



20%

delas possuem mais de 60 anos

31,9%

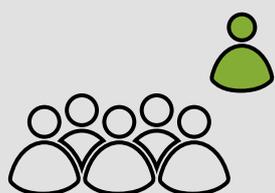
gastam de 5 a 10 horas por semana com os cuidados com pessoa com deficiência, necessidades especiais ou doença grave



36%

assumem a maior parte do cuidado contando com alguma ajuda

Experiências sofridas, discriminações e violências



68,2%
sofreram atitudes discriminatórias



53,9%
sofreram microagressão



39,8%
sofreram violência psicológica



39,4%
sofreram agressão verbal

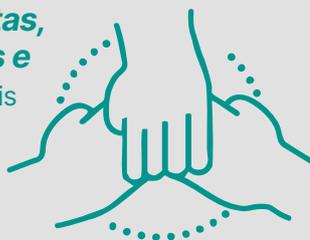


5,3%
sofreram assédio sexual

Os **advogados homens** são os principais autores das agressões verbais (46,5%), atitudes discriminatórias (32,9%), violência psicológica (30,3%) e microagressões (28,5%)

E os **magistrados homens** são os principais autores do assédio sexual (66,7%)

As magistradas **negras pretas, negras pardas, amarelas e indígenas** foram as principais atingidas das agressões



E a faixa etária mais atingida foi aquela entre **31 a 50 anos**



46,2%
das magistradas não reagiram no momento da agressão e nem denunciaram o caso posteriormente

Apenas **7,3%** dos casos foram notificados a seus devidos tribunais

8,3% acionaram rede de apoio

15% afirmam não ter uma rede de apoio em seu tribunal

16,1% das respondentes sofreram violência física independente do local, antes e/ou depois da magistratura. E a maioria dos casos o **agente agressor foi o parceiro íntimo** (49,7%)



27,6% das respondentes sofreram violência sexual independente do local, antes e/ou depois da magistratura. E a maioria dos casos o **agente agressor foi uma pessoa desconhecida** (36,4%)

Percepção de igualdade de oportunidades

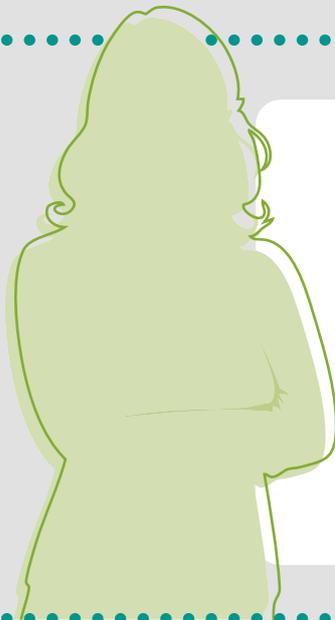
Mais de **50%** das magistradas acreditam que não há igualdade em relação a homem para receber convites e participar de comissões e comitês e concorre a cargos diretivos



Mais de **40%** das magistradas acreditam que não há igualdade em relação a homem para concorrer a mandatos associativos e atividades acadêmicas

53,4%

afirmam que o seu gênero feminino impactou a mobilidade



Sendo os fatores de maior impacto a mobilidade:

35,2% Dupla jornada com o(s) filho(s)

21,6% Cultura patriarcal

21,2% Falta de redes de apoio

92%

percebem que precisam se esforçar mais para provar sua competência devido ao seu gênero feminino

50,3%

percebem que sua posição como magistrada foi questionada ou não reconhecida devido ao gênero

32%

percebem que são mais pressionadas pelo tribunal para o cumprimento de metas e maior desempenho que os homens

37,4%

percebem que o gênero feminino impactou as promoções

28,6%

percebem que há diferença na promoção entre magistradas negras ou de outra etnia

38,7%

percebem que as oportunidades de ascensão entre magistradas negras ou de outras etnias são difíceis ou muito difíceis

32,6%

percebem que há diferença de oportunidades de participação em comissões para magistradas de diversas etnias

COLEÇÃO ESTUDOS ENAMAT:

**Compartilhando Conhecimento e
Impulsionando a Justiça**



Acesse toda Coleção



Destaque para os temas:

Vol. 14: “Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Fundamentos e Doutrina”

Vol. 15: “Normas Internacionais e Controle de Convencionalidade na Justiça do Trabalho: Interpretação e Aplicação”

Vol. 16: “Plataformas Digitais, Subordinação e Novas Formas de Trabalho na Economia Digital”

Vol. 17: “Novas Tecnologias, Inteligência Artificial e o Mundo do Trabalho”

GRUPOS DE ESTUDO:

Direito Internacional do Trabalho em perspectiva de gênero e raça

Coordenação das Comissões de Gênero e Raça



6
encontros mensais
em cada grupo,
por meio de
videoconferências.



As atividades foram desenvolvidas com base em estudos de caso, apresentados e discutidos pelas(os) participantes dos grupos.

Conteúdo dos Grupos:

Comissão de Raça:

- Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs Brasil
- Caso Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ferreira vs. Brasil Relatório nº 5/20, Caso 12.571. CIDH
- Caso dos Buzos Miskitos (Lemoth e outros) vs. Honduras
- Caso José Pereira vs. Brasil

Comissão de Gênero:

- Caso de Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil
- Opinião Consultiva OC 27/2021
- Caso Pavez Pavez vs. Chile (discriminação LGBT)
- Caso Márcia Barbosa vs. Brasil

Resultados:

- Publicação de um e-book com relatórios, reflexões e artigos dos participantes.



DIFUSÃO DE CONHECIMENTO E CRIAÇÃO DE CONTEÚDO



Videocast

13 vídeos
lançados com total de
7.076 visualizações
na íntegra



Podcast

Mais de **500 acessos**
em **4 episódios** lançados
e outros 2 produzidos

Instagram

Perfil com **250 publicações**
e **6.150 seguidores** - na
gestão foram **66 postagens**



YouTube

Perfil com mais de **10.400**
inscritos, 779 vídeos
publicados e **435.677**
visualizações

FORMAÇÃO PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL



8 cursos presenciais
organizados pela ENAMAT
470 certificados



3 cursos internacionais:
Intercâmbio Colômbia-Brasil
(OIT), Universidade de Coimbra
e Universidade de Milão



8 cursos presenciais
organizados em parcerias –
EJUDs e órgãos do TST e CSJT
340 certificados



2 cursos de formação de
formadores: Protocolos e Normas
Internacionais do Trabalho

Telepresenciais:



4 Webinários promovidos pela Enamat –
Novos Precedentes e Prevenção a Assédio e
Discriminação **407 certificados**

2 Webinários promovidos em parceria
com CSJT – Chat-JT **470 magistrados
certificados**

90,46%
dos inscritos
foram certificados

+ de 175 horas
de capacitações
presenciais

PARCERIAS INSTITUCIONAIS



Visita ao Escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil (dezembro de 2024), que propiciou o CFF sobre “Normas Internacionais do Trabalho para Magistradas e Magistrados do Trabalho”, Projeto de Intercâmbio Brasil-Colômbia “Control de Convencionalidad e Bloque de Constitucionalidad: hacia una justicia em clave internacional” e vagas para magistrados em curso em Bogotá.



Visita da Magistrada de Ligação da Escola Nacional da Magistratura da França (março de 2025) para renovar convênio



Visita do Diretor-Geral da ENFAM (abril de 2025) para discutir diretrizes de formação conjunta e propostas para alterar normas de vitaliciamento.



Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade de Milão e realização de curso sobre Direito do Trabalho e Novas Tecnologias (3 e 7 de fevereiro de 2025)



Renovação da filiação da ENAMAT como membro da Organização Internacional para Treinamento Judicial (IOJT)



Acordo de Cooperação com a International Society for Labor and Social Security Law (ISLSSL)



Convênio com a Universidade Européia de Roma (Università Europea di Roma - UER)



Acordo de Cooperação junto à Université Lumière Lyon 2 (Institut d'Études du Travail de Lyon - ULL2/IETL)

GESTÃO EFICIENTE:

Ações Administrativas da ENAMAT



Reestruturação administrativa da ENAMAT:

Criação: Secretaria Executiva (Ato nº 565/GDGSET.GP, 23/10/2024).

Equipe: 18 servidores, 6 terceirizados, 5 estagiários.

Diretrizes para Capacitação em Inteligência Artificial:

Parceria: TST, CSJT, CEFAST.

Ato Conjunto: nº 35/2025.

Sistema de Gestão das Escolas Judiciais (SisEJud)



Homologação e adoção do Sistema utilizado na gestão administrativa das Escolas da Justiça e criado pelo TRT da 4ª Região

Democratização do Acesso a Cursos:

Editais de seleção pública.

Cursos:

- Acesso à Justiça Trabalhista e não discriminação: reflexões a partir dos padrões interamericanos
- As Normas Fundamentais do Trabalho e o papel da OIT na sua efetivação
- Evento de Intercâmbio Colômbia-Brasil - Controle de Convencionalidade e Bloco de Constitucionalidade: rumo à Justiça em Chave Internacional
- A Era Digital e o Direito do Trabalho: Desafios
- Normas Internacionais do Trabalho para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito

Interessados: 264 magistrados/as

Vagas disponibilizadas: 143

Formalização dos procedimentos administrativos no SEI



enamat

 JUSTIÇA DO TRABALHO



enamat

 JUSTIÇA DO TRABALHO